



**CARTA DE  
CONJUNTURA DA USCS**

---



**CARTA DE  
CONJUNTURA DA USCS**

---

EDIÇÃO  
**03**



## **OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS**

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores e alunos da USCS, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

### **Expediente - 3º Carta de Conjuntura**

**Reitor:** Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

**Pró-Reitora de Pós-Graduação:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Carmo Romeiro

**Pró-Reitor de Graduação:** Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

**Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:** Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

#### **Coordenação do Observatório:**

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

#### **Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:**

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Milton Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

#### **Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Prof. Mestrando Daniel Giatti

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Volney Gouveia

#### **Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto

Doutorando André Ximenes de Melo

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho

Doutorando Francisco Rozsa Funcia

Mestranda Gisele Yamauchi

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea

Doutoranda Maria do Socorro Souza

Doutorando Ricardo Makoto Kawai

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos

Mestranda Sandra Collado

#### **Parceiros:**

Paulo Roberto Silva - ITESCS

Orlando Mazzuli - Grupo G3 de Recursos Humanos

#### **Convidados desta edição:**

Prof. Me. Wendell Cristiano Lepore (USJT)

#### **Comunicação:**

Prof. Me. Luciano Cruz

#### **Assessoria de Imprensa:**

Ana Paula Lazari Ferreira

#### **Revisão de textos:**

Ana Paula Lazari Ferreira

#### **Marketing:**

Alan de Almeida Matias

Renata Ezellner Miqulim

#### **Carta online:**

Ana Paula Lazari Ferreira

*As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da instituição.*

**Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS**  
**Universidade Municipal de São Caetano do Sul**  
Avenida Goiás, 3400 – Bairro Barcelona  
São Caetano do Sul – SP  
Telefone: 4239-3233  
E-mail: [imprensa@uscs.edu.br](mailto:imprensa@uscs.edu.br)

## SUMÁRIO

<b>O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS .....</b>	<b>7</b>
<b>1. A ‘VIA CRUCIS’ DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018.....</b>	<b>9</b>
<i>Jefferson José da Conceição</i> <i>Sandra Collado</i>	
<b>2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DE LUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>16</b>
<i>Jefferson José da Conceição</i> <i>Gisele Yamauchi</i>	
<b>3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018.....</b>	<b>25</b>
<i>Jefferson José da Conceição</i>	
<b>4. A INDÚSTRIA AEROESPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>28</b>
<i>Volney Aparecido de Gouveia</i>	
<b>5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>32</b>
<i>Volney Aparecido de Gouveia</i>	
<b>6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA A ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>37</b>
<i>Daniel Vaz</i>	
<b>7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL .....</b>	<b>40</b>
<i>Roberto Vital Anau</i>	
<b>8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA....</b>	<b>44</b>
<i>Jefferson José da Conceição</i> <i>Gisele Yamauchi</i> <i>Gustavo Kaique de Araújo Monea</i>	
<b>9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO.....</b>	<b>49</b>
<i>Ricardo Makoto Kawai</i>	
<b>10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL.....</b>	<b>54</b>
<i>Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)</i>	
<b>11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA .....</b>	<b>56</b>
<i>Eduardo de Camargo Oliva</i> <i>José Turíbio de Oliveira</i>	

<b>12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018 .....</b>	<b>59</b>
<i>Antônio Aparecido de Carvalho</i> <i>Álvaro Francisco Fernandes Neto</i>	
<b>13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA.....</b>	<b>62</b>
<i>Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)</i>	
<b>14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA .....</b>	<b>65</b>
<i>Maria do Socorro Souza</i>	
<b>15. A “DESREGIONALIZAÇÃO” DO GRANDE ABC PAULISTA? .....</b>	<b>69</b>
<i>Wendell Cristiano Lepore</i>	
<b>16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS .....</b>	<b>73</b>
<i>Rubens Topal de Carvalho Bastos</i>	
<b>17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO “TETO” DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016).....</b>	<b>76</b>
<i>Francisco R. Funcia</i>	
<b>18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA.....</b>	<b>80</b>
<i>André Ximenes de Melo</i>	
<b>19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA? .....</b>	<b>84</b>
<i>Enio Moro Junior</i>	

# **O OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS**

Esta é a 3ª Carta de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

O Observatório é formado por Professores, Doutorandos e Mestrandos da USCS e é diretamente ligado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

As Cartas de Conjuntura reúnem notas técnicas elaboradas pela equipe permanente do Observatório e por convidados colaboradores.

As notas técnicas levantam, mensuram e comentam, sinteticamente, fenômenos econômicos, sociais, tecnológicos, urbanos, cultura e de outras áreas de produção científica. Elas também buscam olhar com especial atenção como estes fenômenos ocorrem e se manifestam na Região do Grande ABC Paulista e na Grande São Paulo.

Entre os objetivos do Observatório estão:

- O estímulo à produção de estudos e pesquisas de professores e alunos da USCS sobre a realidade contemporânea, em particular da Região do Grande ABC Paulista;
- A elaboração de notas técnicas a partir de diversas áreas do conhecimento;
- A aproximação entre a Pós-Graduação e a Graduação;
- A contribuição para o aperfeiçoamento das políticas públicas e privadas, em especial na Região do Grande ABC Paulista.

Com as Cartas de Conjuntura a USCS cumpre o seu papel de fomentar o debate do desenvolvimento econômico e social na Região do Grande ABC, no Estado de São Paulo e no Brasil.

**Coordenação do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da  
USCS**

**Agosto de 2018**





# 1. A 'VIA CRUCIS' DOS PEDIDOS DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE EMPRESAS: O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2012 E 2018

Jefferson José da Conceição  
Sandra Collado

## Resumo Executivo

*Esta nota técnica dá continuidade àquela que publicamos na segunda Carta de Conjuntura da USCS, de maio de 2018. A primeira nota tratou de quantificar o número de falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista nos últimos três anos (2015-2018). Esta segunda nota apresenta uma abordagem dos requisitos exigidos em cada etapa de recuperação judicial, bem como destaca o longo período que podem durar estas etapas. Expõe-se um quadro da situação dos processos de recuperação judicial de uma amostra de 67 empresas do Grande ABC Paulista (do total de 150), que, pelo levantamento realizado, pediram recuperação judicial no Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018. Estas 67 empresas são aquelas que requereram recuperação judicial em um período mais longínquo (2012-2014). Esta seleção permite capturar melhor a duração dos processos na sua totalidade. Portanto, as 67 empresas representam 45% do total das 150 empresas com recuperação judicial requeridas no período. Da amostra, constatamos que: a) o prazo para conceder a recuperação das empresas pelo Judiciário variou de 5 meses a 5 anos; b) 10 empresas (15% da amostra) não tiveram o pedido de recuperação judicial deferido pelo Judiciário, pois, não cumpriram os requisitos exigidos; c) 15 empresas (22% da amostra) ainda aguardam a aprovação do plano de recuperação judicial, sendo que o pedido mais antigo data de 2012; d) 20 empresas (30% da amostra) que obtiveram a concessão estavam cumprindo o plano de recuperação até a data da pesquisa, 19/07/2018; e) 21 empresas (31,3% da amostra) tiveram falências decretadas após os pedidos de recuperação judicial; f) no intervalo de tempo pesquisado, somente 1 empresa cumpriu o plano integralmente, alcançando o encerramento da recuperação judicial. Ao final, são apresentadas algumas recomendações gerais.*

## Introdução

Nas últimas décadas, a economia internacional tem passado por intensas mudanças, entre as quais: o surgimento de novos competidores internacionais; os blocos econômicos; as novas formas de organização da produção e do trabalho; a nova divisão internacional do trabalho, com a constituição de cadeias globais de valor e a exclusão de inúmeros fornecedores nacionais; o processo de financeirização da economia, no qual as margens de rentabilidade produtiva são recorrentemente inferiores às margens de rentabilidade nas aplicações financeiras, entre outras mudanças. No Brasil, este quadro é agravado pela instabilidade das políticas econômicas e industriais, com aumentos dos juros, impostos, tarifas, desvalorizações cambiais e forte retração de mercados.

O cenário macroeconômico exposto no parágrafo anterior, somado à própria ineficiência microeconômica na gestão empresarial de algumas organizações, levou ao crescimento do número de empresas em crise, e dos pedidos de falências e recuperações judiciais.

No Brasil, a Lei 11.101 de 2005 regula as falências e as recuperações judiciais e extrajudiciais. Em maio de 2018, o Governo Federal enviou Projeto de Lei ao Congresso 10220/2018, alterando a Lei 11.101 de 2005

(bem como a Lei de nº 10.522). As alterações propostas, ainda em tramitação no Congresso, serão objeto de comentários que pretendemos publicar na próxima Carta de Conjuntura da USCS. Por ora, cabe registrar que, na justificativa do referido Projeto de Lei, assinada pelo Ministro da Fazenda, reconhece-se que “o sistema [de falências e recuperações judiciais] ainda é moroso e gera baixo índice de recuperação de empresas, o que reforça a necessidade de mudança no quadro legal”.

Uma evidência desta inadequação do marco legal é exposta nesta nota técnica que apresenta o levantamento que fizemos da quantidade e da situação das recuperações judiciais requeridas entre 2012 e 2018 no Grande ABC Paulista.

## **I. O Processo de Recuperação Judicial**

LOBO (apud Bezerra, 2009) chama a atenção para o quadro que antecede a recuperação judicial, isto é, de agravamento da crise da empresa, quando a empresa não mais consegue recursos para viabilizar suas atividades:

*(...) quando uma empresa não mais tem condições de se autofinanciar, quer pelo aporte de recursos dos próprios sócios, quer pela capitalização através de nossas ações ou debêntures; quando uma empresa não mais consegue financiamento bancário, por representar um grande risco, somente o auxílio estatal pode salvá-lo”.*

A recuperação judicial torna-se uma via de solução para a recuperação da empresa.

A Lei nº 11.101/2005 define recuperação judicial:

*Art. 47 – A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeiro do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.*

## **II. As etapas da Recuperação Judicial**

O processo de recuperação judicial divide-se em três etapas:

### **1ª Fase: O Pedido de Recuperação Judicial**

Esta etapa se inicia com a petição inicial de recuperação formulada pelo devedor. Esta deve conter os requisitos e documentos obrigatórios previstos no art. 51 da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências (Lei 11.101/2005).

Entre as exigências estão demonstrações contábeis relativas aos três (3) últimos exercícios sociais e aquelas levantadas especialmente para instruir o pedido. Estas demonstrações devem ser confeccionadas com a estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a. Balanço patrimonial;
- b. Demonstração de resultados acumulados;

- c. Demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d. Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção.

Nas demonstrações, devem ser destacadas as causas concretas do estado de crise econômica e financeira. O não cumprimento de todos os requisitos torna inviável o processo de recuperação judicial. Neste sentido, vale reproduzir aqui trecho de Almeida (2006) a este respeito:

*“[A peça do pedido de recuperação judicial] exige detalhada demonstração das causas ensejadoras das dificuldades econômico-financeiras da empresa, dentre as quais de todo conveniente ressaltar a retratação dos negócios, os altos juros que concorrem e encargos tributários”.*

Após o juiz analisar a viabilidade econômico-financeira da empresa, ele despacha o processo como deferido ou indeferido, isto é, com a aprovação ou não do pedido de recuperação judicial.

### **2ª Fase: Apresentação do Plano de Recuperação Judicial, com sua aprovação, sugestão de modificação ou reprovação pela assembleia dos credores**

Deferido o processamento da recuperação, inicia-se a segunda etapa do processo. O devedor não pode mais desistir. Isto somente acontece com a anuência da assembleia geral de credores. Após o deferimento, o juiz nomeia no mesmo ato o administrador judicial.

Contados a partir da publicação em edital da aprovação da recuperação, o devedor tem 60 dias para apresentar o plano de recuperação. Caso haja o descumprimento desta exigência, a recuperação é transformada (“convolada”) em falência.

O plano é o instrumento mais importante do processo de recuperação judicial. Nele, o devedor deve discriminar como pretende superar a crise que enfrenta. O plano deve conter a demonstração de sua viabilidade econômica; o laudo econômico-financeiro; a avaliação dos bens e ativos do devedor; a relação dos credores com o valor da dívida, além do seu endereço e nome.

Segue-se a publicação de edital contendo o plano, bem como o aviso aos credores sobre o recebimento da recuperação judicial e o prazo para que se manifestem. Qualquer credor pode opor-se ao plano. Nesta hipótese, isto é, de objeção ao plano, o juiz convocará a assembleia de credores. A assembleia não poderá exceder ao prazo de 150 dias do deferimento do processo. Não havendo objeção dos credores, o juiz não precisa convocar a assembleia para a concessão da recuperação.

A assembleia de credores é constituída por membros que representam as seguintes classes:

- a. trabalhista;
- b. credor com garantia;
- c. credor quirografário (que não possui direito real de garantia) e com privilégios gerais;
- d. microempresas e empresas de pequeno porte.

Cada classe tem direito a um (1) representante e dois (2) suplentes.

Os representantes poderão aprovar, rejeitar ou modificar o pedido de recuperação. O resultado será submetido

à apreciação do juiz para novo deferimento.

Caso a assembleia rejeite a proposta do devedor, o juiz decretará a falência.

Se a assembleia aprovar a proposta, o juiz concederá a recuperação judicial.

A empresa que se encontra em recuperação judicial, deve fazer constar, no contrato social, a expressão “EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL” em frente ao nome da empresa.

No caso das empresas que tiveram a falência decretada, deve-se constar, no contrato social, a expressão “INABILITADA PARA EXERCER A ATIVIDADE EMPRESARIAL”.

### **3ª Fase: Execução do Plano de Recuperação Judicial**

A terceira fase é a do cumprimento do plano.

Nesta fase, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que cumpra todas as obrigações previstas no plano que vencerem até dois anos depois da concessão da recuperação judicial. O descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a transformação (convolação) em falência, conforme o art. 73 da Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências (Lei 11.101/2005).

Cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de dois anos, o juiz decreta, por sentença, o encerramento da recuperação, determinando:

- a. O pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial. Somente pode efetuar-se a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III do caput deste artigo;
- b. A apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas;
- c. A apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial no prazo máximo de 15 dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;
- d. A dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial;
- e. A comunicação ao Registro Público de Empresas para as providências cabíveis.

### **III. Resultados do levantamento com empresas em Recuperação Judicial no Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018**

A tabela 1 a seguir ilustra o levantamento de recuperações judiciais requeridas e concedidas entre 2012 e 2018, no Grande ABC Paulista.

Pela tabela 1, nota-se que o total de recuperações judiciais requeridas no Grande ABC Paulista foi de 150 no total do período entre 2012 e 2018, com destaque para o ano de 2017, quando atingiu 41 recuperações judiciais requeridas. Este número, como se pode ver, deveu-se, sobretudo, ao elevado número de recuperações judiciais de empresas de São Bernardo do Campo (27 recuperações judiciais requeridas).

Por sua vez, o número de recuperações judiciais concedidas, no mesmo período, foi de 50 (um terço do total do volume solicitado).

**Tabela 1: Total de Recuperações Judiciais de Empresas do Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018, por município**

	Recuperação Jud. Requerida								Recuperação Jud. Concedida							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
S. André	2	2	4	10	12	9	0	39	0	0	0	2	0	4	5	11
SBC	5	2	7	7	7	27	14	69	0	0	1	0	1	2	0	4
SCSul	1	0	3	0	0	1	1	6	0	0	0	1	1	0	0	2
Diadema	4	5	4	2	4	2	2	23	0	0	4	2	11	6	1	24
Mauá	3	3	1	0	0	0	0	7	0	0	2	4	1	0	0	7
RPires	2	0	0	1	1	2	0	6	0	0	0	0	2	0	0	2
Grande ABC	17	12	19	20	24	41	17	150	0	0	7	9	16	12	6	50

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de levantamento realizado no movimento falimentar do jornal Valor Econômico e Diário Oficial Eletrônico.

Chama atenção a discrepância entre os resultados de São Bernardo do Campo e Diadema. Enquanto em São Bernardo do Campo, foram 69 recuperações judiciais requeridas, 4 foram concedidas no período. No entanto, em Diadema, foram solicitadas 23 recuperações judiciais, contra 24 concedidas.

Cumpra observar que, na série levantada, os processos de recuperações judiciais requeridos NÃO são necessariamente os mesmos que os processos de recuperação judicial concedidos. O fluxo dos processos pode gerar tramitações com temporalidades distintas, podendo apresentar tramitações mais curtas e mais longas, dependendo da natureza do processo, juiz, Fórum, entre outros.

**Tabela 2: Situação dos Pedidos de Recuperação Judicial entre 2012 e 2018, a partir de Levantamento de Processos de Empresas do Grande ABC Paulista**

Situação	Total	%
Não tiveram o pedido de recuperação judicial deferido pelo Judiciário, pois não cumpriram os requisitos exigidos	10 empresas	15,0%
Ainda aguardam a aprovação do plano de recuperação judicial, sendo que o pedido mais antigo data de 2012	15 empresas	22,0%
Obtiveram a concessão, mas ainda estavam cumprindo o plano de recuperação até a data da pesquisa, 19/07/2018	20 empresas	30,0%
Tiveram falências decretadas após os pedidos de recuperação judicial	21 empresas	31,3%
Cumpriram o plano integralmente, alcançando o encerramento da recuperação judicial	1 empresa	1,5%
Total da Amostra de pedidos de empresas que requereram recuperação judicial no período (2012-2014)	67 empresas	45% do total
Total dos pedidos levantados de recuperação judicial no Grande ABC Paulista	150 empresas	100%
Prazo da 1ª fase: Pedido do Plano de Recuperação Judicial (análise do documento e despacho pelo juiz para deferir ou não o pedido de recuperação judicial)	Resultado da amostra: de 5 a 12 meses	
Prazo da 2ª fase: Apresentação do Plano de Recuperação Judicial, com sua aprovação, sugestão de modificação ou reprovação pela assembleia dos credores, e rejeição ou aprovação pelo Juiz	Resultado da amostra: de 5 meses a 5 anos	

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de levantamento realizado no movimento falimentar do jornal Valor Econômico e Diário Oficial Eletrônico.

Como se pode notar pela tabela 2, é de fato moroso e aparentemente de baixa eficácia o resultado final dos pedidos de recuperação judicial no Grande ABC Paulista.

A tabela expõe a situação dos processos de recuperação judicial de uma amostra de 67 do Grande ABC Paulista do total de 150 empresas que, pelo levantamento realizado, pediram recuperação judicial no Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018.

Estas 67 empresas são aquelas que requereram recuperação judicial em um período mais longínquo (2012-2014). Esta seleção permite capturar melhor a duração dos processos na sua totalidade. Portanto, as 67 empresas representam 45% do total das 150 empresas com recuperação judicial requeridas no período.

Apenas 1 empresa, das 67 empresas da amostra, cumpriu o plano integralmente, alcançando o encerramento da recuperação judicial; 15 empresas ainda aguardam a aprovação do plano de recuperação judicial; 29 empresas obtiveram a concessão, mas ainda estavam cumprindo o plano de recuperação; 21 empresas tiveram falências decretadas após os pedidos de recuperação judicial; 10 empresas não tiveram o pedido de recuperação judicial deferido pelo Judiciário, pois, não cumpriram os requisitos exigidos.

Registre-se que, em função dos períodos diferentes abrangidos, os dados da coleta referentes a processos de empresas do Grande ABC Paulista não são diretamente comparáveis com o exposto no texto divulgado pelo Ministro da Fazenda, Eduardo Refinetti Guardia, referindo-se aos casos de todo o País – texto este que consta na justificativa do Projeto de Lei 10220/2018, enviado ao Congresso pelo Executivo. Entretanto, as conclusões sugeridas na justificativa do Ministro apontam na mesma direção de nossa pesquisa:

*“Desde a edição da Lei 11.101/2005, o número de requerimentos de Recuperações Judiciais dentro do arcabouço da Lei de Recuperações Judiciais, Extrajudiciais e Falências tem crescido substancialmente, envolvendo não apenas empresas de pequeno e médio porte, mas também grupos empresariais representativos de parcela relevante do PIB brasileiro.*

*O número de Recuperações Judiciais atingiu um recorde histórico em 2016, quando foram protocolados 1.863 pedidos (44,8% a mais do que as 1.287 ocorrências registradas em 2015). O resultado é o maior para o acumulado do ano desde 2006. Em 2017, foram requeridas mais 1.420 Recuperações Judiciais, 61% dos pedidos foram de micro e pequenas empresas que, historicamente, lideraram os requerimentos de Recuperações Judiciais.*

*Além destes números do último ano [2017], uma análise em um intervalo de tempo maior aponta que, no período entre junho de 2005 e dezembro de 2014: de um total de 3.522 empresas que tiveram a Recuperações Judiciais deferidas, somente 946 tiveram o processo encerrado no período. Destas, apenas 218 (ou 23%) voltaram à ativa e as demais 728 tiveram a falência decretada. Embora a falência não represente necessariamente uma falha do sistema, visto que algumas empresas se mostram inviáveis ao longo do processo de recuperação judicial, o fato é que o sistema ainda é moroso e gera baixo índice de recuperação de empresas, o que reforça a necessidade de mudança no quadro legal”.*

#### **IV. Recomendações Gerais**

Para finalizar esta nota, reafirmamos as proposições já apontadas na nota anterior e acrescentamos novas, a saber:

1. Acompanhamento sistêmico, pelos órgãos públicos, das informações, coleta e análise de dados referentes às falências e recuperações judiciais na região;
2. Promoção de seminário regional sobre o tema com o objetivo de, entre outros, aproximar empresas, associações empresariais, sindicatos de trabalhadores, gestões públicas e instituições

de ensino e pesquisa, para gerar troca de informações e proposições sobre o assunto;

3. Promover um levantamento internacional sobre a legislação e os aspectos práticos sobre o tema em outros países;

4. Criar um modelo de previsão de insolvência para identificar a capacidade de pagamento dos tomadores de recursos que possa ser usado por agentes externos (credores, governo e sociedade em geral) à empresa, com o objetivo de identificar problemas potenciais; antever a insolvência; auxiliar na avaliação de risco; apoiar a decisão de crédito. Neste modelo, seria criado também um sistema de informações (cesta de indicadores) que possibilitem aos credores, setor público e sociedade o conhecimento prévio da situação da empresa, de forma a atuar com antecedência em casos de agravamento da sua crise e situação falimentar. A intenção fundamental deste modelo é gerar políticas públicas e privadas que apoiem as empresas em dificuldades.

### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de Recuperação de Empresas e Falências Comentada**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Junta Comercial de São Paulo (JUCESP). Disponível em: <https://www.jucesponline.com.br/resultadoBusca.apx>. Acesso em 18 de julho de 2018.

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP): <https://www.esaj.tjsp.jus.br/cpopg/open.do>. Acesso em 18 de julho de 2018.

## 2. A INDÚSTRIA DIANTE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: MARGEM DE LUCRO DO SETOR PRODUTIVO VERSUS RENTABILIDADE NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - O CASO DO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi

### Resumo Executivo

*Esta nota técnica trata do processo de financeirização da economia e seus impactos sobre o setor industrial. A financeirização é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo setor industrial em todo o mundo, inclusive, e de modo ainda mais agudo, no caso brasileiro. Apresentam-se a receita líquida, o lucro líquido e a margem de lucro de um conjunto de empresas industriais do Grande ABC Paulista ranqueadas entre as 1000 maiores empresas do país. A margem de lucro média do conjunto de empresas industriais do Grande ABC Paulista evoluiu da seguinte forma entre 2012 e 2016: 1,94% em 2012; 2,28% em 2013; 2,98% em 2014; -4,62% em 2015; -0,43% em 2016. Nos cinco anos pesquisados, a taxa selic, que é a taxa de remuneração básica das aplicações financeiras, é bastante superior à margem de lucro média das empresas industriais do Grande ABC Paulista: em 2012, a remuneração da taxa Selic foi de 8,62% contra 1,94% de margem de lucro média das indústrias; em 2013, respectivamente 8,06% contra 2,28%; em 2014, 10,81% contra 2,98%; em 2015, 13,24% contra -4,62% e em 2016, 14,00% contra -0,43%.*

### 1. A expansão da financeirização na economia capitalista

Desde a década de 1990, a economia capitalista passa por intenso processo de mudanças. Entre outras tendências, verifica-se a abertura dos mercados, a integração dos sistemas produtivos e financeiros, as privatizações e a desregulamentação financeira.

Neste ambiente, é crescente a mobilidade dos capitais em geral. Entretanto, o capital financeiro e as multinacionais são, sem dúvida, os atores protagonistas desta nova fase.

Denomina-se financeirização da economia o processo pelo qual a acumulação financeira (isto é, a rentabilidade das aplicações em títulos financeiros) passa a ser preponderante, sobrepondo-se à rentabilidade obtida no setor produtivo ou industrial (Belluzzo & Galípolo, 2017; Dowbor, 2017).

Neste novo estágio do capitalismo, a lucratividade da indústria passa a ser inferior à da área financeira. Em outras palavras, os detentores de capital “ganham mais dinheiro” em aplicações financeiras do que se eles investissem em atividades produtivas.

O fenômeno da financeirização é global, pois ocorre tanto nos países avançados, quanto nos países emergentes.



Nos EUA, o setor financeiro tornou-se de tal modo atraente que até mesmo tradicionais empresas industriais constituíram poderosos “braços” financeiros. Chang (2013) aponta que:

- a. a General Eletric (GE), a General Motors (GM) e a Ford foram “financealizadas” por meio da contínua expansão das suas subsidiárias financeiras – processo este cujo contraponto foi o declínio das suas atividades industriais básicas. Assim, no início do século XXI, a maior parte do lucro das empresas GE, GM e Ford eram provenientes das suas atividades financeiras, e não do seu segmento industrial.
- b. em 2003, 45% do lucro da GE era gerado pela GE capital (braço financeiro da empresa);
- c. em 2004, 80% dos lucros da GM tinham como origem a sua subsidiária financeira, a GMAC;
- d. entre 2001 e 2003, a Ford Finance foi responsável pela totalidade dos lucros da Ford.

Nesta nova etapa do capitalismo, o locus de maior acumulação do capital migrou da fábrica industrial para a área financeira. A empresa industrial perde espaço no ranking das empresas mais lucrativas para as grandes instituições financeiras. É simbólico que nesta nova fase muitos diretores, administradores, gerentes e novos talentos mais jovens - egressos de diferentes áreas, como administração, economia, contábeis, comércio exterior e até mesmo engenharia, entre outras - estejam sendo “cooptados” pelos bancos.

Para Bresser Pereira (2010, 2016), a financeirização é um arranjo financeiro distorcido, baseado na criação de riqueza financeira artificial, desligada da riqueza real ou da produção de bens e serviços. A financeirização favorece o aumento artificial dos ganhos dos capitalistas rentistas e dos financistas que administram a riqueza dos primeiros.

Neste contexto, a solidificada ideia do desenvolvimento associado à industrialização é substituída pelo discurso da sociedade “pós-industrial”, tão bem representado pelo segmento de serviços, e, em particular, pelas finanças.

Neste cenário de mobilidade e domínio das finanças, as empresas procuram a valorização do capital de modo direto (D-D’) sem passar pelo âmbito produtivo. As empresas procuram deixar o seu capital o menos possível na forma imobilizada de instalações e maquinários, ou na forma mutante de matérias-primas, insumos e força de trabalho, ou ainda em elevados estoques de produtos acabados. As companhias – inclusive as do setor industrial - buscam fugir dos riscos da ‘iliquidez’ em ativos fixos (fábricas, máquinas, equipamentos) ou parcialmente fixos (matéria-prima, contratação de empregados).

Esta fuga da ‘iliquidez’ está associada à busca de ‘giros’ mais rápidos de capital e sua aplicação no mercado financeiro. Nesta lógica de valorização direta do capital, a organização enxuta e flexível é bastante funcional.

## **2. A indústria do Grande ABC Paulista diante da financeirização da economia**

A tabela 1 do anexo apresenta a receita líquida, o lucro líquido e a margem de lucro de empresas industriais do Grande ABC Paulista ranqueadas entre as 1000 maiores empresas do país.

Verifica-se na tabela 1 que é grande a amplitude de margens de lucro das empresas industriais (variando de -36,70% até + 22,97%).

Por sua vez, pela tabela 2, nota-se que a margem de lucro média do conjunto de empresas industriais do

Grande ABC Paulista evoluiu da seguinte forma entre 2012 e 2016: 1,94% em 2012; 2,28% em 2013; 2,98% em 2014; - 4,62% em 2015 e - 0,43% em 2016.

A mesma tabela 2 compara a margem de lucro anual média das indústrias do Grande ABC Paulista com a rentabilidade mínima das aplicações financeiras baseadas na taxa Selic.

Pode-se ver que, nos cinco anos pesquisados, a taxa selic é bastante superior à margem de lucro média das empresas industriais do Grande ABC Paulista: em 2012, a remuneração da taxa Selic foi de 8,62% contra 1,94% de margem de lucro média das indústrias; em 2013, respectivamente 8,06% contra 2,28%; em 2014, 10,81% contra 2,98%; em 2015, 13,24% contra -4,62%; em 2016, 14,00% contra - 0,43%.

A tabela 2 compara ainda a margem de lucro anual média das indústrias do Grande ABC Paulista e a rentabilidade mínima das aplicações financeiras baseadas na taxa Selic com a média de margens de lucro das cinco maiores instituições financeiras no Brasil. Este ponto será abordado mais adiante no item 4 desta nota técnica.

A tabela 3 mostra, na maior parte dos casos, o elevado e crescente grau de endividamento das empresas industriais do Grande ABC Paulista no mesmo período entre 2012 e 2016. Em 2016, por exemplo, o grau de endividamento variou de 6,80% até 2.918,90%.

Em notas técnicas anteriores, publicadas na 1ª e na 2ª Carta de Conjuntura da USCS, já pudemos analisar o drástico impacto do conjunto de transformações nas últimas décadas – incluindo o fenômeno da financeirização – sobre o valor adicionado, o emprego e o número de estabelecimentos da Região do Grande ABC Paulista.

### **3. No Brasil, a “financeirização” se intensificou ainda mais de 2016 até 2018, o que afeta negativamente a economia do Grande ABC Paulista, que se estrutura em torno da produção industrial**

A financeirização da economia brasileira se intensificou de 2016 até 2018. Isto tem reflexos negativos na economia do Grande ABC Paulista.

Uma evidência deste processo em curso no Brasil é a atual desregulamentação do mercado financeiro; maior peso do pagamento de juros no orçamento federal e a redução da abrangência e dos recursos dirigidos à Política Industrial, com o corte de diversos incentivos fiscais e desonerações tributárias.

A produção industrial será afetada ainda pelo “freio ao consumo” gerado por outras ações em curso como a redução das políticas sociais, o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo e a reforma trabalhista.

Um dos resultados possíveis da redução do consumo é que as margens de lucro do setor produtivo podem permanecer em níveis baixos. Isto no mesmo momento em que a Política Monetária tende a manter os juros altos.

Por conseguinte, a comparação das margens de lucro da atividade industrial com a rentabilidade das aplicações financeiras deverá, estruturalmente, favorecer ainda as aplicações financeiras.

Uma conclusão do exposto nesta nota técnica é que a defesa da valorização da produção e do emprego, e, por conseguinte, o combate à financeirização da economia, deve fazer parte do rol de bandeiras mobilizadoras da parcela da sociedade brasileira e de regiões industrializadas, como é o caso do Grande ABC Paulista.

### **4. O Montante e a Margem de Lucro das Instituições Financeiras no Brasil**

As tabelas 4 e 5 demonstram os montantes e as margens de lucro das instituições financeiras no Brasil. Estas tabelas também ajudam a ilustrar o processo de financeirização no Brasil e também mostram a grande desigualdade de rentabilidade verificada entre as empresas industriais e as instituições financeiras (como os bancos) que atuam no setor financeiro.

De acordo com a tabela 4, em 2016 as quatro maiores instituições financeiras no Brasil, em termos de lucro líquido, foram: Itaú Unibanco (R\$ 21,6 bilhões); Bradesco (R\$ 15,1 bilhões); Banco do Brasil (8,0 bilhões) e Santander (R\$ 5,5 bilhões).

Comparando-se os lucros obtidos no ano de 2016 com os de 2013, o lucro líquido destas instituições apresentou as seguintes variações: Itaú (+37,9%); Bradesco (+25,6%); Banco do Brasil (-49,0%) e Santander (+162,6%).

Vale registrar que, em 2016, das 28 instituições financeiras pesquisadas, apenas duas (a Pine e a Finansinos) tiveram lucro líquido negativo.

Já a tabela 5 evidencia as margens de lucro das instituições financeiras. Em 2016, as quatro maiores instituições financeiras do Brasil tiveram as seguintes margens de lucro no país: Itaú Unibanco (41,0%); Bradesco (28,3%); Banco do Brasil (25,2%); Santander (20,7%).

Os montantes e as margens de lucro muito elevadas das instituições financeiras no Brasil põem em destaque uma das especificidades da financeirização no Brasil: a extremamente acentuada discrepância atual na rentabilidade entre o negócio financeiro e a atividade produtiva. Isto torna ainda mais problemático o fenômeno da financeirização no Brasil, pois ele representa o contínuo fechamento de empresas industriais acompanhado do crescente desemprego e da perda de know-how tecnológico.

## **5. Recomendações preliminares de políticas públicas**

De maneira tópica, apresentamos a seguir, para discussão, um conjunto de medidas que, se executadas, podem contribuir para regular o processo de financeirização da economia brasileira:

- a. Aumentar o número de membros do Conselho Monetário Nacional, de forma a permitir a participação de representantes da atividade produtiva (representações empresariais e sindicais), bem como de outras instâncias da sociedade civil (como representantes das universidades), na definição da taxa de juros e na compatibilização da política monetária com o alcance da meta de inflação, mas também com a meta de crescimento do PIB e expansão dos empregos;
- b. Promover a obrigatoriedade de que os bancos privados participem e apoiem (com taxas de juros mais baixas e prazos mais ampliados de pagamento) projetos estratégicos na área industrial, especialmente associados à inovação tecnológica, substituição de Importações e sustentabilidade ambiental;
- c. Estabelecer percentual obrigatório de microfinanças nas operações dos bancos públicos e privados, acompanhado de taxas de juros mais baixas e prazos mais alongados de pagamento;
- d. Fortalecer os recursos do BNDES para viabilizar crédito de curto, médio e longo prazo às pequenas, médias e grandes empresas industriais;
- e. Apoiar a geração de novas modalidades de crédito, como o crédito solidário;
- f. Estabelecer restrições nas movimentações de capital entre os países, especialmente no

caso dos países em desenvolvimento;

g. Criar taxa sobre as operações financeiras internacionais.

**Referências bibliográficas:**

BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello; GALIPOLI, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: FACAMP, Contracorrente, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos Cebrap**, 86: 51-72, 2010.

\_\_\_\_\_. Por que o Sistema financeiro tornou-se tão poderoso? **Jornal dos Economistas**, mar., 2016.

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

**Tabela 1 – Receita líquida, lucro líquido e margem de lucro de empresas industriais1 do Grande ABC Paulista (Ranqueadas entre os maiores grupos do país), 2012-2016**

EMPRESA	2012			2013			2014			2015			2016		
	RECEITA LÍQUIDA em R\$ milhões [A]	LUCRO LÍQUIDO em R\$ milhões [B]	MARGEM DE LUCRO % [B/A]	RECEITA LÍQUIDA em R\$ milhões [A]	LUCRO LÍQUIDO em R\$ milhões [B]	MARGEM DE LUCRO % [B/A]	RECEITA LÍQUIDA em R\$ milhões [A]	LUCRO LÍQUIDO em R\$ milhões [B]	MARGEM DE LUCRO % [B/A]	RECEITA LÍQUIDA em R\$ milhões [A]	LUCRO LÍQUIDO em R\$ milhões [B]	MARGEM DE LUCRO % [B/A]	RECEITA LÍQUIDA em R\$ milhões [A]	LUCRO LÍQUIDO em R\$ milhões [B]	MARGEM DE LUCRO % [B/A]
BRASKEM	35.513,40	-738,30	-2,08%	40.969,50	507,00	1,24%	46.031,40	726,30	1,58%	47.283,00	2.898,80	6,13%	47.700,00	-768,00	-1,61%
WEG	6.173,90	664,90	10,77%	6.828,90	845,30	12,38%	7.840,80	962,30	12,27%	9.760,30	1.165,80	11,94%	9.367,00	1.127,80	12,04%
BASF	7.029,30	251,40	3,58%	7.809,10	258,10	3,31%	8.036,10	-77,60	-0,97%	8.655,90	-388,20	-4,48%	8.217,90	-481,40	-5,86%
TUPLY	2.671,10	66,40	2,49%	3.123,00	86,30	2,76%	3.114,70	89,20	2,86%	3.427,00	220,10	6,42%	3.255,30	-181,50	-5,58%
MAHLE METAL LEVE	2.228,80	179,50	8,05%	2.393,80	193,80	8,10%	2.333,00	196,70	8,43%	2.433,10	172,10	7,07%	2.236,00	4,10	0,18%
PRODUQUÍMICA	729,70	6,00	0,82%	855,10	3,70	0,43%	841,00	-27,30	-3,25%	1.059,30	-52,50	-4,96%	1.238,50	87,50	7,06%
BOMBIL	984,00	-24,60	-2,50%	1.160,00	-154,00	-13,28%	1.152,70	-57,50	-4,99%	1.091,50	-376,90	-34,53%	1.097,80	59,10	5,38%
PRYSMIAN	854,80	40,20	4,70%	1.118,20	62,60	5,60%	1.107,70	10,10	0,91%	1.088,30	-215,80	-19,83%	977,80	-32,80	-3,35%
TERMOMECÂNICA	927,90	80,20	8,64%	1.136,00	77,90	6,86%	1.183,00	89,80	7,59%	1.282,80	108,10	8,43%	855,00	67,00	7,84%
CBC CARTUCHOS	490,70	46,70	9,52%	588,60	79,70	13,54%	621,50	68,20	10,97%	710,60	39,50	5,56%	729,70	122,20	16,75%
AUTOMETAL	1.613,10	159,30	9,88%	2.553,10	151,00	5,91%	3.328,20	209,40	6,29%	699,20	-256,60	-36,70%	695,20	0,70	0,10%
IOCHPE MAXION	5.698,50	105,70	1,85%	6.126,5	211,3	3,45%	5911,7	118	2,00%	6846,5	119,8	1,75%	6816,5	89,1	1,31%
FAURECIA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	710,00	-7,40	-1,04%	506,60	-26,40	-5,21%	568,00	0,20	0,04%
VITOPPEL	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	545,30	-61,20	-11,22%	548,10	-24,10	-4,40%
MANGELS	648,30	-148,90	-22,97%	461,00	-137,30	-29,78%	449,90	-44,40	-9,87%	427,50	-143,60	-33,59%	427,50	4,60	1,08%
NAKATA	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	380,50	18,50	4,86%
TOLEDO DO BRASIL	317,50	nd	nd	382,90	20,20	5,28%	418,40	14,90	3,56%	403,90	-1,50	-0,37%	373,80	-1,80	-0,48%
GROB	Nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	369,90	12,40	3,35%

Elaboração própria dos autores, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS a partir do Ranking do Valor Econômico 1000 Maiores dos anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016.  
 1. Empresas com informações disponíveis de receita líquida e lucro líquido na publicação do Valor 1000, disponível em <http://www.valor.com.br/valor1000/2017/ranking1000maiores>. nd: não disponível

**Tabela 2 – Margem de lucro média de empresas industriais do Grande ABC Paulista (Ranqueadas entre os maiores grupos do país), rentabilidade mínima em aplicações financeiras (taxa Selic anual), 2012-2016 e média das margens de lucro das instituições financeiras no Brasil**

ANO	MÉDIA DAS MARGENS DE LUCRO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS NO GRANDE ABC	TAXA SELIC EM ACUMULADA NO ANO	MÉDIA DAS MARGENS DE LUCRO DOS 5 MAIORES BANCOS NO BRASIL
2012	1,94%	8,62%	39,82%
2013	2,28%	8,06%	51,71%
2014	2,98%	10,81%	54,94%
2015	-4,62%	13,24%	624,43%
2016	-0,43%	14,00%	33,03%

Elaboração própria dos autores, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS a partir do Ranking do Valor Econômico 1000 Maiores dos anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e taxa Selic acumulada em dezembro de cada ano; e software Economática. \* Empresas com informações disponíveis de receita líquida e lucro líquido na publicação do Valor 1000, disponível em <http://www.valor.com.br/valor1000/2017/ranking1000maiores>

**Tabela 3 – Grau de endividamento de empresas industriais do Grande ABC Paulista, Ranqueadas entre os maiores grupos do país, 2012-2016**

EMPRESA	2012	2013	2014	2015	2016
	NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO %				
BRASKEM	375,10	529,40	738,50	4.382,40	2.918,90
WEG	113,70	118,50	129,30	131,70	122,50
BASF	190,20	248,10	422,10	403,30	344,80
TUPY	220,50	137,00	144,20	138,70	137,60
MAHLE METAL LEVE	72,30	76,70	89,20	92,00	93,70
PRODUQUÍMICA	361,40	404,50	497,10	272,20	150,30
BOMBRIL	nd	nd	nd	nd	nd
PRYSMIAN	151,00	140,20	157,30	434,90	118,10
TERMOMECÂNICA	23,40	27,40	29,00	32,90	6,80
CBC CARTUCHOS	273,80	255,50	228,90	71,70	90,60
AUTOMETAL	105,10	181,30	173,00	134,70	61,50
IOCHPE MAXION	430,30	317,60	292,00	225,30	249,90
FAURECIA	nd	nd	176,90	97,40	59,60
VITPEL	nd	nd	nd	nd	nd
MANGELS	2.388,90	nd	nd	nd	nd
NAKATA	nd	nd	nd	nd	192,10
TOLEDO DO BRASIL	nd	125,60	119,60	117,70	112,10
GROB	nd	nd	nd	nd	191,00

Elaboração própria dos autores, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS a partir do Ranking do Valor Econômico 1000 Maiores dos anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, com as empresas que possuem sede no Grande ABC Paulista. nd: não disponível.

**Tabela 4 – Lucro das Empresas no Sistema Financeiro Brasileiro Consolidado Anual**

Nome da Empresa	Lucro Líquido *			
	2013	2014	2015	2016
ItauUnibanco	15.695.749	20.241.564	23.359.834	21.639.125
Bradesco	12.011.028	15.088.818	17.189.635	15.083.578
Banco do Brasil	15.757.937	11.245.814	14.399.559	8.033.556
Santander BR	2.107.327	2.161.170	6.998.196	5.532.962
Btgp Banco	2.669.689	3.369.246	5.623.498	3.408.583
Dibens Leasing SA	1.746.352	1.930.478	979.646	991.931
Banrisul	791.614	691.416	848.770	659.689
Santander Leasing SA	218.424	460.957	498.027	527.108
Nord Brasil	360.357	747.350	305.723	732.071
Bradesco Leasing SA	451.830	399.557	291.307	200.853
Amazonia	182.498	186.319	248.968	130.682
Banpara	140.865	148.064	204.077	231.442
BRB Banco	168.982	128.307	84.214	200.533
Safra Leasing SA	51.853	158.399	78.113	65.271
Banestes	109.944	133.700	150.861	161.355
Pine	161.596	94.307	41.026	-14.301
Banco Rci Brasil S/A	72.941	71.617	100.823	78.509
Alfa Invest	67.764	68.737	80.654	84.044
BV Leasing ArrendMerc SA	109.716	128.399	58.672	34.709
Alfa Financ	53.403	37.157	39.062	40.053
Banese	51.532	6.978	27.154	65.524
Banco Industrial do Brasil S/A	33.475	40.284	46.611	47.930
Bic Arrend Mercantil S/A	30.846	-4.836	14.022	19.993
Merc Brasil	3.850	-167.388	70.433	18.319
MercFinanc	20.514	1.776	-12.605	635
MercInvest	2.123	3.494	4.058	13.089
BMG Leasing S/A ArrendMerc	4.624	-1.115	5.752	18.031
Finansinos	462	681	-4.539	-128

\*em Mil Reais no exercício consolidado.

Elaboração própria dos autores, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados coletados do software Econômica em 2018.

**Tabela 5 – Margem de Lucro no Sistema Financeiro Brasileiro Consolidada Anual**

Nome da Empresa	Margem de Lucro				
	2012	2013	2014	2015	2016
ItauUnibanco	43,66%	49,79%	53,71%	85,52%	41,02%
Bradesco	33,71%	48,09%	44,37%	63,33%	28,28%
Banco do Brasil	44,05%	54,89%	38,12%	79,07%	25,16%
Santander BR	15,32%	13,66%	13,03%	115,92%	20,65%
Btgp Banco	62,36%	92,15%	125,51%	2778,31%	50,06%
Dibens Leasing SA	71,65%	77,77%	112,62%	426,71%	412,48%
Banrisul	28,44%	26,34%	23,00%	29,65%	18,84%
Santander Leasing SA	195,85%	-26,32%	125,15%	126,42%	85,60%
Nord Brasil	42,32%	36,03%	59,30%	27,69%	55,56%
Bradesco Leasing SA	50,67%	58,00%	58,22%	61,61%	45,41%
Amazonia	45,01%	56,89%	44,02%	44,87%	16,54%
Banpara	26,79%	25,51%	23,40%	25,62%	24,83%
BRB Banco	19,77%	14,70%	11,52%	7,34%	13,84%
Safra Leasing SA	148,77%	43,82%	95,50%	53,20%	40,19%
Banestes	18,64%	24,20%	25,25%	26,57%	25,21%
Pine	49,83%	59,90%	29,29%	43,49%	-17,01%
Banco Rci Brasil S/A	220,20%	89,53%	496,51%	82,35%	14,97%
Alfa Invest	32,91%	45,93%	52,48%	54,42%	50,91%
BV Leasing ArrendMerc SA	33,53%	53,67%	58,48%	53,03%	39,88%
Alfa Financ	26,23%	20,08%	12,04%	11,99%	11,61%
Banese	27,50%	28,63%	9,35%	14,32%	27,53%
Banco Industrial do Brasil S/A	48,70%	43,90%	41,89%	57,05%	40,13%
Bic Arrend Mercantil S/A	45,44%	51,95%	-1188,21%	48,86%	47,00%
Merc Brasil	7,52%	0,50%	-24,22%	5,83%	1,52%
MercFinanc	34,15%	18,32%	1,68%	-8,74%	0,58%
MercInvest	40,43%	33,62%	48,03%	41,74%	42,75%
BMG Leasing S/A ArrendMerc	-13,76%	59,30%	-11,71%	17,00%	47,68%
Finansinos	30,52%	7,94%	11,65%	-286,37%	-3,12%

Elaboração própria dos autores, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de dados coletados do software Econômica em 2018.



### 3. O CONSUMO DO GRANDE ABC PAULISTA NO RANKING NACIONAL 2018

Jefferson José da Conceição

#### Resumo Executivo

*Com base nos levantamentos da IPC Marketing Editora, tem-se que o consumo potencial (projetado) do Grande ABC Paulista foi de R\$ 66,9 bilhões em 2016; R\$ 72,6 bilhões em 2017; e deverá atingir R\$ 75,9 bilhões em 2018. Já a participação percentual relativa da Região do Grande ABC Paulista no total do consumo nacional foi de 1,78% em 2014; 1,75% em 2015; 1,71%, em 2016; 1,72% em 2017 e 1,71% em 2018.*

A empresa IPC Marketing Editora realiza anualmente estudo no qual projeta os gastos de consumo nas cidades e regiões brasileiras. A partir daí, a empresa estima a participação de cada região no consumo nacional. Os dados parciais da Pesquisa 2018, relativos ao Grande ABC Paulista, foram recentemente divulgados e constam da tabela ao final desta nota técnica.

Com base nos indicadores disponíveis, pode-se afirmar que houve certa estabilidade no resultado absoluto do consumo potencial da região, quando se comparam estes resultados com os do ano de 2017.

O consumo potencial (projetado) do Grande ABC Paulista foi de R\$ 66,9 bilhões em 2016; R\$ 72,6 bilhões em 2017; e deverá atingir R\$ 75,9 bilhões em 2018. Portanto, mesmo que se elimine o efeito da inflação (prevista entre 2% e 3% neste ano), deverá ocorrer um crescimento do consumo potencial absoluto total da Região em 2018 quando comparado com 2017- ainda que este crescimento do consumo absoluto seja pequeno.

Entretanto, no que tange à participação percentual relativa da Região do Grande ABC Paulista no total do consumo nacional, a pesquisa indica queda dos números referentes à região. Esta participação deverá passar de 1,78% em 2014; 1,75% em 2015; 1,71%, em 2016; 1,72% em 2017 para 1,71% em 2018. Por conseguinte, este resultado mantém a tendência de queda de participação do consumo da região no total nacional.

Entendemos que esta queda de participação percentual relativa da Região do Grande ABC Paulista no total do consumo nacional deve-se provavelmente:

1. à retomada ainda incerta e instável da produção industrial no país e no Grande ABC, em particular. A economia do Grande ABC é bastante dependente do setor industrial – e, portanto, também os empregos e o consumo a ela vinculados.
2. à reforma trabalhista implementada desde o final de 2017 que, além de não ter gerado o volume de empregos prometidos (a taxa de desemprego esperada para 2018 é de cerca de 12%), contribuiu para precarizar ainda mais as relações de trabalho no país e no Grande ABC Paulista, reduzindo o rendimento médio dos assalariados em geral – o que certamente se reflete em retração do consumo. Neste sentido, por ter historicamente categorias mais organizadas e com acordos coletivos melhores, a Região do Grande ABC Paulista será mais fortemente afetada que outras em termos de queda do rendimento médio e redução do potencial de consumo.



	A	B	C	D/E	TOTAL
Número de Domicílios Urbanos	32.139	270.675	466.313	174.110	943.237
	3,4%	28,7%	49,4%	18,5%	100,0%
Potencial de Consumo por Categoria - em R\$					
Categorias IPC Maps 2018	A	B	C	D/E	TOTAL
Alimentação no Domicílio	588.766.295	3.146.117.999	3.543.264.124	695.944.783	7.974.093.202
Alimentação fora do Domicílio	610.481.322	2.210.849.558	1.640.218.081	266.562.924	4.728.111.885
Bebidas	85.436.720	383.730.719	374.508.379	61.171.326	904.847.144
Manutenção do Lar	2.357.613.114	9.088.029.763	7.889.301.113	1.621.308.917	20.956.252.906
Artigos de Limpeza	47.041.734	165.507.013	202.356.489	36.391.026	451.296.263
Mobiliários e Artigos do Lar	157.181.630	515.892.489	444.246.194	100.626.294	1.217.946.608
Eletrodomésticos e Equip.	183.844.609	709.746.018	706.815.174	132.125.765	1.732.531.566
Vestuário Confeccionado	258.902.654	992.556.429	801.679.004	148.413.034	2.201.551.121
Calçados	116.379.974	451.745.291	341.157.153	63.590.228	972.872.646
Outras Despesas com Vestuário	21.279.418	67.431.255	34.528.320	6.987.937	130.226.930
Transportes Urbanos	121.450.000	892.514.187	1.097.925.796	201.897.629	2.313.787.619
Gastos com Veículo Próprio	617.976.488	2.122.064.805	947.038.651	122.342.653	3.809.422.797
Higiene e Cuidados Pessoais	152.322.113	635.936.078	626.657.584	108.796.805	1.523.712.580
Gastos com Medicamentos	210.986.434	966.847.656	1.094.412.168	255.167.211	2.527.413.470
Outras Despesas com Saúde	552.985.573	1.202.011.265	585.133.354	47.249.206	2.387.379.398
Livros e Material Escolar	51.979.170	162.884.303	90.710.251	13.438.341	319.012.065
Matrículas e Mensalidades	453.231.077	866.938.264	176.929.824	4.085.256	1.501.184.420
Despesas com Recreação e Cultura	222.239.355	607.195.845	344.265.894	53.269.582	1.226.970.676
Despesas com Viagens	294.712.954	545.353.585	263.773.290	34.670.919	1.138.510.748
Fumo	32.684.598	182.191.105	242.360.959	60.257.519	517.494.181
Materiais de Construção	507.057.707	1.439.622.150	418.603.556	52.839.555	2.418.122.968
Outras Despesas	3.397.060.205	7.684.711.827	3.324.945.767	420.888.828	14.827.606.626
<b>Total do Consumo Urbano</b>	<b>11.041.613.151</b>	<b>35.039.877.605</b>	<b>25.190.831.325</b>	<b>4.508.025.737</b>	<b>75.780.347.819</b>
Consumo Rural					170.392.465
<b>Total do Consumo Urbano + Rural</b>					<b>75.950.740.283</b>
	14,6%	46,2%	33,2%	5,9%	100,0%



IPC Marketing Editora Ltda - Rua Bom Pastor, 2224 cj. 1012  
04203-002 - São Paulo - SP - Fone: (011) 2219.0321  
Visite nosso site: <http://www.ipcbr.com>



Fonte: IPC Marketing, 2018.

## 4. A INDÚSTRIA AEROESPACIAL E O SEU POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO GRANDE ABC PAULISTA

Volney Aparecido de Gouveia

### Resumo Executivo

*A indústria aeroespacial brasileira alcança destaque no cenário econômico global, mas ainda possui cadeia produtiva nacional pouco integrada e dependente de recursos externos. Políticas de fomento à produção local poderiam gerar 32 mil novos empregos (o dobro do atual). A instalação da nova fábrica sueca SAAB em São Bernardo do Campo no Grande ABC Paulista e o novo curso de Ciências Aeronáuticas da USCS são movimentos importantes na região que sinalizam para um futuro de maior autonomia produtiva com melhores alternativas de emprego e renda. A integração entre empresas e universidades na região se constitui em oportunidade única para ampliar a posição de destaque do ABC Paulista no cenário econômico nacional.*

A indústria aeroespacial é um complexo produtivo que envolve diversas áreas, notadamente a aeronáutica, a de defesa e a espacial. Ela envolve uma gama de setores que vai da fabricação de aeronaves e motores, além de equipamentos de navegação, a projetos mais complexos de satélites, armamentos guiados e propulsores. A tabela 1 detalha os setores que compõem cada um dos segmentos.

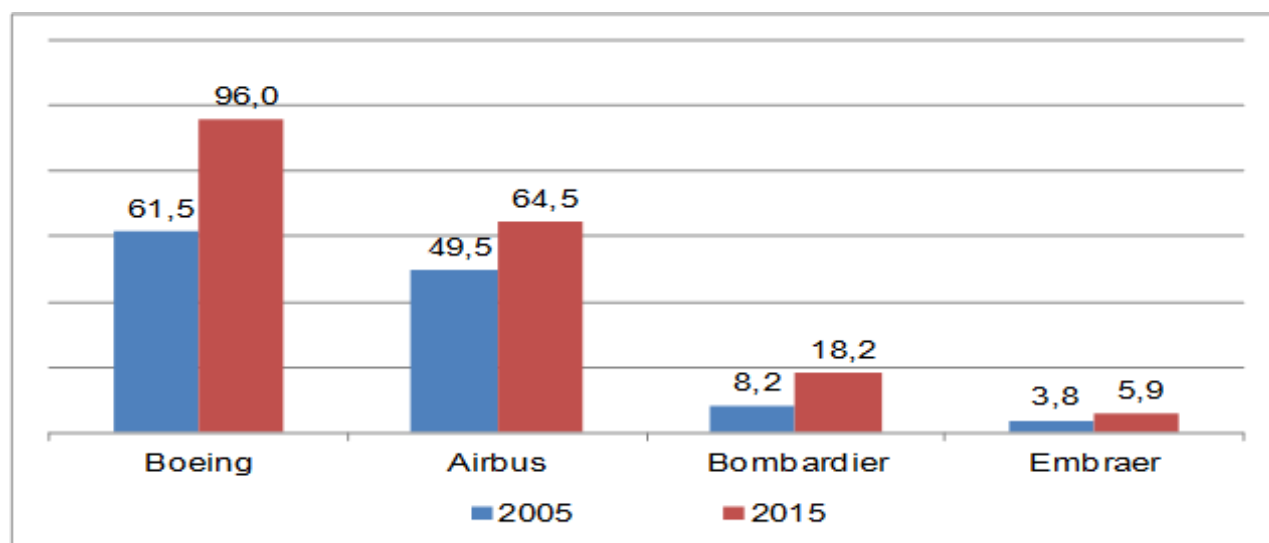
Tabela 1 – Composição da Indústria Aeroespacial por Setor

Aeronáutico		Defesa	Espacial
produtos	serviços		
aviões	manutenção	aeronaves	satélites
helicópteros	reparo	sistemas	estruturas
motores	revisão geral	equipamentos	equiptos de bordo
peças e componentes	projetos	componentes e partes	foguetes
eqptos radiocomunicação		armamentos não guiados	veículos lançadores
eqptos navegação		armamentos inteligentes	propulsão
tráfego aéreo			consultorias

Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS AEROESPACIAIS DO BRASIL - AIAB.

O segmento aeronáutico é aquele que concentra o maior volume de receita (US\$ 5,6 bilhões), respondendo por praticamente 80% de tudo que é produzido pela indústria aeroespacial brasileira (2015). A produção é quase que integralmente direcionada ao setor exportador (83%), cujo montante estimado é de US\$ 5,9 bilhões, incluindo componentes de defesa e espacial. Os setores de defesa e espacial respondem juntos por 14% do restante (US\$ 0,98 bilhão por ano). As principais empresas fabricantes de aeronaves no mundo são Boeing, Airbus, Bombardier e Embraer. Todas estas empresas apresentaram expansão no período 2005-2015 em seus volumes de negócios no decênio 2005-2015 (gráfico 1).

**Gráfico 1 – Indicadores de Receita das Principais Fabricantes Aeronáuticas, em US\$ bilhões**



Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Site das empresas.

O conjunto da indústria aeroespacial emprega, no Brasil, uma média de 25 mil trabalhadores, cuja produtividade média – medida em termos de receita bruta anual por trabalhador – é de 288 mil dólares. No período 2012-2016, a produtividade variou 4,9%, ou 1,2% ao ano. A tabela 2 apresenta um resumo dos principais indicadores desta indústria:

**Tabela 2 – Indicadores de Receita, Emprego e Exportação, Setor Aeroespacial**

Ano	Receita US\$ bi	Empregos mil	Distribuição %			Exportações	
			Aeronáutico	Defesa	Espacial	%	US\$ bi
2012	7,5	23,5	85,7	12,2	0,2	80,0	6,0
2013	7,0	27,0	80,8	17,1	0,5	77,1	5,4
2014	6,0	25,4	84,3	15,7	0,0	85,0	5,1
2015	7,5	25,5	79,9	17,9	0,1	85,3	6,4
2016	7,4	22,1	66,7	6,2	0,1	87,8	6,5
Média	7,1	24,7	79,5	13,8	0,2	83,1	5,9

Elaboração do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS AEROESPACIAIS DO BRASIL - AIAB.

A receita total do setor aeroespacial é estimada em US\$ 7,1 bilhões anuais, empregando 24,7 mil trabalhadores, sendo que a maior parte destes profissionais se concentra no segmento aeronáutico, e vem se reduzindo no decorrer do ano.

O setor possui capacidade de produzir efeitos multiplicadores de emprego e renda, mas não a explora a contento em razão da baixa dinâmica da internalização da cadeia produtiva, que é incipiente e dependente de insumos importados (Gomes, 2012).

Em outros termos, o Brasil exporta produtos de alto valor agregado (aeronaves e equipamentos), mas uma parte dos insumos utilizados na fabricação destes produtos é importada (52%); a outra parte (48%) é fornecida por empresas estrangeiras aqui sediadas, produzindo renda que é enviada às suas matrizes.

Se analisarmos os insumos mais importantes do setor (aeronave e os sobressalentes para manutenção), há grande dependência de insumos importados e praticamente inexistem empresas nacionais capazes de atender a esta demanda interna. Aquelas que existem - como General Electric e Rolls Royce – são provedoras de serviços e peças cujas tecnologias são importadas, corroborando a argumentação de Vilha (2013, p.13) de que “parte considerável das empresas de alta tecnologia instaladas no Brasil é subsidiária de multinacionais, incorrendo na importação de tecnologia de suas matrizes estrangeiras e dedicando localmente esforços incrementais de pesquisa e inovação”.

Neste sentido, a partir de dados de 2005 publicados por Gomes (2012), é possível demonstrar, grosso modo, como se distribuem as etapas de agregação de valor da indústria aeronáutica. Considerando um total exportado de US\$ 9,6 bilhões em 2005, 23% foram contribuições dos insumos domésticos; 25% dos insumos importados; 37% da construção, montagem e reparação de aeronaves e 16% de renda líquida efetivamente produzida. A tabela 3 mostra a distribuição das principais etapas de agregação de valor:

**Tabela 3 – Etapas de Agregação de Valor às Exportações (US\$ mil e Participação %)**

Insumos domésticos	2172	23%
Insumos importados	2322	25%
Construção de aeronaves	3471	37%
Subtotal	7965	84%
Renda líquida	1473	16%
Exportações	9438	100%

Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Gomes (2012).

Gomes (2012) aponta que “a elevada absorção de insumos importados e de fluxos intrasetoriais (25%) indica que a repercussão dos efeitos multiplicadores do setor na economia é limitada à própria cadeia produtiva”.

Assim, pode-se estimar o volume de emprego e renda a ser gerado a partir do adensamento da cadeia produtiva no Brasil. Se diminuirmos para zero os 25% de insumos importados constantes da tabela acima, quais seriam os benefícios econômicos em termos de emprego e renda?

Segundo a ABDI (2005), para cada milhão de dólares investidos no setor, 13,62 empregos são gerados, sendo 5,6 diretos e 8,0 indiretos. Estima-se que se poderia gerar 32 mil novos postos de trabalho (diretos e indiretos) na cadeia produtiva local, considerando o valor aproximado de 2,3 bilhões de dólares que o país desembolsa anualmente para importar os insumos aeronáuticos. Este número praticamente dobraria a quantidade de trabalhadores já atuantes no setor.

O ativismo industrial da Região do Grande ABC nos últimos anos, especialmente entre 2010 e 2015, visando atrair investimentos na área aeroespacial, vai ao encontro do que propõem Lemos et al (2009), que é o de adensar a cadeia produtiva e ampliar os efeitos multiplicadores internos, tornando o país menos dependente de insumos aeronáuticos importados.

Para minimizar a dependência de insumos importados, o BNDES é fonte importante de financiamento, devendo os gestores regionais apresentar programas de adensamento produtivo local de forma a garantir estes financiamentos para a região.

Adicionalmente, o Grande ABC Paulista vem se mobilizando de forma pioneira na capacitação de profissionais para o setor, a exemplo do novo curso de Ciências Aeronáuticas da USCS, cuja proposta é a de formar profissionais gestores do sistema aeronáutico.

### Referências bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS AEROESPACIAIS DO BRASIL - AIAB. Números da AIAB, 2018. Disponível em: <http://www.aiab.org.br/numeros-da-aiab.asp>

AIRBUS. **Investor Overview**. Disponível em: <https://www.airbus.com/investors.html>

BOEING. **Current Annual Report**. Disponível em: <http://investors.boeing.com/investors/overview/default.aspx>

BOMBARDIER. **Investor relations**. Disponível em: <https://ir.bombardier.com/en>

EMBRAER. **Relações com Investidores**. Disponível em: <https://ri.embraer.com.br>

GOMES, Sérgio Bittencourt Varella; BARCELLOS, João Alfredo; FONSECA, Paulus Vinicius da Rocha. O apoio ao desenvolvimento do setor de aeroespacia e defesa: visões da experiência internacional. **BNDES**, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/setor-aeroespacial-defesa>

ARAÚJO, Bruno; DE NEGRI, F. Estudo sobre como as empresas brasileiras nos diferentes setores industriais acumulam conhecimento para realizar inovação tecnológica. Relatório Setorial: Indústria de Bens de Capital. **Estudos Setoriais de Inovação**, Belo Horizonte, ABDI, 2009.

VILHA, Anapátricia Morales. Práticas de Gestão de Inovação Tecnológica: proposição de um modelo para pequenas e médias empresas brasileiras. **Revista Gestão & Conexões**, v. 2, n. 1, p. 116-146, 2013.

## 5. UM AEROPORTO NO GRANDE ABC PAULISTA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Volney Aparecido de Gouveia

### Resumo Executivo

*O forte crescimento da demanda por transporte aéreo no Brasil nos últimos anos, associado à expectativa de que esta demanda dobre nos próximos vinte anos, impõe o desafio aos governos locais da necessidade de ampliação da infraestrutura aeroportuária. A Região Metropolitana de São Paulo dispõe de apenas dois aeroportos com operações de voos regulares (Congonhas e Guarulhos), cujas capacidades estão no limite. Para garantir a fluidez da demanda, o Grande ABC Paulista se constitui em alternativa para instalação de um novo aeroporto no conceito “cidade aeroportuária” para operações de voos regulares, com potencial para gerar 10 mil novos empregos, contribuindo para o desenvolvimento da região e da própria aviação brasileira.*

Aeroportos são estruturas de transporte complexas que movimentam em grande escala passageiros, cargas, aeronaves e profissionais. Sua função deixou de ser apenas primária, isto é, de movimentação de passageiros e carga. Modernamente, fala-se em “cidade aeroportuária”, aquela que incorpora ao seu core business atividades de comércio, hotelaria, centros de eventos, serviços automotivos, locações, etc.

Atualmente, são mais de 2.400 aeroportos espalhados por 175 países (ACI, 2017). O Airport Council International - ACI estima que, em 2017, os 919 aeroportos - que movimentaram 78% de todo o tráfego mundial - geraram uma receita de US\$ 161,3 bilhões, sendo 56% com atividade aeronáutica, 39,4% não aeronáutica (concessões, estacionamento, locação de espaço e outros) e 2,6%, outras receitas. A receita global por passageiro foi de US\$ 17,27 e o custo por passageiro, de US\$ 13,55. Isto produziu uma margem de lucro operacional de 22,2% e um retorno sobre o capital investido de 7,3%. Foram 9,3 bilhões de passageiros movimentados nestes aeroportos.

No período entre 2005 e 2015, a demanda por transporte aéreo no Brasil avançou mais de 100%, passando de 54 milhões de passageiros em 2006 para 109 milhões de passageiros em 2016 (ANAC, 2017). Para o período entre 2017 e 2037, segundo a Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA (2018), a previsão é de que este número dobre, chegando o país à marca de 200 milhões de passageiros em 2037 (taxa média de 3,35% ao ano). A projeção de carga aérea também é promissora: 84% de crescimento em 20 anos nos aeroportos sistêmicos e regionais. A região Sudeste continuará liderando o volume de carga transportada no Brasil (62% do total).

É neste contexto de forte crescimento da aviação que o Grande ABC Paulista se apresenta como espaço econômico capaz de contribuir para os avanços da aviação comercial brasileira, não apenas no âmbito da indústria aeronáutica, mas, sobretudo, da aviação comercial, aquela responsável pelo transporte de passageiros e cargas.

Atualmente, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) possui apenas dois aeroportos (Guarulhos e Congonhas). Estes aeroportos já estão com sua capacidade no limite e, portanto, sem possibilidades de ampliação de sua infraestrutura para acomodar as projeções de crescimento do tráfego (Oliveira & Alves,



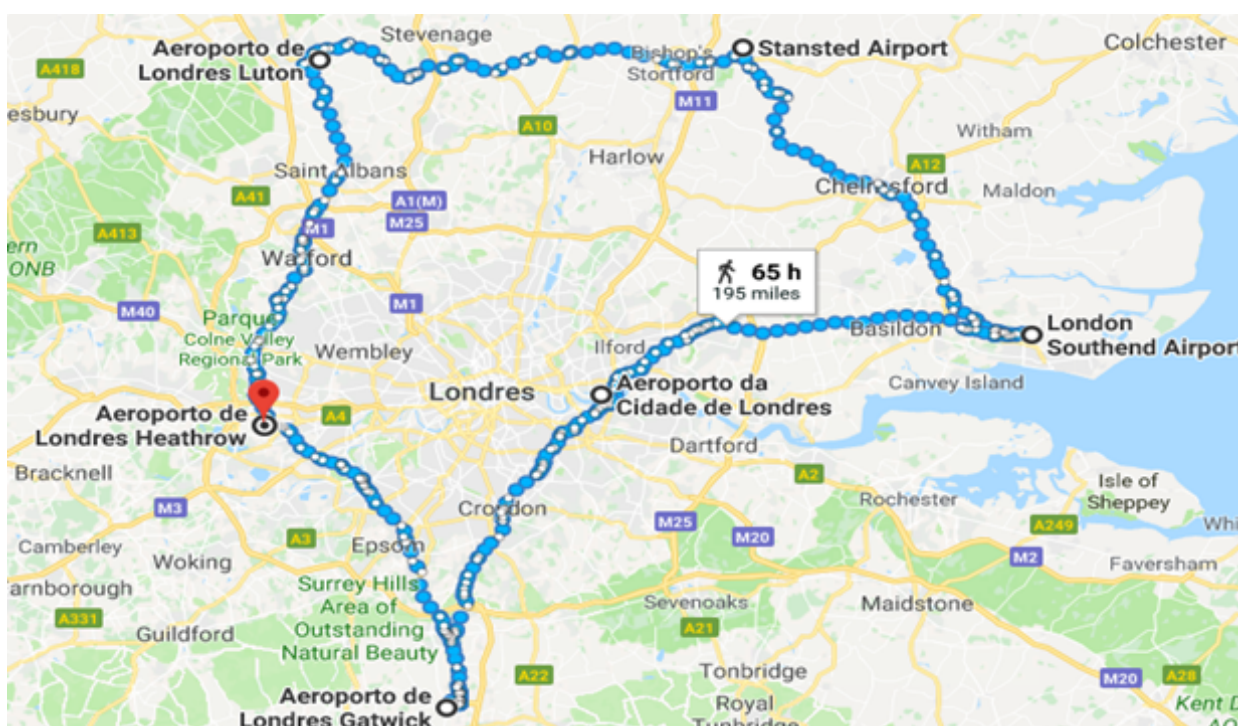
2008).

A título de comparação, a Grande Londres (GL), que tem uma população equivalente a 40% da população da RMSP, conta com seis aeroportos (Heathrow, Gatwick, Stansted, Luton, City e Southend) que, juntos, movimentam quase 2,5 vezes o volume de passageiros de Guarulhos e Congonhas.

Enquanto Londres levou 13,4 anos em média para construir cada aeroporto, São Paulo levou 51 anos (Congonhas - CGH em 1934 e Guarulhos - GRU em 1985). Os aeroportos estão localizados de forma a atender ao tráfego do seu entorno e permitir também a operação de empresas de baixo custo (low cost).

Com isto, os aeroportos garantem níveis de competitividade entre empresas e transferem os ganhos de produtividade aos passageiros. A figura 1 mostra a distribuição equidistante dos seis aeroportos da cidade londrina:

**Figura 1 – Distribuição espacial dos 6 aeroportos da Grande Londres**



Fonte: Google Maps. Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

O atraso na construção de novos aeroportos na Região Metropolitana de São Paulo vem resultando, nos últimos anos, no estrangulamento da infraestrutura aeroportuária existente (CGH e GRU). Isto, por sua vez, limita a expansão da própria demanda do transporte aéreo, exigindo assim a construção de um novo aeroporto.

Geograficamente, o Grande ABC Paulista se constitui em área apropriada para acomodar um novo aeroporto, não apenas pela sua localização, mas, sobretudo, pelo seu potencial de mercado: PIB de R\$ 112 bilhões e mercado consumidor com 2,5 milhões de pessoas, sem considerar as regiões do entorno. Comparando com a Grande Londres, a população do Grande ABC Paulista representa 30% da londrina e 18% de seu PIB; 12% da população da Região Metropolitana de São Paulo e 12% de seu PIB. A tabela 1 abaixo mostra alguns indicadores comparativos entre a Região Metropolitana de São Paulo, a Grande Londres e o Grande ABC Paulista.

**Tabela 1 – Comparativo de Indicadores Socioeconômicos Regiões Selecionadas**

Indicadores	RMSP	Grande Londres	Grande ABC
População (mi)	21,4	8,5	2,5
PIB per capita (EUR)	10.479	72.900	9.956
Área (km <sup>2</sup> )	7.946	1.572	825
IDH	0,79	0,91	0,79
PIB (EUR bi)	211	623	25

Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: IBGE e Eurostat.

Quando comparamos geograficamente as regiões de São Paulo e Londres, cujo número de habitantes é 40% menor que a população da Região Metropolitana de São Paulo, identifica-se a necessidade de construção de novos aeroportos nesta região. O cinturão populacional da mesma região se espalhou e suas populações precisam realizar grandes deslocamentos para se chegar a Congonhas ou Guarulhos.

Alguns projetos de novos aeroportos foram aventados no passado recente, como o de Caieiras-CCR em 2015 e o apresentado pela então Gestão Municipal de São Bernardo do Campo em 2014 ao Ministro da Aviação Civil (CONCEIÇÃO et al, 2015). Entretanto, o cenário de crise econômica e política dos últimos três anos abortou as possibilidades de se levar estes projetos adiante.

No contexto de expansão aventada para os próximos anos, torna-se necessário retomar os projetos de construção de novos aeroportos pelas autoridades municipais. Um novo aeroporto deveria movimentar passageiro e carga; e ter o mesmo porte do aeroporto de Congonhas, com potencial para receber 20 milhões de passageiros/ano e 40 mil toneladas de carga/ano, contribuindo para a geração de 10 mil novos empregos (Aeroportos Brasil Viracopos).

Expandindo-se o cenário, e considerando o mesmo número de aeroportos da Grande Londres, a Região Metropolitana de São Paulo poderia contar com mais três novos aeroportos: Caieiras, Itapevi e Suzano-Mogi das Cruzes, com potencial para gerar 30 mil novos empregos.

A figura 2, disposta no Anexo, apresenta um cenário hipotético de distribuição geográfica de novos aeroportos na Região Metropolitana de São Paulo.

Se levarmos em conta o potencial populacional e econômico da Região Metropolitana de São Paulo, há insuficiência de infraestrutura aeroportuária na região. A expansão do mercado aéreo brasileiro abre perspectivas para o desenvolvimento de novos aeroportos, notadamente na Região do Grande ABC Paulista, que assiste à carência do modal aéreo para atender suas atividades produtivas e os fluxos de passageiros. A rentabilidade média de 22% por passageiro, segundo o Airport Council International - ACI, justifica a realização de estudos mais detalhados para se explorar o conceito de “cidade aeroportuária” e adotá-lo em novas construções na Região Metropolitana de São Paulo.

É preciso que os gestores públicos da Região do Grande ABC Paulista voltem a se apropriar desta agenda e a levem adiante, não apenas para contribuir com o desenvolvimento da região, mas também com o da Região Metropolitana, o do Estado de São Paulo e da própria aviação comercial brasileira.

#### Referências bibliográficas:

ACI. **Relatório anual de tráfego do aeroporto mundial**, 2017. Disponível em: <https://store.aci.aero/product/annual-world-airport-traffic-report-2017/>. Data de acesso: 15 de julho de 2018.

ACI. **AirportEconomics**. 2017. Disponível em: <https://store.aci.aero/product/2018-airport-key-performanceindicators/>. Data de acesso: 15 de julho de 2018.

ANAC. **Dados do Anuário do Transporte Aéreo**. 2016. Disponível em <<<http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/anuario-do-transporte-aereo/dados-do-anuario-do->

transporte-aereo>>. Data de acesso: 15 de julho de 2018.

ANEAA. **Projeção de Demanda da Aviação Civil, Passageiros, Aeronaves e Cargas 2017-2037.** Disponível em <http://www.transportes.gov.br/images/AEROPORTOS/ProjDemandaPress.pdf>. Data de acesso: 15 de julho de 2018.

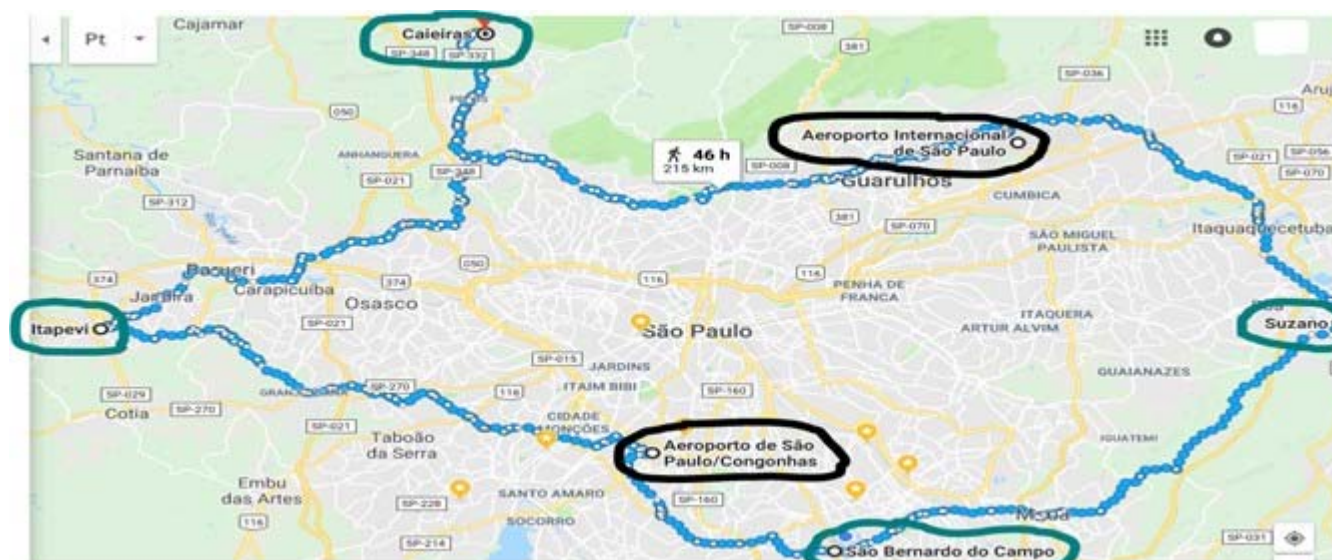
CONCEIÇÃO, Jefferson José da; KLINK, Jeroen Johannes; OLIVEIRA, Nilza Aparecida de; ANAV, Roberto Vital. **A cidade desenvolvimentista: crescimento e diálogo social em São Bernardo do Campo, 2009-2015.** SP: Fundação Perseu Abramo, 2015. Data de acesso: 15 de julho de 2018.

OLIVEIRA, P. **Os Aeroportos e a Adaptação aos Desafios do Crescimento, 2008.** ISEC. Disponível em <<http://dited.bn.pt/31623/2610/3187.pdf>>. Data de acesso: 15 de julho de 2018.

OLIVEIRA & ALVES. **Estudo da Capacidade Aeroportuária da Grande São Paulo.** Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP, Brasil, Outubro, 20 a 23, 2008. Disponível em <<http://www.bibl.ita.br/xivencita/INFRA02.pdf>>

**Anexos**

**Figura 2 – Cenário de Distribuição espacial dos 6 aeroportos da RMSP**



Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Google Maps.

**Tabela 2 – Dados de Aeroportos da Grande Londres**

Aeroporto	Heathrow	Gatwick	Stansted	Luton	City	Southend
Natureza	Internacional					
Tipo	Público					
Inauguração	1929	1920	1943	1938	1987	1935
Pax/ano (mil)	78 (2017)	45,5 (2017)	22,3 (2008)	12,3 (2015)	4,5 (2017)	1,1 (2017)
movimento aviões (mil)	476	286	193	114	80,5	25
Distância do centro (km)	23	47,5	50	56,5	11	58
Pista (m)	3902/3660	2565/3375	3050		1500	1856
#empresas	85/10	52	17		12	7
Capacidade m2						
Empresas operadoras	Many companies	Many companies	Many companies	EasyJet, Monarch, Thomson Airways e Ryanair	Many companies	Air Malta, easyJet, Flybe, lgavion, Loganair, Ryanair, Volotea

Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Civil Aeronautics Board -CAB (nda).

**Tabela 3 – Dados de Aeroportos da RMSP e Campinas**

<b>Aeroporto</b>	<b>Congonhas</b>	<b>Guarulhos</b>	<b>Campo Marte</b>	<b>Viracopos</b>
Natureza	Nacional	Internacional	Nacional	Internacional
Tipo	Público			
Inauguração	1934	1985	1929	1960
Pax/ano (mi)	20,5 (2015)	37,8 (2017)	0,39 (2012)	10,3 (2016)
movimento aviões (mil)	214	268	143,5	127,3
Distância do centro (km)	10,6	26,5	6,5	93,4
Pista (m)	1940/1435	3700/3000	1600	3240
#empresas	4			
Capacidade m2				
Empresas operadoras	Latam, Gol, Azul, Avianca e Geral	Várias	Geral	Latam, Gol, Azul, Avianca

Elaboração própria do autor, para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Infraero, ANAC (2017).

## 6. PROGRAMA AUTOMOTIVO ROTA 2030: UMA OPORTUNIDADE PARA A ÁREA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Daniel Vaz

### Resumo Executivo

*A Medida Provisória nº 843, publicada no Diário Oficial da União no início de julho de 2018, que institui o Programa Rota 2030, traz importantes medidas para as indústrias de veículos (automóveis, caminhões e ônibus) e de autopeças, que poderão afetar significativamente a produção de veículos no Brasil e os processos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) utilizados por esses segmentos de mercado. A integração no desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento entre universidades e empresas, que é um dos objetivos do Programa, é uma realidade em várias partes do mundo. No Brasil ainda é algo embrionário, concentrado em poucas áreas do conhecimento, sofrendo de parte a parte com visões limitadas a respeito da viabilidade e potencialidade de alianças estratégicas sobre esse tema. O Grande ABC Paulista possui diferenciais positivos em ambos os setores: um conjunto de universidades reconhecidas que trabalham de maneira consistente com os temas de inovação e tecnologia, e o principal parque industrial automobilístico do país.*

A iniciativa do lançamento do denominado Programa Rota 2030, por meio da Medida Provisória nº 843, tem como objetivo principal apoiar o desenvolvimento tecnológico; a competitividade; a inovação; a segurança veicular; a proteção ao meio ambiente; a eficiência energética e a qualidade de automóveis, caminhões, ônibus, chassis com motor e autopeças.

O Programa tem como base de funcionamento a oferta de incentivos econômicos vinculados a avanços no processo produtivo que contemplem as questões citadas acima, aliados com a obrigatoriedade de investimento na atualização tecnológica dos veículos produzidos no Brasil.

O Rota 2030 substitui o programa Inovar-Auto, criado pela Lei 12.715/2012 e que vigorou de 2013 até o fim de 2017. Segundo a MP 843/2018, vigente desde 6 de julho de 2018, a partir de agora as empresas que se credenciarem poderão abater até 10,2% do que investirem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Sejam elas fabricantes ou importadoras, o Programa estabelece que elas firmem compromisso com o País de cumprir metas de eficiência energética e segurança veicular.

O Governo brasileiro concederá um crédito de até R\$ 1,5 bilhão por ano às indústrias para incentivar a pesquisa tecnológica de seus produtos. No entanto, as empresas credenciadas a receber esse crédito devem garantir investimento mínimo de R\$ 5 bilhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por ano, e também assumir uma meta de aumento de 11% de eficiência energética dos veículos produzidos até 2022. As informações referentes à eficiência, bem como o que diz respeito aos equipamentos de segurança instalados, serão mencionadas ao consumidor no momento de compra.

Com horizonte de longo prazo, as medidas, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), oferecerão previsibilidade e segurança jurídica necessária para que as empresas da cadeia automotiva possam planejar adequadamente seus investimentos e estratégias, atraindo investimentos em P&D para a indústria nacional do setor.

A expectativa é que os veículos nacionais sejam mais eficientes, seguros e sustentáveis, reduzindo as emissões de CO<sup>2</sup>. Adicionalmente ao anúncio desta nova política industrial, o Governo Federal atualizou também a tabela de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos híbridos e elétricos, que será reduzida dos 25% atuais para uma faixa de 7% a 20% – dependendo do peso do veículo e da eficiência energética (consumo mais baixo de combustível e menor emissão de poluentes).

Os veículos híbridos que aceitarem também etanol como combustível terão um desconto extra de 2 pontos percentuais no IPI. Ainda não existe no Brasil nenhum carro desse tipo, mas algumas montadoras já vêm testando essa combinação. A adequação nas alíquotas de impostos, aliadas ao estímulo à P&D com essa medida, tornarão estes veículos mais atrativos para o consumidor.

Uma parte importante do Programa Rota 2030 é a oportunidade de as empresas de veículos e autopeças poderem desenvolver parcerias com instituições científicas, tecnológicas e de inovação, universidades, empresas públicas e organizações sociais. Estas parcerias devem ter foco no desenvolvimento e sustentabilidade industrial e tecnológica para a mobilidade e logística e incentivar a realização de projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação para o setor automotivo e sua cadeia.

No caso de despesas realizadas em P&D considerados estratégicos (manufatura avançada, conectividade, sistemas, soluções para a mobilidade e logística, novas tecnologias de propulsão ou autonomia veicular e suas autopeças, desenvolvimento de ferramental, moldes e modelos, nanotecnologia, pesquisadores exclusivos, big data, sistemas analíticos e preditivos, e inteligência artificial), a Medida Provisória indica que as empresas poderão se beneficiar de dedução adicional do IRPJ e da CSLL.

O fato de o Programa Rota 2030 prever a parceria entre o setor produtivo e as universidades, incentivando essa aproximação, é uma boa notícia. No entanto, infelizmente, esse é um processo que não está estabelecido em nosso país. A regra atual é que as empresas desenvolvam internamente seus produtos e itens necessários ao seu processo industrial através dos seus próprios centros de P&D, importando as mesmas desde as suas matrizes e subsidiárias ou simplesmente comprando a solução pronta. A exceção é quando existe algum tipo de vínculo mais consistente entre essas instituições. Como disse em recente entrevista o Professor Glauco Arbix, ex-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa brasileira de fomento à inovação e pesquisa, “estou cansado de ver o suporte da universidade em coisas como desenvolvimento de uma mola ou materiais alternativos para o recheio dos bancos dos veículos”.

A integração no desenvolvimento de projetos de pesquisa, envolvendo universidades e empresas, é uma realidade em várias partes do mundo. No Brasil ainda é algo embrionário, concentrado em poucas áreas do conhecimento, sofrendo de parte a parte com visões limitadas a respeito da viabilidade e potencialidades de alianças estratégicas sobre esse tema. É necessário que seja aproveitada a oportunidade oferecida pela MP nº 843 para o estabelecimento de uma aliança estratégica em torno da construção de iniciativas em conjunto, beneficiando as empresas, por aproximar-se de instituições familiarizadas com projetos de P&D, e as universidades, por vincularem-se de maneira mais profunda com um dos principais setores econômicos/ industriais atuantes no país, incentivando a realização de pesquisas aplicadas e acessando novas fontes de financiamento para suas atividades.

O Grande ABC Paulista possui diferenciais positivos em ambos os setores: um conjunto de universidades reconhecidas que trabalham de maneira consistente com os temas de inovação e tecnologia, e o principal parque industrial automobilístico do país.

Segundo informações da ANFAVEA, em nível nacional, o parque automotivo é composto de 65 unidades fabris, localizadas em 10 estados e 42 municípios, com capacidade produtiva de 5 milhões de veículos por ano, emprega cerca de 1,3 milhão de pessoas direta e indiretamente e representa 22% do Produto Interno Bruto (PIB) Industrial e 4% do PIB total do país.

É importante destacar que estão sendo propostas no Congresso Nacional várias iniciativas que podem modificar substancialmente o conteúdo da MP 843 em seu caminho para se transformar em Lei, como é o caso da alteração dos benefícios oferecidos às empresas; a prorrogação do Regime Automotivo de Desenvolvimento Regional até 2025; a proibição da fabricação de carros movidos a gasolina e diesel até a mesma data e a obrigatoriedade do repasse dos subsídios recebidos pelas empresas ao preço final dos veículos. Até o momento, parece que o debate busca aprimorar esse instrumento de fomento ao setor automotivo brasileiro, observando pontos que podem melhorar a proposta apresentada.

Outra questão fundamental, que deveria entrar em pauta nesses debates, é que o Programa Rota 2030 não fala explicitamente no apoio aos Parques e Centros tecnológicos, que são fundamentais em uma estratégia de aproximação e fomento do “ecossistema de inovação” brasileiro, ainda em desenvolvimento, mas já em condições de contribuir com os objetivos delineados pelo referido Programa.

Estes pontos em aberto, aliados ao fato de que estamos vivendo o período final de mandato do atual governo, às vésperas de uma eleição, podem ser fatores que compliquem a real implantação do Programa Rota 2030, como o norteador da política automotiva no Brasil até o fim de 2018, dificultando a sua aprovação ainda esse ano. Como fator de preocupação, é possível ainda que o Programa seja descaracterizado com adendos, supressões ou modificações que façam com que o Programa reduza a sua importância para esse importante setor industrial do país, que também é fundamental para desenvolvimento do Grande ABC Paulista.

**Tabela 1 – Previsão de Investimento em Projetos de P&D de Empresas e Setor Automotivo (2018- 2020), em R\$\***

	Governo	Setor Automotivo
2018-2	500.000.000,00	Sem estimativa
2019	1.048.000.000,00	5.000.000.000,00
2020	1.070.000.000,00	5.000.000.000,00
Total	2.618.000.000,00	10.000.000,00

Elaboração própria do autor, com base em informações coletadas a partir de estimativas de investimento governamental realizadas pelo Ministério da Fazenda e pela regra de contrapartida privada estabelecida na MP 843/2018.

### Referências bibliográficas:

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/133866> [http://www.anfavea.com.br/docs/Release\\_rota2030.pdf](http://www.anfavea.com.br/docs/Release_rota2030.pdf) . Acesso em 14 de julho de 2018.

[https://www.jusbrasil.com.br/diarios/198223968/dou-secao-1-06-07-2018-pg-1?ref=previous\\_button](https://www.jusbrasil.com.br/diarios/198223968/dou-secao-1-06-07-2018-pg-1?ref=previous_button). Acesso em 14 de julho de 2018.

<http://www.abve.org.br/governo-anuncia-rota-2030-e-corta-ipi-para-eletricos>. Acesso em 14 de julho de 2018.

<http://www.osul.com.br/o-governo-federal-lancou-um-programa-com-um-incentivo-de-1-bilhao-e-meio-de-reais-a-montadoras-de-veiculos/>. Acesso em 14 de julho de 2018.

<http://www.osul.com.br/o-preco-do-carro-vai-cair-o-que-as-fabricantes-precisam-fazer-em-troca-de-beneficios-conheca-os-principais-pontos-do-programa-de-incentivo-as-montadoras-de-veiculos/>. Acesso em 14 de julho de 2018.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2534195/coluna-alta-roda-rota-dificil-a-frente/>. Acesso em 14 de julho de 2018.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2531469/coluna-alta-roda-olhar-sobre-o-futuro/>. Acesso em 14 de julho de 2018.

Anuário da Indústria Automobilística Brasileira. ANFAVEA. 2018.

Jornal Valor Econômico de 18 de julho de 2018 – pag. A3.

## 7. O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA NO SÉCULO XXI: COMPOSIÇÃO SETORIAL

Roberto Vital Anau

### Resumo Executivo

*A nota técnica apresenta a composição setorial das exportações e das importações da Região do Grande ABC Paulista. A consolidação das estatísticas dos sete municípios indica forte concentração subsetorial nos segmentos metalmeccânico e químico-petroquímico.*

As estatísticas de Comércio Exterior da Região do Grande ABC Paulista revelam grande rigidez na estrutura produtiva regional. Os segmentos-chave estruturantes da indústria regional - metalmeccânica, com predomínio de material de transporte; química, petroquímica e seus derivados, com destaque para Plásticos - não se alteraram durante o período pesquisado. Essa característica estrutural explica a extrema sensibilidade da economia da Região às flutuações macroeconômicas, especialmente nas fases recessivas. Os segmentos mencionados são altamente impactados pelo desempenho macroeconômico em geral, mais que a média da indústria.

Em que pese o esforço das instituições de articulação regional pela diversificação produtiva nas duas últimas décadas, o Grande ABC Paulista não logrou autonomizar-se, sequer parcialmente, em relação àqueles segmentos. No caso da cadeia produtiva automotiva, cujo produto final é o principal bem de consumo durável do espectro produtivo e de consumo no Brasil, ela apresenta grande sensibilidade à conjuntura macroeconômica, inclusive pelo peso proporcionalmente maior da Região na fabricação de caminhões, em que continua a representar mais de 50% da produção brasileira.

O predomínio do modal rodoviário no transporte de mercadorias no país leva as oscilações da produção em geral a afetarem fortemente o segmento de caminhões, cuja venda representa, por parte dos demandantes, investimento em capital físico. No caso do setor químico/petroquímico e segmentos dele tributários, como plásticos, também há forte impacto da conjuntura, na medida em que a demanda constitui-se de outros segmentos industriais – inclusive o complexo automotivo –, o que potencializa no próprio segmento as flutuações que atingem o conjunto da indústria.

A permanência dessa estrutura tradicional na economia, não obstante o crescimento do terciário agravou-se pela limitada taxa de investimentos na economia brasileira nas últimas décadas. Com algumas exceções, como o modelo híbrido Prius, produzido pela montadora Toyota, em São Bernardo do Campo, o complexo automotivo e metalmeccânico apresentou baixo índice de inovação nas primeiras décadas deste século, comparativamente aos centros mundiais de produção, especialmente nos segmentos a montante, como autopeças, moldes e ferramentais. Dessa forma, a indústria automobilística tende a ver sua produção paulatinamente substituída por equivalentes importados, fato que passou à pauta prioritária da Região no período 2010-2015, em especial no Arranjo Produtivo Local de Ferramentaria.

O programa Inovar-Auto, em cujo conteúdo a Região conseguiu interferir, teve resultados frustrantes em relação às expectativas positivas à época de seu lançamento (2012). Ademais, a inflexão nas políticas macroeconômicas e industriais, ocorrida com a mudança política de 2016, piorou a perspectiva a esse respeito.



Por fim, o programa acabou extinto em 21/12/2017. Assim, o duplo desafio – modernização e diversificação – não apenas permanece, como se ampliou nos anos mais recentes.

Nas tabelas e figuras a seguir, apresenta-se a estrutura setorial da balança comercial do Grande ABC Paulista, de forma a evidenciar sua concentração em alguns segmentos tradicionais na Região.

No caso das exportações, verifica-se que os subgrupos material de transporte (não ferroviários), produtos de borracha, plásticos e químicos representaram mais de 4/5 do total exportado em valor, durante todo o período.

O subgrupo plásticos liderou fortemente o incremento das exportações e material de transporte situou-se ligeiramente acima da média. Já no tocante às importações, os quatro subgrupos relevantes foram material de transporte (com o mesmo recorte), máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, produtos químicos e metais, que representaram entre 70% e 75% do total importado, em valores. O crescimento das importações foi liderado amplamente por material de transporte. Os demais subgrupos cresceram abaixo da média, reforçando a observação sobre perda de competitividade do carro-chefe da indústria do Grande ABC.

**Tabela 1 – Principais grupos de produtos exportados pela Região do Grande ABC Paulista, 2000-2016**

Período	MATERIAL DE TRANSPORTE <sup>1</sup>		BORRACHA <sup>2</sup>		PLÁSTICOS <sup>3</sup>		QUÍMICOS <sup>4</sup>		SUBTOTAL	
	US\$ FOB	% TOT X <sup>5</sup>	US\$ FOB	% TOT X <sup>5</sup>	US\$ FOB	% TOT X <sup>5</sup>	US\$ FOB	% TOT X <sup>5</sup>	US\$ FOB	% TOT X <sup>5</sup>
2000	1.037.900.155	46,0%	194.965.822	8,6%	56.187.860	2,5%	403.028.546	17,9%	1.692.082.383	75,1%
2001	1.065.924.828	49,0%	176.186.204	8,1%	58.587.835	2,7%	372.965.623	17,1%	1.673.664.490	76,9%
2002	1.124.061.742	49,7%	233.279.130	10,3%	63.413.259	2,8%	428.475.015	18,9%	1.849.229.146	81,8%
2003	1.559.997.781	48,6%	291.156.718	9,1%	126.996.140	4,0%	590.583.020	18,4%	2.568.733.659	80,0%
2004	2.209.594.821	52,9%	257.460.069	6,2%	168.015.424	4,0%	686.028.140	16,4%	3.321.098.454	79,5%
2005	2.787.123.592	53,0%	260.356.909	5,0%	216.647.268	4,1%	789.478.484	15,0%	4.053.606.253	77,1%
2006	3.329.895.823	53,3%	312.784.073	5,0%	269.778.332	4,3%	915.227.506	14,6%	4.827.685.734	77,3%
2007	3.444.944.118	53,8%	358.106.843	5,6%	304.056.325	4,7%	1.047.014.775	16,3%	5.154.122.061	80,5%
2008	3.717.155.110	55,0%	403.808.709	6,0%	300.534.095	4,5%	939.245.259	13,9%	5.360.743.173	79,4%
2009	2.018.466.069	44,2%	290.500.564	6,4%	367.743.465	8,1%	943.410.091	20,7%	3.620.120.189	79,3%
2010	3.004.499.118	49,3%	361.239.758	5,9%	444.187.245	7,3%	1.211.494.744	19,9%	5.021.420.865	82,5%
2011	3.817.093.227	50,1%	413.412.860	5,4%	632.653.010	8,3%	1.494.465.539	19,6%	6.357.624.636	83,4%
2012	3.169.432.499	48,0%	338.833.751	5,1%	557.289.273	8,4%	1.286.652.898	19,5%	5.352.208.421	81,0%
2013	3.522.110.704	52,0%	230.284.921	3,4%	463.526.465	6,8%	1.123.371.288	16,6%	5.339.293.378	78,8%
2014	2.654.651.937	49,9%	196.020.210	3,7%	420.289.986	7,9%	975.235.542	18,3%	4.246.197.675	79,9%
2015	2.727.836.023	55,5%	170.155.630	3,5%	373.380.024	7,6%	834.369.948	17,0%	4.105.741.625	83,5%
2016	2.630.846.882	57,6%	171.539.165	3,8%	254.301.722	5,6%	667.363.107	14,6%	3.724.050.876	81,5%

Fonte: elaboração própria com base em Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC-Aliceweb (2017).

(1) SEÇÃO XVII MATERIAL DE TRANSPORTE 87 Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

(2) SEÇÃO VII PLÁSTICOS E SUAS OBRAS; BORRACHA E SUAS OBRAS 40 Borracha e suas obras.

(3) SEÇÃO VII PLÁSTICOS E SUAS OBRAS; BORRACHA E SUAS OBRAS 39 Plásticos e suas obras.

(4) SEÇÃO VI PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS OU DAS INDÚSTRIAS CONEXAS 28 Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos. 29 Produtos químicos orgânicos. 30 Produtos farmacêuticos. 31 Adubos (fertilizantes). 32 Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever. 33 Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas. 34 Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de gesso. 35 Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas. 36 Pólvoras e explosivos; artigos de pirotecnia; fósforos; ligas pirofóricas; matérias inflamáveis. 37 Produtos para fotografia e cinematografia. 38 Produtos diversos das indústrias químicas.

(5) Participação no total de exportações do Grande ABC, em percentuais.

**Tabela 2 – Principais grupos de produtos importados pela Região do Grande ABC Paulista**

Período	MATERIAL DE TRANSPORTE <sup>1</sup>		PRODUTOS QUÍMICOS <sup>2</sup>		MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS <sup>3</sup>		METAIS <sup>4</sup>		SUBTOTAL	
	US\$ FOB	% TOT M5	US\$ FOB	% TOT M5	US\$ FOB	% TOT M5	US\$ FOB	% TOT M5	US\$ FOB	% TOT M5
2000	322.857.629	15,2%	341.258.671	16,1%	681.037.041	32,1%	248.993.198	11,7%	1.594.146.539	75,1%
2001	253.304.796	12,8%	317.462.267	16,1%	657.513.024	33,3%	244.089.533	12,4%	1.472.369.620	74,6%
2002	260.461.355	14,7%	258.933.000	14,6%	558.899.808	31,5%	199.719.976	11,3%	1.278.014.139	72,1%
2003	289.800.600	15,4%	278.353.579	14,8%	558.539.551	29,6%	228.099.584	12,1%	1.354.793.314	71,9%
2004	468.606.455	18,8%	342.191.611	13,7%	736.423.814	29,5%	309.929.766	12,4%	1.857.151.646	74,5%
2005	614.830.230	21,0%	376.832.862	12,9%	895.931.339	30,6%	310.830.495	10,6%	2.198.424.926	75,0%
2006	602.436.203	19,5%	394.553.672	12,8%	938.811.916	30,4%	326.517.200	10,6%	2.262.318.991	73,2%
2007	782.025.952	20,8%	445.817.110	11,8%	1.208.989.078	32,1%	326.163.417	8,7%	2.762.995.557	73,3%
2008	1.120.770.923	22,9%	529.018.590	10,8%	1.499.700.380	30,6%	446.158.523	9,1%	3.595.648.416	73,3%
2009	834.285.896	22,8%	500.242.758	13,6%	1.157.714.448	31,6%	258.523.316	7,1%	2.750.766.418	75,0%
2010	1.233.242.895	23,8%	661.545.646	12,8%	1.522.427.294	29,4%	437.286.774	8,4%	3.854.502.609	74,4%
2011	1.678.627.206	27,1%	721.021.765	11,6%	1.829.115.006	29,5%	472.262.416	7,6%	4.701.026.393	75,8%
2012	1.515.844.924	25,8%	686.590.216	11,7%	1.809.041.100	30,8%	408.401.145	6,9%	4.419.877.385	75,2%
2013	1.787.014.361	26,9%	699.581.781	10,5%	1.961.950.464	29,5%	480.212.603	7,2%	4.928.759.209	74,2%
2014	1.412.625.779	24,7%	659.440.175	11,5%	1.689.415.404	29,5%	451.224.934	7,9%	4.212.706.292	73,6%
2015	884.886.055	21,6%	505.182.193	12,3%	1.092.246.931	26,7%	371.448.967	9,1%	2.853.764.146	69,7%
2016	676.314.094	20,9%	414.630.290	12,8%	922.131.532	28,5%	237.034.930	7,3%	2.250.110.846	69,5%

Fonte: elaboração própria com base em Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC-Aliceweb (2017).

(1) SEÇÃO XVII MATERIAL DE TRANSPORTE<sup>87</sup> Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

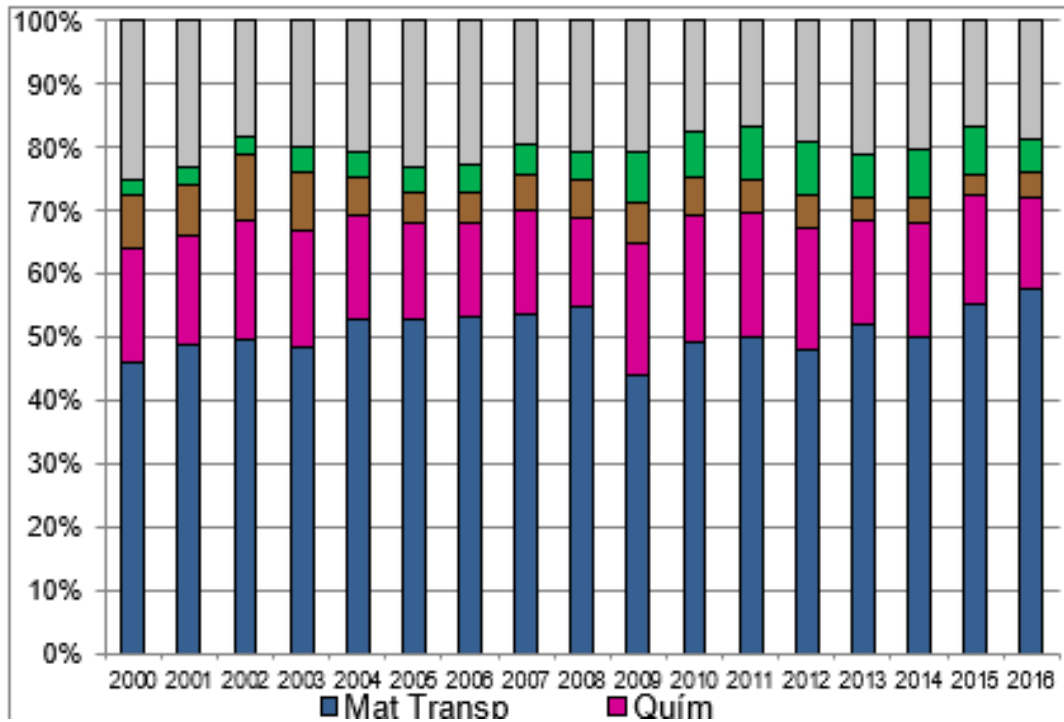
(2) SEÇÃO VI PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS OU DAS INDÚSTRIAS CONEXAS 28 Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos. 29 Produtos químicos orgânicos. 30 Produtos farmacêuticos. 31 Adubos (fertilizantes). 32 Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever. 33 Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas. 34 Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de gesso. 35 Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas. 36 Pólvoras e explosivos; artigos de pirotecnia; fósforos; ligas pirofóricas; matérias inflamáveis. 37 Produtos para fotografia e cinematografia. 38 Produtos diversos das indústrias químicas.

(3) SEÇÃO XVI - 84 Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes. 85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

(4) SEÇÃO XV METAIS COMUNS E SUAS OBRAS Notas de Seção. 72 Ferro fundido, ferro e aço. 73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço. 74 Cobre e suas obras. 75 Níquel e suas obras. 76 Alumínio e suas obras. 77 (Reservado para uma eventual utilização futura no Sistema Harmonizado) 78 Chumbo e suas obras. 79 Zinco e suas obras. 80 Estanho e suas obras. 81 Outros metais comuns; ceramais (cermets); obras dessas matérias. 82 Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns. 83 Obras diversas de metais comuns.

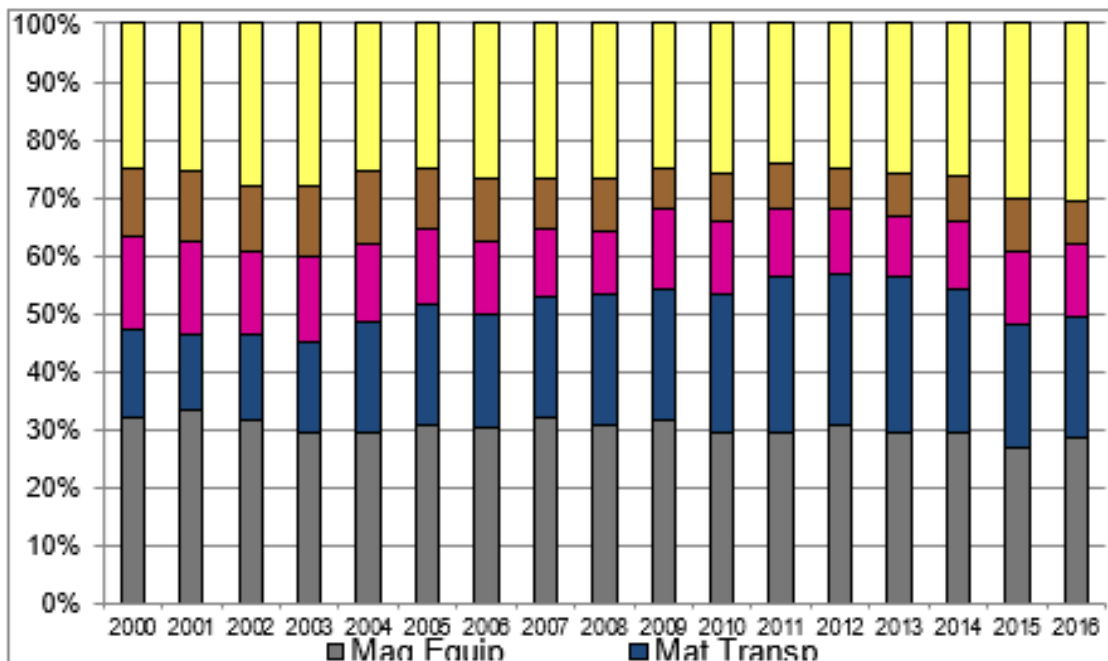
(5) Participação no total de importações do Grande ABC, em percentuais.

**Figura 1 – Composição das exportações da Região do ABC Paulista: principais subgrupos de produtos**



Fonte: Elaboração própria com base em Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC-Aliceweb (2017).

**Figura 2 – Composição das importações da Região do Grande ABC Paulista: principais subgrupos de produtos**



Fonte: elaboração própria com base em Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC-Aliceweb (2017).

(1) A presente nota técnica baseia-se na tese de doutorado do autor – “Desenvolvimento, inovação e aprendizagem: avaliação da trajetória do Grande ABC” – aprovada por banca examinadora no âmbito do Programa de Doutorado em Planejamento e Gestão do Território, da Universidade Federal do ABC (PGT-UFABC), em agosto de 2017.

(2) Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=5080187](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=5080187).

## 8. COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS IMPORTAÇÕES DO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi  
Gustavo Kaique de Araújo Monea

### Resumo Executivo

*A partir do critério metodológico utilizado pela UNCTAD da ONU, os autores desta nota buscaram medir a complexidade tecnológica das importações da Região do Grande ABC Paulista. Constata-se que os produtos de média complexidade tecnológica detêm a maior participação na pauta de importações da região (49,38% em 2017), ainda que essa participação tenha caído entre os anos pesquisados (era de 54,24% em 2007). Nota-se também que, entre 2007 e 2017, aumentaram as participações dos produtos de alta tecnologia na composição das importações regionais (subiu de 9,37% para 11,12%) e de baixa tecnologia (31,77% para 36,06%). Os autores recomendam que atores e instituições da região busquem elaborar uma política de gradativa substituição de importações, que vise reduzir a parcela das importações de “alta complexidade tecnológica”, especialmente por meio do esforço de maior integração do parque produtivo regional com a área da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I), em particular as áreas de pesquisa presentes nas universidades da Região.*

Esta nota técnica tem como objetivo quantificar, ainda que de modo preliminar, a complexidade das importações do Grande ABC Paulista. Para isto, tomamos como base a metodologia criada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD da ONU. Em que pesem as ressalvas que podem ser feitas sobre os critérios de classificação das importações em termos de “baixa”, “média” e “alta” tecnologia, como os apresentados pela UNCTAD, acreditamos que, para fins de futura comparação internacional, é recomendado utilizar critérios já aplicados por países e entidades como a UNCTAD da ONU.

Segundo a metodologia da UNCTAD, criada por Lall (2000), os produtos importados são classificados em grupos de baixa, média e alta complexidade tecnológica. Cada um desses grupos é composto de subgrupos, os quais têm como características:

#### **a) Baixa Tecnologia:**

- Produtos tendem a ser simples;
- Trabalho intensivo;
- Uso de recursos naturais locais;
- Tecnologias já difundidas;
- Produtos geralmente não diferenciados;
- Maior importância do custo do trabalho;
- Economias de escala e barreiras de entrada baixas;
- Em geral, baixo crescimento de mercado;
- Competição via preço, mais do que em qualidade;

- Produtos realocados de países desenvolvidos para países em desenvolvimento.

### b) Média Tecnologia:

- Núcleo de produção principal de economias maduras;
- Moderados níveis de pesquisa e desenvolvimento;
- Requer mão-de-obra mais especializada;
- Intensivas ligações para frente e para trás na cadeia produtiva;
- Processos de produção estáveis e produtos com baixa diferenciação;
- Produção em massa;
- Barreiras de entrada tender a ser altas

### c) Alta Tecnologia:

- Ciclo de vida dos produtos mais curtos;
- Rápidas mudanças de tecnologia;
- Infraestrutura tecnológica sofisticada;
- Alto grau técnico de especialização;
- Relação próxima entre empresas, universidades e instituições de pesquisa;
- Internacionalização da produção que faz parte das cadeias globais de valor.

### Quadro de Classificação Tecnológica de Produtos Importados

PRODUTOS DE BAIXA TECNOLOGIA	EXEMPLOS
Primários Commodities	Animais vivos, carnes, peixes, leite, ovos, materiais animal in natura, arroz, frutas, café, chá, especiarias, cereais, sementes, materiais vegetal in natura, cacau, ração animal, pedra, areia, cascalho, outros minerais cru, petróleo in natura, gás natural, produtos refino petróleo, fertilizantes in natura, carvão, madeira para polpa, cortiça, seda, lã, prata, cobre, níquel, alumínio, zinco, entre outros;
Agronegócios industrializados	Produtos industrializados de frigoríficos e frutas, chocolates, bebidas, madeiras, óleos vegetais, preparações de cereais e farinha, açúcar e mel, bebidas alcóolicas, materiais químicos inorgânicos, tubos de pneus de borracha, papel, fibra vegetal, entre outros;
Têxteis, vestuário e calçados	Artigos de borracha, peles e couros, algodão, fio têxtil, coberturas de piso, tecidos têxteis, vestuário, chapelaria, manufaturados em couro e calçados;
Insumos	Concentrados de minério, produtos químicos inorgânicos, tingimento e sintéticos, óleos e essências para perfumes, produtos de petróleo/borracha, cimento e vidro;
Outros produtos	Pedras preciosas, partes/estruturas simples metálicas, móveis, joias, brinquedos, instrumentos musicais, peças de móveis, produtos plásticos, materiais de escritório;
PRODUTOS DE MÉDIA TECNOLOGIA	
Automotivo	Motores e peças de motores de veículos de passageiros;
Bens de produção	Fogos de artifício, produtos de cinema e fotografia, derivados de celulose, fibras sintéticas, químicos e tintas, vagões de trem, trailers, materiais plásticos, ferro, canos e tubos;
Bens de engenharia	Motores em geral, maquinário industrial, caldeiras de vapor, partes de aparelhos, relógios, armas de fogo e munição, barcos e transmissão de rede elétrica;
PRODUTOS E SERVIÇOS DE ALTA TECNOLOGIA	
Eletrônicos e elétricos	Processamento de dados, equipamentos de telecomunicação, televisores, turbinas, equipamentos de geração de energia e equipamentos médicos;
Outros produtos	Materiais radioativos, aeronaves, aeroespacial, ópticos, instrumento de medição e câmeras;
Produtos sem classificação	Eletricidade, reagentes da indústria farmacêutica, selos postais, matéria pintada, ouro, artes, moedas e pets.

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Adaptado pelos autores desta nota técnica a partir de Lall (2000).

**Tabela 1 – Complexidade Tecnológica das Importações do Grande ABC Paulista, 2007 e 2017**

	2007		2017	
	Importações FOB US\$	Participação no total das importações do Grande ABC em 2007	Importações FOB USD	Participação no total das importações do Grande ABC em 2017
<b>IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE BAIXA TECNOLOGIA</b>				
1. Primários Commodities	246.654.949,00	6,55%	341.923.575,00	8,35%
2. Agronegócios industrializados	253.484.995,00	6,73%	274.872.282,00	6,71%
3. Têxteis, vestuário e calçados	20.410.725,00	0,54%	15.538.385,00	0,38%
4. Insumos	222.426.407,00	5,90%	321.291.886,00	7,85%
5. Outros produtos	454.229.124,00	12,05%	522.976.065,00	12,77%
<b>TOTAL</b>	<b>1.197.206.200,00</b>	<b>31,77%</b>	<b>1.476.602.193,00</b>	<b>36,06%</b>
<b>IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE MÉDIA TECNOLOGIA</b>				
1. Automotivo	781.595.272,00	20,74%	939.640.907,00	22,95%
2. Bens de Produção	257.859.697,00	6,84%	253.376.812,00	6,19%
3. Bens de Engenharia	1.004.473.440,00	26,66%	828.646.855,00	20,24%
<b>TOTAL</b>	<b>2.043.928.409,00</b>	<b>54,24%</b>	<b>2.021.664.574,00</b>	<b>49,38%</b>
<b>IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA</b>				
1. Eletrônicos e Elétricos	190.650.141,00	5,06%	178.378.773,00	4,36%
2. Outros produtos	162.417.667,00	4,31%	276.699.796,00	6,76%
<b>TOTAL</b>	<b>353.067.808,00</b>	<b>9,37%</b>	<b>455.078.569,00</b>	<b>11,12%</b>
<b>Produtos sem classificação</b>	<b>174.122.340,00</b>	<b>4,62%</b>	<b>140.971.192,00</b>	<b>3,44%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.768.324.757,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.094.316.528,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de metodologia da OCDE / UNCTAD (ONU), 2000; e dados do MDIC.\* Free on Board.

## Perfil da Complexidade Tecnológica das Importações do Grande ABC Paulista

A tabela 1 expõe a complexidade tecnológica das importações do Grande ABC Paulista nos anos de 2007 e 2017.

Os produtos de baixa complexidade tecnológica - isto é, aqueles derivados de recursos naturais e de baixa manufatura - representaram, em 2017, parcela de 36,06% das importações do Grande ABC Paulista. Este percentual é superior aos 31,77% verificados em 2007.

Na comparação do ano de 2007 com 2017, verificou-se um aumento de 38,6% no valor total das importações do grupo “primários commodities”, que abrange itens como carnes, peixes, frutas, arroz, ovos, leite, níquel, cobre, lã, alumínio, entre outros. As importações aumentaram de US\$ 246.654.949,00 para US\$ 341.923.575,00. Em termos relativos, a participação do grupo na pauta de importações da Região passou de 6,55% para 8,35%.

O grupo “agronegócios industrializados” - no qual se encontram os produtos alimentícios e primários - apresentou, nos anos 2007 e 2017, importações de, respectivamente, US\$ 253.484.995,00 e US\$ 274.872.282,00. Apesar de crescente, estes valores levaram a uma leve queda na participação do grupo nas importações do Grande ABC Paulista: de 6,73% em 2007 e para 6,71% em 2017.

Nos anos observados, destaca-se pequena a participação do grupo “têxteis, vestuário e calçados”, com percentual de 0,54% em 2007 e 0,38% em 2017 na pauta de importações da Região. Esta redução parece guardar relação com a crise econômica, verificada a partir de 2015, que fez o total de importações deste grupo cair de US\$ 20.410.725,00 em 2007 para US\$ 15.538.385,00 em 2017.

O item “insumos” também expandiu sua participação relativa no total das importações entre 2007 e 2017: de

5,9% para 7,85%. Em valores absolutos, as importações deste grupo subiram de US\$ 222.426.407,00 para US\$ 321.291.886,00.

Entre os produtos de média complexidade tecnológica encontram-se os setores ligados à manufatura automotiva, bens de produção e bens de engenharia.

Os dados demonstram que os produtos de média complexidade tecnológica detêm a maior participação na pauta de importação da região (49,38% em 2017), ainda que essa participação tenha caído entre os anos pesquisados (era de 54,24% em 2007)

Em 2017, o grupo automotivo apresentou o maior peso nas importações da Região do Grande ABC Paulista, muito em função do processo de globalização crescente da economia brasileira e da natural elevação das importações neste processo, já que este grupo se constitui em uma típica “cadeia global de valor”, na qual boa parte das peças e componentes utilizadas na produção é fabricada em outras partes do mundo. Assim, as importações automotivas subiram de US\$ 781.595.272,00 em 2007 para US\$ 939.640.907,00 em 2017. Isto fez com que o peso relativo das importações aumentasse de 20,74% em 2007 para 22,95% em 2017.

Registre-se que o percentual de participação de 22,95% das importações automotivas determinou que o grupo automotivo, em 2017, superasse o grupo “bens de engenharia”, que ficou em segundo lugar, com 20,24%. Entretanto, cabe destacar que o grupo “bens de engenharia” refere-se a materiais ou maquinários não necessariamente ligados às tecnologias inovadoras - porém, em muitos dos casos, são relacionados ao fluxo produtivo automotivo.

O grupo “bens de produção” representou 6,84% em 2007 e 6,19% em 2017, apresentando suave queda na participação relativa.

Entre os itens dos produtos importados de alta complexidade tecnológica estão os produzidos pela indústria de telecomunicações, informática, comunicações, aviação e defesa. Pela tabela, verifica-se que houve elevação das importações em termos absolutos dos produtos de alta complexidade tecnológica, que passaram de US\$ 353.067.808,00 em 2007 para US\$ 455.078.569,00 em 2017. Com isto, a participação relativa destes produtos no total da pauta de importações do Grande ABC Paulista subiu de 9,37% em 2007 para 11,12% em 2017.

### **Recomendação de Políticas Públicas**

Embora seja natural que em uma economia global e aberta haja uma “via de mão dupla” no processo de importações e exportações, e que as importações e exportações sejam realizadas em diferentes níveis de complexidade tecnológica (baixa, média e alta), é recomendável que países emergentes como o Brasil busquem, por meio de políticas direcionadas para esse fim, reduzir gradativamente suas importações de alta complexidade tecnológica e, ao mesmo tempo, aumentar as exportações de alta complexidade tecnológica.

Assim, são necessárias políticas públicas e privadas coordenadas, que envolvam o Poder Público, as empresas e as universidades. Ao mesmo tempo, é igualmente importante o investimento em capacitação de recursos humanos.

Tendo em vista que os produtos importados de alta tecnologia requerem maior inovação tecnológica, é necessário que, para o sucesso de um processo de substituição de importações, seja fortalecida a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) na Região do Grande ABC Paulista, especialmente em segmentos como a defesa, petróleo, gás, logística e TI.

É necessário ainda que a política de substituição de importações seja dialogada com as cadeias produtivas tradicionais da Região, como a automotiva, química, petroquímica, têxtil/confecções, gráfica, alimentícia, entre outras.

É fundamental estimular o investimento em novos laboratórios, equipamentos e capacitação de mão-de-

obra. Neste sentido, é importante a elaboração conjunta (envolvendo Consórcio Intermunicipal, Agência de Desenvolvimento Econômico, Governo do Estado, Prefeituras, Sindicatos de Trabalhadores, Universidades, entre outras instituições) de um planejamento estratégico industrial da Região, visando diminuir o volume de importações de produtos de média e alta tecnologia e gradativamente produzi-los no Brasil, bem como, adensar a complexidade tecnológica da indústria nacional.

#### **Apêndice: sobre a metodologia da UNCTAD da ONU**

A metodologia desenvolvida pelo UNCTAD baseia-se em Lall (2000).

Segundo a UNCTAD, a classificação padrão do comércio internacional atual é o SITC 3.0 – terceira revisão, e é baseada na análise de Lall (2000). A Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM/SH) é uma convenção de categorização de mercadorias adotada desde o ano de 1995 pelo bloco, sendo sua base o Sistema Harmonizado (SH). Este sistema tem como foco o controle de dados alfandegários, além de fisco de produtos externos e internos.

Assim, utilizando-se do ‘SITC 3.0’ da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD (ONU), realizou-se a conversão dos dados, já que esta informação por nível municipal é apenas disponibilizada na SECEX com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL / Sistema Harmonizado (NCM/SH).

#### **Referências bibliográficas:**

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Classificações tecnológicas: uma sistematização. **Repositório Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, mar., 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5984>. Acesso em 12 de abril de 2018.

HATZICHRONOGLOU, Thomas. Globalisation and competitiveness: relevant indicators. **In: Organisation for economic co-operation and development**, 1995. Disponível em: [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD\(96\)43&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=OCDE/GD(96)43&docLanguage=En). Acesso em: 13 de abril de 2018.

LALL, Sanjaya. The Technological structure and performance of developing country manufactured exports, 1985-98. **Oxford development studies**, v. 28, n. 3, p. 337-369, 2000. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713688318>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Sistema Harmonizado de designação e de codificação de mercadorias - Notas Explicativas**. Brasília, jan., 2018.

PAVITT, Keith. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research policy**, v. 13, n. 6, p. 343-373, 1984. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0048733384900180>. Acesso em 10 de abril de 2018.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD/ONU). **Product Classification**. Genebra, 2000. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/EN/Classifications.html>. Acesso em: 10 de abril de 2018.



## 9. A DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES NA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR): UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO

Ricardo Makoto Kawai

### Resumo Executivo

A administração de recursos humanos tem na remuneração variável fator de motivação, retenção e atração dos melhores e mais qualificados empregados. Na remuneração variável da alta administração, algumas empresas utilizam parcelas do capital próprio, que são as ações negociadas em bolsa de valores. Prevista em lei, a Participação de Lucros ou Resultados (PLR) é uma das formas de remuneração variável para empregados operacionais, e vincula o pagamento de remuneração variável a uma parcela do lucro financeiro, bem como ao atingimento de metas operacionais. Sugere-se nesta nota técnica a extensão de remuneração variável por meio de ações da empresa à PLR como forma de motivar e vincular o empregado de qualquer nível ao sucesso e ao futuro da empresa, assim também de integrar e aproximar o capital ao trabalho.

### Remuneração Variável

Buscando um maior envolvimento, autonomia e participação do empregado, muitas empresas utilizam a remuneração variável. Trata-se de uma tendência na administração de recursos humanos (GALLON, et al, 2005).

A remuneração variável costuma estar vinculada a metas de desempenho que podem ser:

- Individuais, que estão associadas a características pessoais, habilidades, competências, performance e resultados do empregado;
- Organizacionais, que estão relacionadas ao desempenho da equipe ou da organização.

Em ambos os casos, as metas devem estar alinhadas às estratégias das empresas (BEUREN; BECK; SILVA, 2012).

Para Larini et al (2015), as metas das empresas passam pela otimização do esforço dos colaboradores. Os autores classificam a remuneração variável como uma das sete formas de um sistema de remuneração estratégica. A figura ilustra os vários tipos de remuneração que podem ser utilizadas na remuneração estratégica.

**Quadro 1 – Classificação das formas de remuneração estratégicas**

	Remuneração Fixa	
Remuneração Total	Remuneração Estratégica	Remuneração Funcional
		Remuneração por Conhecimento
		Remuneração Indireta ou Benefícios
		Previdência Complementar
		Remuneração por Resultados
		Ações
		Outros

Fonte: Elaboração própria do autor para Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de Larini et al (2005).

## Participação dos Lucros ou Resultados

A Participação dos Lucros ou Resultados (PLR) é uma das formas de remuneração variável. A PLR pode ser classificada em:

- a. Participação nos Lucros: Trata-se de uma parcela distribuída do saldo contábil verificado após determinado período. É a receita operacional deduzida dos custos e despesas da empresa, previamente estabelecida entre a empresa e empregados e;
- b. Participação nos Resultados: É entendida como a recompensa por melhoria no desempenho organizacional, traduzida em maior produtividade, flexibilidade das instalações, atendimento às exigências do mercado ou a combinação de todos esses fatores (BEUREN; BECK; SILVA, 2012).

Ambas as formas de remuneração estão exemplificadas no quadro 1 anterior.

**Quadro 2 – Participação nos Lucros e Participação nos Resultados**

Participação nos Lucros	Participação nos Resultados
(+) Receita Operacional	Metas de Produtividade
(-) Pagamento de custos	Metas de Otimização das Instalações
(-) Pagamento de despesas	Metas de Atender Exigências do Mercado
(-) Pagamento de impostos	Metas de Qualidade
(=) Saldo do período	Outras metas a serem estabelecidas
(-) Parcela do saldo do período para Participação nos Lucros	Valor proporcional pago pelo atingimento das metas

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de Beuren, Beck e Silva (2012).

No arcabouço legal brasileiro, a adoção de sistema de participação nos lucros ou resultados (PLR) está expresso no artigo 7º, Inciso XI, da Constituição Federal de 1988, regulada pela lei n. 10.101/00 alterada pela lei 12.832/13. Estabelecem-se regras ao sistema tais como limite de periodicidade de pagamentos (pois não há incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, e a lei poderia ser utilizada de forma irregular).

A Região do Grande ABC Paulista foi pioneira em firmar o primeiro acordo de PLR no Brasil, sob a então recente legislação de meados da década de 1990. O acordo foi assinado entre a empresa montadora de caminhões Mercedes-Benz e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no primeiro semestre do ano de 1995. Na Região, este acordo foi seguido por outros envolvendo as empresas Scania, Volkswagen, Ford, General Motors e outros (ÁLVARES, 1999).

## O Mercado de Capitais

Uma parte do mercado de capitais é formado por empresas denominadas Sociedades Anônimas (S/A), cuja característica principal é ter seu capital social constituído por ações que são títulos negociáveis em Bolsa de Valores. Os detentores dessas ações são proprietários da empresa na proporção representada pela quantidade de ações. São chamados de acionistas.

Para uma empresa ter seu capital negociado em bolsa de valores, ela deve preencher requisitos de transparência (disponibilização de informações), equidade (tratamento isonômico entre as partes relacionadas), *accountability* (prestação de contas) e responsabilidade corporativa (zelo pela viabilidade da empresa). A responsabilidade corporativa é propiciada pelo mecanismo da governança corporativa que se concretiza por um corpo de membros eleitos pelos acionistas da empresa, chamado de conselho de administração (IBGC, 2015).

Uma empresa com ações negociadas em bolsa tem o dever legal de publicar relatórios, balanços, demonstrativos e distribuir lucros periodicamente, além de submeter-se a auditorias internas, externas e governamentais. Por consequência, a empresa está sob constante supervisão.

No longo prazo, as ações de uma empresa podem ter um retorno melhor do que outros investimentos. No entanto, no curto, no médio e no longo prazo, as ações podem sofrer fortes influências externas tais como mercado, governo e outros.

### **Remuneração Variável e Ações**

A remuneração variável à alta administração das empresas já é adotada pelas empresas de capital aberto. Em alguns casos a remuneração se dá por meio de ações da própria empresa, como forma de incluir os executivos como parte da empresa, motivando-os a aumentar os seus resultados e assim gerando maiores lucros para os empregados. Para a organização, esta política também contribui para alinhar os interesses de executivos e proprietários visto que os executivos também se tornam proprietários. A esse plano se dá o nome de stock option. Existe previsão legal para esse tipo de operação no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) mais especificamente no documento 10, também chamado de CPC 10.

### **PLR na forma de Ações da Empresa**

Estendendo o mesmo raciocínio da remuneração variável dirigida à alta administração das empresas por meio de oferta de ações da própria empresa, cuja prática vem se mostrando uma forma eficaz de motivar, reter e atrair os melhores executivos, sugere-se que a PLR na forma de ações possa ser paga aos empregados de todos os níveis.

A justificativa é que o pagamento em ações cumpre os requisitos de incentivo à produtividade, facilidade de verificação do valor de participação do empregado no capital da empresa (pois as cotações das ações são amplamente divulgadas) e não constitui base para recolhimento de encargos trabalhistas e previdenciários.

Há certa convergência entre os estudiosos do assunto de que o pagamento de PLR, quando associados a metas de desempenho, resulta em melhoria nos resultados e nos indicadores operacionais das empresas.

A tabela 1 a seguir apresenta os dados da renda dos empregados formais da região em 2016, por município. Na mesma tabela, faz-se uma estimativa do potencial de valor total que poderia ser pago em PLR, caso todos os empregados formais recebessem esta forma de remuneração. Com base nisso, e considerando-se a proposta apresentada nesta nota técnica, apresentam-se na mesma tabela algumas simulações do potencial de distribuição em ações aos empregados e de levantamento de recursos para investimentos nas próprias empresas, caso parte da PLR fosse paga na forma de ações.

As simulações trabalharam sobre as hipóteses de que 30%, 40% e 50% da PLR venham a ser pagas na forma de distribuição de ações. Assim, chegou-se aos resultados, respectivamente, de R\$ 748,4 mil, R\$ 997,9 mil e R\$ 1,2 bilhão por ano.

Qualquer que seja o valor a ser tomado, trata-se de um caminho profícuo com vistas a alinhar todos os colaboradores da organização no interesse direto de crescimento dos negócios e dos lucros da empresa, democratizar o capital e levantar recursos para o investimento na própria empresa, gerando assim expansão de riqueza, novos empregos e renda.

**Tabela 1 – Valor Potencial de Distribuição de Ações por ano, como parte do Pagamento da PLR, no Grande ABC Paulista e por município**

	Empregos Formais	Renda Média Mensal	Potencial total da PLR estimada no ano (em R\$)	Recursos anuais potenciais de distribuição de ações (30% de PLR anual) (em R\$)	Recursos anuais potenciais de distribuição de ações (40% da PLR anual) (em R\$)	Recursos anuais potenciais de distribuição de ações (50% da PLR anual) (em R\$)
Diadema	91.960	3.084,53	283.653.378,80	85.096.013,64	113.461.351,52	141.826.689,40
Mauá	64.480	2.938,91	189.500.916,80	56.850.275,04	75.800.366,72	94.750.458,40
RPires	21.890	2.449,97	53.629.843,30	16.088.952,99	21.451.937,32	26.814.921,65
RGSerra	3.985	2.209,00	8.802.865,00	2.640.859,50	3.521.146,00	4.401.432,50
SAndré	195.125	3.738,46	729.467.007,50	218.840.102,25	291.786.803,00	364.733.503,75
SBCampo	252.289	3.598,80	907.937.653,20	272.381.295,96	363.175.061,28	453.968.826,60
SCSul	101.509	3.168,81	321.662.734,29	96.498.820,29	128.665.093,72	160.831.367,15
<b>Grande ABC</b>	<b>731.238</b>	<b>3.026,93</b>	<b>2.494.654.398,89</b>	<b>748.396.319,67</b>	<b>997.861.759,56</b>	<b>1.247.327.199,45</b>

Elaboração do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Os dados de emprego e salário médio tomam como base a RAIS-CAGED, em SEADE (2016).

Para se ter melhor ideia do que representam esses valores, a tabela 2 a seguir mostra o peso destas supostas distribuições de ações no PIB da Região do Grande ABC Paulista.

**Tabela 2 – Relação entre o Valor Potencial de Distribuição de Ações por ano como parte do Pagamento da PLR e o PIB da Região do Grande ABC Paulista**

PIB Grande ABC (em 2015) (em R\$)	Recursos anuais potenciais de distribuição de ações (30% da PLR anual) (em R\$)	Recursos anuais potenciais de distribuição de ações (em R\$) (40% da PLR anual) (em R\$)	Recursos anuais potenciais de distribuição de ações (50% da PLR anual) (em R\$)
111.919.468.003,09 (a)	748.396.319,67 (b)	997.861.759,56 (c)	1.247.327.199,45 (d)
	0,67%	0,89%	1,11%
Distribuição anual de ações no PIB	(b/a)x100	(c/a)x100	(d/a)x100

Elaboração do próprio autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Os dados de emprego e salário médio tomam como base a RAIS-CAGED, em SEADE (2016).

Cabe por fim a ressalva de que o mercado de capitais brasileiro ainda é incipiente e necessita desenvolver-se tanto no que tange ao número de empresas com capital aberto (e portanto participantes no mercado de capitais) quanto no que se refere ao valor total negociado com ações nos pregões da Bolsa de Valores. Ainda é preciso conscientizar os próprios empresários quanto ao papel da Bolsa de Valores como instrumento de captação de recursos financeiros de baixo custo financeiro.

Reafirma-se que o objetivo desta nota técnica foi de sugerir uma nova forma de relação entre capital e trabalho, com vista à melhor harmonizá-la e ao mesmo tempo contribuir com o desenvolvimento econômico da Região e da sociedade em geral.

### Referências bibliográficas:

ÁLVARES, A. C. T. Participação nos lucros definida pelos resultados, ERA, Revista de Administração de Empresas, v. 39, n.4, p 70-77, outubro-dezembro de 1999.

BEUREN, I. M.; BECK, F.; SILVA, J. O. Remuneração variável dos empregados versus aspectos organizacionais

das maiores sociedades anônimas do Brasil, Revista Economia & Gestão, PUC Minas, v. 12, n. 29, p. 62-97, maio-agosto de 2012.

GALLON, Alessandra Vasconcelos et al. Análise de conteúdo dos sistemas de remuneração variável de empregados nos relatórios da administração de companhias abertas. In: Congresso USP de controladoria e contabilidade. 2005.

LARINI, A. M., et al. Remuneração variável baseada no pagamento de ações: Um estudo de evidenciação das informações requeridas pelo CPC 10(R1) aplicado em empresas brasileiras. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 2, mai.-ago., 737-768, 2015.

MIRANDA, Kléber Formiga; TOMÉ, Werbson Campos; GALLON, Alessandra Vasconcelos. Evidenciação da remuneração variável nas melhores empresas para se trabalhar listadas na BM&FBOVESPA: um estudo à luz dos CPCs 10 e 33. *Pensar Contábil*, v. 13, n. 51, 2011.

## 10. DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DE LEIS DE INCENTIVO A STARTUPS EM NÍVEL MUNICIPAL

Paulo Roberto Silva (Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS)

### Resumo Executivo

*Um dos pontos mais frágeis para o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo inovador no Brasil é o arcabouço institucional. De acordo com Matos e Ramos, “não há definição ou reconhecimento legal de uma empresa startup no Brasil (...) alguns atos normativos secundários mencionam o termo “empresa de base tecnológica” (EBT) usado desde a década de 1990 e cuja definição é limitadora” (2018: 9). Este desafio se materializa na construção de arcabouços institucionais tanto em nível federal quanto no municipal.*

### Importância da definição legal

Uma definição legal clara de um modelo de empresa viabiliza um conjunto de medidas institucionais para o fomento dos negócios que nele se enquadram. É o que acontece, por exemplo, com as micro e pequenas empresas. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar 123, de 2006), estabelece definições clara de microempresa, microempreendedor individual e empresa de pequeno porte, que permitem destinar às organizações que se enquadram na definição benefício tributários, simplificação burocrática ou mesmo vantagens nas compras governamentais.

A lei 13.123/2006, sancionada pela presidente Dilma Roussef, foi um avanço institucional ao criar um marco legal para a Ciência, Tecnologia e Inovação, e estabelece definições legais para instituições como incubadoras e parques tecnológicos no artigo 2º. Mas ele não avança para a definição de empresa de inovação, como a startup, direcionando a política de inovação para a microempresa, tal como definida pela Lei Complementar 123/2006.

A ausência desta definição legal faz com que cada iniciativa de fomento às empresas de base tecnológica ou inovadoras direcionem seus esforços a tipos específicos de empresas. Alguns exemplos:

Programa oficial	Definição de startup adotada
Finep Startup	Empresas de base tecnológica que atendam às seguintes condições: Seja empresa inovadora cujo produto, processo ou serviço, objeto principal da captação de recursos, esteja no mínimo na fase de protótipo ou testes, preferencialmente já tendo sido realizadas as primeiras vendas; Apresentem, no ano do lançamento do Edital, receita bruta de até R\$ 3,6 milhões; Tenham sido registradas na Junta Comercial no mínimo seis meses antes do lançamento do Edital.
Programa Nacional de Conexão Startup Indústria (ABDI)	Uma organização projetada para buscar um produto, serviço, modelo de negócio escalável, repetível em condições de extrema incerteza, conforme literatura especializada.
BNDES Startup	Empresa de receita bruta anual de até R\$ 1 milhão de reais apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte do Fundo, sem que tenha apresentado receita superior a esse limite nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em Finep, BNDES e ABDI.

Vê-se que cada iniciativa de governo adota sua própria definição, e as definições conflitam entre si. Para o BNDES, qualquer empresa com menos de um ano de faturamento pode ser qualificada como startup, enquanto para a Finep é importante o registro na Junta Comercial inferior a seis meses. Essa divergência de definições – que não acontece no caso das micro e pequenas empresas – pode levar a distorções na implementação das políticas públicas.

## Definições adotadas em nível municipal – experiências brasileiras

Em nível municipal, algumas prefeituras adotaram programas próprios de fomento às startups em suas próprias cidades. Novamente, a ausência de uma definição legal nacional faz com que cada projeto atinja um perfil diferente de empresa, fazendo com que uma organização que se qualificaria em uma cidade não se qualifique na outra.

Município	Iniciativa	Definição adotada
Campinas (SP)	Lei de incentivo às startups	Empresas que se dediquem às atividades relacionadas à prestação de serviços e provisão de bens como: serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sites e blogs; comunicação pessoal, redes sociais, mecanismos de buscas, divulgação publicitária na internet; distribuição ou criação de aplicativos e software original por meio físico ou virtual para uso em computadores ou outros dispositivos eletrônicos móveis ou não.
Palhoça (SC)	Fundo Municipal de Inovação	Microempresas que atuem na concepção de novo produto, processo de fabricação ou modelo de negócio, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.
São Paulo (SP)	Tech Sampa	Pessoas físicas com pretensão de constituir empresa e pessoas jurídicas, que possuam processos ou serviços que utilizem software ou serviços de TIC como elementos do seu esforço de inovação, buscando atingir um modelo de negócios repetível, escalável e inserido no mercado.

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em informações das Prefeituras de Campinas, Palhoça e São Paulo.

## Desafios para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor do ABC Paulista

A identificação legal, como visto, cria dificuldades para o desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao ecossistema empreendedor. Por outro lado, dá aos agentes públicos interessados a possibilidade de aprender com as limitações dos projetos das outras cidades e avaliar qual formato foi o mais bem sucedido tanto em alcançar o maior número de empresas, quanto em desenquadrar as oportunistas que, embora não atuem com inovação, buscam acessar as vantagens da política pública.

O formato adotado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento e Inovação (ABDI) para a Conexão Startup Indústria é interessante. Trata-se de uma iniciativa que foi construída em conjunto com o ecossistema, e que foi reconhecido por todos os envolvidos como uma medida de impacto real no desenvolvimento de inovação. Isto assegurou ao projeto o máximo alcance entre as startups e, ao mesmo tempo, a exclusão das empresas não startup.

Com o avanço das discussões a respeito de um Marco Legal das Startups em nível nacional - uma iniciativa proposta pelo Dínamo ([www.dinamo.org.br](http://www.dinamo.org.br)) - tende a simplificar e estimular o desenvolvimento de políticas públicas em nível municipal para fomentar a inovação por meio das startups.

## Referências bibliográficas:

MATOS, Felipe e RAMOS, Pedro. **Manual de Boas Práticas em Políticas Públicas de Apoio à Startups**. Dínamo, 2018.

## 11. CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS DA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Eduardo de Camargo Oliva  
José Turíbio de Oliveira

### Resumo Executivo

*O Grande ABC Paulista possui vocação para negócios. A Região é marcada pelo volume significativo de organizações de porte. Neste contexto, pode-se apresentar o Conselho de Administração como órgão de preservação dos interesses dos proprietários, bem como promotor da profissionalização da gestão. Concomitantemente ao Conselho de Administração, pode-se instituir o Conselho de Família, como órgão de tratamento das questões societárias que podem assegurar a paz entre os membros da família e o alcance da prosperidade dos negócios.*

Dentro da estrutura geral da Governança Corporativa, insere-se o Conselho de Administração, órgão responsável pela valorização e salvaguarda dos interesses da empresa e dos investidores. Assim, este é um órgão que mesmo estando diretamente vinculado às empresas de capital aberto, pode ser perfeitamente aplicável em empresas de capital fechado, dando-lhes conotação profissional de maior envergadura.

O Conselho de Administração, como órgão de governança, atua de maneira a assegurar a continuidade dos negócios, de forma que, interagindo com a gestão, consiga otimizar os resultados e a perenidade da organização. Isto posto, em função deste tipo de característica, sua aplicação em empresas de todos os portes e segmentos pode significar a preocupação com o longo prazo.

Por outro lado, embora as empresas de capital fechado também possam ter um Conselho de Administração, este é mais encontrado em empresas de capital aberto. Em tais empresas, sua composição não exige a participação de elevada quantidade de membros, mas sim, profissionais com capacidade de perceber e determinar caminhos estratégicos para os negócios.

Para que se possa entender como se determina sua composição, o quadro 1 a seguir apresenta os diversos formatos previstos para o Conselho de Administração nas empresas de capital aberto, em função do tipo de enquadramento da organização, conforme os diversos segmentos de listagens previstos na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).



## Quadro 1 – Composição do Conselho de Administração nos diversos segmentos de listagem da Bolsa de Valores de São Paulo (B3)

Segmento de listagem	Composição do Conselho
Bovespa Mais	Mínimo de 3 membros com mandato de no máximo 2 anos.
Bovespa Mais Nível2	Mínimo de 3 membros com mandato de no máximo 2 anos.
Novo Mercado (NM)	Mínimo de 3 membros, dos quais pelo menos 2 ou 20% (o que for maior) devem ser independentes, com mandato de até 2 anos.
Nível 2 (N2)	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes, com mandato de até 2 anos.
Nível 1 (N1)	Mínimo de 3 membros com mandato de no máximo 2 anos.
Básico	Mínimo de 3 membros.

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base nos dados disponíveis no site: [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br).

A Região do Grande ABC Paulista, composta por sete municípios, apresenta característica vocacional voltada a negócios, em seus diversos segmentos. Em matéria publicada no jornal Diário do Grande ABC, em 1º de julho de 2018, constata-se que na região existem 131 empresas com mais de 500 funcionários, o que infere serem organizações de porte considerável. Assim, a adoção do Conselho de Administração por tais empresas pode, além de exercer função de controle da gestão, contribuir para o direcionamento estratégico e a sobrevivência da organização.

Para que se possa entender as competências de um Conselho de Administração, buscou-se, no Caderno de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2008, p.13), as competências previstas no Regimento Interno. O quadro 2, a seguir, resume algumas de tais competências:

### Quadro 2 – Competências do Conselho de Administração segundo o IBGC

Foco	Competência correspondente
Orientação de negócios	Definir missão, objetivos e diretrizes.
Riscos	Aprovar política de gestão de riscos.
Conduta	Aprovar código de conduta e regimento interno.
Comitês	Constituir comitês com atribuições específicas.
Resultados	Avaliar o desempenho da companhia.
Remuneração dos administradores	Fixar a remuneração individual dos administradores.
Diretoria	Eleger e destituir Diretor-Presidente e aprovar escolha e/ou dispensa de demais diretores.
Bens do ativo	Autorizar alienação de bens do ativo permanente.
Sucessão	Manter atualizado plano de sucessão de pessoas chave da companhia.

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em IBGC, 2008, p.13 a 15.

A implantação do Conselho de Administração pode ser precedida por um Conselho Consultivo, com atribuições de orientação, mas não deliberativa. Tal Conselho Consultivo pode manter a mesma estrutura do Conselho de Administração, para o qual poderá migrar em etapa posterior.

Adicionalmente ao Conselho de Administração, pode-se adotar um Conselho de Família, em empresas com controle familiar. Este Conselho, de acordo com Rodrigues (2008, p.59), é um órgão informal destinado a proporcionar a comunicação dos membros da família, objetivando transmitir à empresa seus interesses e planos.

No Conselho de Família também se discutirá normas de comportamento e de resolução de conflitos, principalmente em relação às políticas de investimento e patrimônio.

A estrutura de governança apresentada, Conselho de Família, Conselho de Administração e a gestão da

empresa, apresentando alinhamento entre si, pode se tornar forte alavancador da paz societária que funcionará como alicerce da prosperidade nos negócios.

### **Referências bibliográficas:**

FERRAZ, Yara. Grande ABC abre 6441 empresas em um ano. **Caderno de Economia**. Diário do Grande ABC, 1 de julho de 2018. p.6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Modelo de Regimento Interno de Conselho de Administração. **Série Cadernos de Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2008.

RODRIGUES, Jorge. O Conselho de Administração nas empresas familiares. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, v. 7, n. 1, p. 56-67, 2008.

## 12. ANÁLISE SETORIAL DO SALDO DE POSTOS DE TRABALHO NO GRANDE ABC PAULISTA ENTRE 2015 E 2018

Antônio Aparecido de Carvalho  
Álvaro Francisco Fernandes Neto

### Resumo Executivo

A nota técnica comenta a evolução do total de postos de trabalho nas sete cidades que compõem o Grande ABC Paulista. O estudo foi elaborado a partir de dados extraídos do levantamento da RAIS/CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego. Foram considerados os setores de indústria de transformação, serviços, comércio e construção civil a partir do ano de 2015 até o primeiro trimestre de 2018. O saldo (positivo ou negativo) do total de empregos foi obtido pelo resultado da diferença entre admissões e demissões. A pesquisa demonstra que entre 2015 e 2017 houve saldos negativos, isto é, maiores volumes de demissões do que de contratações nos quatro setores. Entretanto, verifica-se que no primeiro trimestre de 2018 houve saldo positivo (mais admissões do que demissões) nos setores de indústria de transformação, construção civil e serviços embora, ainda assim, tenha-se observado saldo negativo no setor do comércio: demissão líquida de 1.586 postos de serviços de trabalho neste segmento. Dentre os quatro setores, o setor de serviços foi destaque no saldo positivo no primeiro trimestre de 2018 nas sete cidades, apresentando 2.847 postos de trabalho.

O objetivo da presente nota é levantar, nas sete cidades que formam a Região do Grande ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), o saldo do número de empregos nos quatro principais setores da economia regional: Indústria de transformação, Comércio, Serviços e Construção Civil. Este levantamento foi realizado a partir dos dados extraídos do Relatório de Informações Socioeconômicas (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O estudo tomou como base o saldo que resulta da diferença entre admissões e demissões em cada um dos setores na Região no período compreendido entre janeiro a dezembro dos anos de 2015, 2016, 2017 e primeiro trimestre de 2018.

A seguir apresentam-se os resultados do levantamento realizado.

**Tabela 1 – Saldo de Postos de Trabalho por Setor, Município e Total do Grande ABC Paulista, entre 2015 e 2018**

Municípios	Indústria de transformação				Construção Civil				Comércio				Serviços			
	2015	2016	2017	1º Tri 2018	2015	2016	2017	1º Tri 2018	2015	2016	2017	1º Tri 2018	2015	2016	2017	1º Tri 2018
Diadema	-6.970	-3.381	-918	+264	-1.306	+472	+270	+130	-1.036	-472	+270	-130	-846	+650	+915	+250
Mauá	-2.535	-1.099	-773	+3	-342	+173	-129	+61	-272	-136	+167	-242	-197	+94	+596	+641
R. Pires	-806	-763	+52	+32	+122	+302	-493	+14	-190	+64	+31	+67	-300	-78	-229	+36
RG Serra	+111	-40	+180	+40	+114	-91	-35	+17	-10	+7	-12	+8	-10	+57	-28	+33
SAndré	-2.818	-1.939	+105	+133	-1.066	-1.271	+37	+28	-804	-1.000	-71	-587	-1.355	-1.138	+827	+625
SBC	-8.885	-8.022	-1.508	+1.179	-1.970	-1.403	-115	+39	-666	-1.650	+286	-524	-6.890	-4.165	+350	+901
SCS	-2.306	-467	-1.136	+148	+189	+70	-38	+307	-452	-254	+246	-23	-1.807	-2.030	+780	+361
<b>Total</b>	<b>-24.209</b>	<b>-15.711</b>	<b>-3.998</b>	<b>+1.799</b>	<b>-4.259</b>	<b>-1.748</b>	<b>-503</b>	<b>+596</b>	<b>-3.430</b>	<b>-3.441</b>	<b>+917</b>	<b>-1.431</b>	<b>-11.405</b>	<b>-6.610</b>	<b>+3.211</b>	<b>+2.847</b>

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base na RAIS-CAGED, do MTE (2018).

Pela tabela, nota-se que, no caso da indústria de transformação:

a) Em 2015, o saldo de empregos apresentou queda em seis cidades (exceto em Ribeirão Pires que apresentou saldo positivo em +111). O saldo negativo mais acentuado apresenta-se na cidade de São Bernardo do Campo com -8.885, seguido da cidade de Diadema com -6.970. O saldo total agregado das sete cidades é negativo em -24.209 vagas.

b) Em 2016, o saldo apresenta-se também negativo, porém menor (-15.711). As cidades de São Bernardo do Campo e Diadema ainda se destacam por serem os maiores saldos negativos: -8.022 e -3.381, respectivamente.

c) No ano de 2017, o saldo apresentou-se negativo em -3.998. As cidades de Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Santo André apresentam saldo positivo: +52, +180 e + 105, respectivamente.

d) No primeiro trimestre de 2018 todas as cidades apresentam saldo positivo, totalizando +1.799, destaca-se a cidade de São Bernardo do Campo com +1.179.

Por sua vez, na construção civil:

a) No ano de 2015 as cidades de Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Caetano do Sul apresentam saldo positivo com (+122), (+114) e (+189). As demais cidades apresentam saldo negativo.

b) Em 2016, as cidades de Rio Grande da Serra, Santo André e São Bernardo do Campo apresentam saldo negativo com (-91), (-1.271) e (-1.403) respectivamente. As demais cidades apresentam saldo positivo.

c) Em 2017, somente as cidades de Diadema e Santo André apresentam saldos positivos (+270) e (+37) respectivamente.

d) No primeiro trimestre de 2018, todas as cidades apresentam saldo positivo. Destaca-se a cidade de São Caetano do Sul com +307.

No setor de Comércio:

a) Em 2015 as sete cidades juntas apresentam saldo negativo de -3.430. A cidade de Diadema apresenta saldo de -1.036.

b) Em 2016 o saldo negativo total é de -3.441. Entretanto, as cidades de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentam resultado positivo, mesmo que timidamente de +64 e +7, respectivamente.

c) Em 2017, verifica-se recuperação do saldo agregado das sete cidades, que é positivo, totalizando +917. Apenas as cidades de Rio Grande da Serra e Santo André trazem resultados negativos: (-12) e (-71), respectivamente.

d) No 1º. Trimestre de 2018, o setor de comércio volta a apresentar resultado agregado negativo (-1.431). Apenas as cidades de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentam resultado positivo de (+67) e (+8) respectivamente.

Por sua vez, o setor de serviços:

a) Em 2015, apresenta resultado agregado negativo de -11.405. As maiores perdas de postos ocorrem nas cidades de São Bernardo do Campo (-6.890), São Caetano do Sul (-1.870) e Santo André (-1.355).

b) No ano de 2016, o resultado agregado apresenta-se negativo em -6.610. Os saldos positivos ficam nas cidades de Diadema (+650), Mauá (+94) e Rio Grande da Serra (+57).

c) O ano de 2017 apresenta saldo agregado positivo de (+3.211), somente as cidades Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresenta resultado negativo de -229 e -28, respectivamente.

d) No primeiro trimestre de 2018, a recuperação no setor de serviços verifica-se em todas as cidades. O resultado agregado é de +2.847 postos de trabalho.

## **Conclusão**

A economia é resultante do desempenho de setores como Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio e Serviços. Além de contribuírem para os resultados do PIB, estes setores são responsáveis pela criação de postos de trabalho.

Pelo levantamento realizado, os anos de 2015 e 2016 apresentaram saldos agregados negativos nos quatro setores analisados; o ano de 2017 apresenta saldo agregado positivo nos setores de Comércio e Serviços; já o primeiro trimestre de 2018 apresenta recuperação nos setores da Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços com saldo positivo nos postos de trabalho.

## **Referências bibliográficas:**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2018.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Indicadores do mercado imobiliário nacional apresentam panorama e sinaliza potencial do setor**. Disponível em <http://www.cbicdados.com.br/menu/home/indicadores-do-mercado-imobiliario-nacional-apresentam-panorama-e-sinaliza-potencial-do-setor>. Acesso em maio de 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **CNC do tamanho do Brasil**. Disponível em <http://cnc.org.br/>. Acesso em junho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em abril o setor de serviços cresce 1,0% em relação a março**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em maio de 2018.

## 13. COMPETÊNCIAS PARA O TRABALHO EM UMA NOVA ERA

Orlando Mazzuli (Grupo G3 de Recursos Humanos)

### Resumo Executivo

A nota apresenta a valorização das competências comportamentais no cenário de um mundo em rápida transformação que requer não somente o uso das habilidades técnicas, mas também a posse de um conjunto de competências chamadas de comportamentais ou socioemocionais. A chave para o sucesso profissional cada vez mais se alicerça no domínio de atitudes como resiliência, cooperação, inovação, estabilidade emocional, humildade para lidar com erros e várias outras. A nota destaca as aspirações dos jovens em suas carreiras e as estratégias das empresas para atrair as novas gerações diante de um quadro de escassez de talentos. Demonstra ainda os esforços empresariais para cobrir as lacunas do ensino formal e os recursos que utiliza para mensurar a posse das competências comportamentais em seus candidatos a futuros líderes.

*“As pessoas são contratadas pelas suas habilidades técnicas, mas são demitidas pela falta de competências sócio emocionais”.*

Segundo o World Economic Forum, as competências mais importantes para o mundo do trabalho em 2020 serão:

1. Resolução de problemas complexos;
2. Senso crítico;
3. Criatividade;
4. Gestão de Pessoas;
5. Coordenação com outros;
6. Inteligência emocional;
7. Análise e tomada de decisão;
8. Orientação para o cliente;
9. Negociação;
10. Flexibilidade cognitiva.

Um rápido olhar sobre este rol de competências revela que muito pouco está presente no currículo acadêmico. Ao aprendizado das habilidades técnicas ou cognitivas, deve ser acrescentado o desenvolvimento das competências comportamentais ou sócio emocionais, fundamental para o sucesso no trabalho.

As competências ligadas ao uso inteligente das emoções e ao trabalho participativo cresceram de importância no cenário de um mundo “VICA”: Volátil, Incerto, Complexo e Ambíguo. As competências cognitivas ou técnicas dão conta da análise e resolução de problemas, porém não garantem a implementação de soluções adequadas que dependem do comportamento dos atores no ambiente mutável, complexo e repleto de ambiguidades que se tornou o novo padrão.

No mundo tradicional, as notas de testes e provas, as habilidades técnicas e analíticas e a solução de problemas

cotidianos bastavam para o desempenho regular de um profissional. No mundo da 4ª revolução industrial é preciso ser ágil para aprender, o que exige raciocínio rápido, iniciativa e curiosidade, busca de novas conexões, foco em princípios e regras e, acima de tudo, visão estratégica. E os sistemas e práticas atuais de ensino, seja na família ou na escola, ainda não focam esta visão moderna.

Um estudo da IBM revelou que a escola de ensino médio no Brasil tem foco na preparação do aluno para o vestibular. Que apenas 17% dos jovens vão para a universidade e não mais que 6,6% dos jovens fazem educação profissionalizante. Que somente 5% da população tem domínio do idioma inglês. Muitos alunos das universidades frequentam cursos que não são relacionados com a tecnologia.

Como consequência, as empresas de tecnologia e outras não conseguem preencher suas vagas devido ao despreparo dos estudantes.

Diante de um cenário de escassez de jovens preparados para o mundo do trabalho e o subdesenvolvimento das habilidades socio emocionais, onde estarão as iniciativas para preencher as lacunas que ameaçam o crescimento do país?

A edição 2017 da Pesquisa Carreira dos Sonhos, organizada pelo Grupo Cia de Talentos, traz vários insights sobre os desejos dos jovens a respeito do trabalho e o que as empresas de ponta estão oferecendo aos jovens ingressantes no mercado.

As empresas dos sonhos eleitas pelos 65.833 jovens participantes da pesquisa foram: Google; Petrobrás; Nestlé; Ambev; ONU; PwC; Vale; Itaú; Unilever; Globo.

Na visão dos jovens, o que os atrai nessas empresas são alguns fatores que, ao contrário das gerações anteriores, não são ligados a recompensas financeiras. Eles anseiam por ambientes de trabalho saudáveis, onde seja possível integrar a vida profissional com a pessoal, que abram espaços para o exercício de suas habilidades e onde possam aprender. É exatamente nesses ambientes que as competências sócio emocionais encontram solo fértil para seu desenvolvimento.

As competências comportamentais, por sua vez, casam com os propósitos da nova geração. As gerações dos Baby Boomers, X e Y estiveram mais focadas em dinheiro e carreira. A nova geração Z deseja trabalhar com projetos com significado, que possuam uma causa explícita. E, para eles, as empresas têm que possuir caráter.

Um depoimento da CEO da Cia de Talentos, Maira Habimorad, resume as expectativas das organizações “O mundo do trabalho precisa de profissionais engajados, comprometidos, que tenham um desempenho diferenciado. Estas características não podem ser compradas, precisam ser cultivadas e só florescem em ambientes marcados pela cultura transparente e capazes de integrar as necessidades dos negócios com as necessidades das pessoas”.

A forma mais procurada para a aquisição das habilidades superiores exigidas pelo mercado de trabalho passa a ser o ambiente das empresas de ponta, dentre as quais aquelas eleitas na pesquisa Empresas dos Sonhos dos Jovens. Daí a enorme competição para conseguir uma vaga de trainee ou estagiário nas empresas reconhecidas como as melhores para se trabalhar. Uma consulta a [www.gptw.com.br](http://www.gptw.com.br) dá uma ideia do esforço empresarial em obter reconhecimento dos jovens e da sociedade.

Uma evolução notável nos testes de identificação de competências tornou possível às organizações selecionar os melhores candidatos. Os testes antigos de QI – Quociente Intelectual – que provaram ser limitados, foram substituídos por questionários que medem a Inteligência Emocional e avaliam a Inteligência Geral

e a Inteligência Cognitiva. Este último revela as dimensões de percepção, memória, imaginação, atenção, raciocínio, pensamento, atenção, associação, juízo e linguagem presentes em uma pessoa.

A educação formal, por outro lado, possui um papel fundamental na preparação do jovem para o futuro. Segundo um estudo interno da IBM a ênfase do ensino deveria ser colocada em:

Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Respeito à diversidade	Desenvolver comportamentos valorizados pelo mercado corporativo	Criar currículo escolar em linha com as tendências tecnológicas mais expressivas
Fomentar comportamentos de inovação e empreendedorismo	Desenvolver tanto habilidades cognitivas quanto sócio emocionais (comportamentais)	

**Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em estudo interno da IBM.**

Independente do papel único das escolas como formadoras de cidadãos úteis e produtivos, e como entidades interessadas na contratação de talentos, as empresas de alto padrão tem adotado iniciativas de apoio às escolas. Alguns exemplos incluem a Oi, que patrocina o ensino de programação de jogos; da Totvs, que ensina a usar softwares de gestão e desenvolver habilidades sociais, como objetividade e clareza e da Thyssenkrupp e Pão de Açúcar, que apoiam escolas técnicas para que os alunos desenvolvam atitudes pessoais que são valorizadas no mercado. A IBM, por sua vez, cuida da capacitação de professores de escolas técnicas, além de influenciar o currículo das universidades de tecnologia.

Além do esforço empreendido pelas empresas na aproximação dos currículos escolares com as demandas das organizações, outras entidades operam na criação de parcerias com as universidades para incrementar a troca de experiências entre o mundo acadêmico e a prática empresarial, como é o caso do Grupo G3 de Recursos Humanos, o mais importante grupo informal de executivos de Gestão de Pessoas, composto pelos líderes de inúmeras empresas de destaque, tanto nacionais como multinacionais.

No município de São Caetano do Sul pode-se constatar a presença de várias empresas que se notabilizaram por princípios e práticas comumente encontradas nas empresas “objeto dos sonhos”: Petrobrás, General Motors, Honda, Ipiranga, Siemens, Pão de Açúcar, Carrefour e Via Varejo, entre outras. No Grande ABC Paulista, há muitas mais que integram a lista seleta de organizações dotadas de governança corporativa, ética, inovação e, o que mais interessa aos jovens, ambiente desafiador e de aprendizado.



## 14. O PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO GRANDE ABC PAULISTA: NÍVEL DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, GÊNERO E RENDA

Maria do Socorro Souza

### Resumo Executivo

*A nota apresenta o perfil do mercado de trabalho da Região do Grande ABC Paulista, nos setores da indústria, comércio e serviços, no período de 2014 a 2016, com base na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com as informações levantadas, é possível afirmar que entre 50% e 60% dos empregados formais possuem o ensino médio completo e têm uma renda entre 1,5 e 3,0 salários. Nos três setores de atividades, há um percentual elevado de trabalhadores do gênero masculino, variando entre 40% e 70%. Nos três anos pesquisados, o gênero feminino representa 25% dos ocupados no setor industrial, 46% no comércio e 54% nos serviços.*

A Região do Grande ABC Paulista, que é composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, apresenta, desde o século XX, mercado de trabalho (isto é, oferta e demanda de força de trabalho) nas atividades relacionadas aos setores da indústria, comércio e serviços.

Assim, torna-se oportuno apresentar como se configura o perfil do mercado de trabalho da região, destacando os setores que mais contratam e nos quais está empregada a maior parte da população ocupada. Para isto, utilizou-se a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, para o período de 2014 a 2016. Os dados levantados referem-se à formação educacional, ao gênero e à renda média da população ocupada na região do Grande ABC Paulista.

### 1. Formação Educacional

A seguir, apresentam-se os dados referentes à participação relativa dos empregados formais por níveis de formação educacional na Região do Grande ABC Paulista, entre 2014 e 2016.

**Tabela 1 – Participação Relativa dos Empregados Formais na Região do Grande ABC Paulista, por níveis de Formação Educacional em cada setor de atividade, 2014 – 2016**

Formação Educacional	Indústria			Comércio			Serviços		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Analfabeto	0,10 %	0,13 %	0,12 %	0,07 %	0,08 %	0,07 %	0,12 %	0,14 %	0,13 %
Até 5ª Incompleto	1,38 %	1,35 %	1,34 %	0,80 %	0,81 %	0,77 %	2,20 %	2,20 %	2,14 %
5ª Completo Fundamental	2,38 %	2,19%	2,00 %	2,60 %	2,35 %	2,10 %	4,54 %	4,29 %	4,07 %
6ª a 9ª Fundamental	4,34 %	4,27 %	3,73 %	3,86 %	3,43 %	3,07 %	5,06 %	4,73 %	4,58 %
Fundamental Completo	9,22 %	8,78 %	8,53 %	9,14 %	8,30 %	7,94 %	8,44 %	8,17 %	9,41 %
Médio Incompleto	6,45 %	6,22 %	5,51 %	8,66 %	8,06 %	7,55 %	6,09 %	5,82 %	5,39 %
Médio Completo	54,40 %	54,41 %	55,72 %	63,47 %	65,38 %	66,28 %	45,27 %	45,46 %	44,14 %
Superior Incompleto	4,38 %	4,36 %	4,34 %	3,23 %	3,26 %	3,60 %	5,11 %	5,16 %	4,97 %
Superior Completo	17,35 %	18,29 %	18,71 %	8,17 %	8,33 %	8,62 %	23,17 %	24,03 %	25,17 %
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Elaboração própria da autora para Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do Ministério do Trabalho: RAIS-Relação Anual de Informações Sociais.

Os dados apresentados referentes à formação educacional dos trabalhadores ocupados na Região do Grande ABC Paulista, nas atividades relacionadas à indústria, comércio e serviços, durante os anos de 2014 a 2016, demonstram baixo percentual relativo de analfabetos entre os ocupados. Registre-se que o ideal, evidentemente, é que, em relação ao analfabetismo, a Região, por meio das suas lideranças públicas e privadas, executem programas que almejem uma meta de zero por cento.

Nos mencionados setores da Região, e durante o período em questão, observa-se que o percentual da força de trabalho que possui o ensino fundamental completo encontra-se entre 8% e 9% da população ocupada.

De acordo com os dados, observa-se que entre 5% e 8% da população ocupada encontram-se na faixa do ensino médio incompleto.

O maior número de pessoas ocupadas situa-se na faixa que corresponde à formação de nível médio completo. No período, o maior número de ocupados encontra-se no comércio, seguido da indústria e dos serviços.

Com relação à formação de nível superior, os dados demonstram que o comércio absorveu o maior número de ocupados com ensino superior incompleto nos três anos analisados. Em seguida, estão os setores da indústria e dos serviços.

No caso do ensino superior completo, o segmento de serviços é o que tem maior número de ocupados nos três anos do levantamento, nos percentuais respectivos de 23%, 24% e 25%. Em segundo lugar, encontra-se o setor industrial, com os percentuais de 17%, 18% e 19%. Por fim, apresenta-se o setor de comércio, com 8% da mão de obra ocupada.

Ainda de acordo com os dados apresentados, no período de 2014 a 2016, as ocupações que demandaram mão de obra na Região do Grande ABC Paulista exigiram, em sua maioria, o ensino médio completo, sendo o comércio o que empregou a maior parcela destes trabalhadores.

As ocupações que exigem o ensino superior completo estão, majoritariamente, no setor de serviços.

As ocupações que demandam o ensino fundamental incompleto estão concentradas, principalmente, na indústria e nos serviços.

## 2. Gênero

A seguir serão apresentados os dados da distribuição da força-de-trabalho formal da Região do Grande ABC Paulista, por gênero, no período de 2014 a 2016.

**Tabela 2 – Participação Relativa dos Empregados Formais por Gênero e por Setor de Atividade, na Região do Grande ABC Paulista, 2014 – 2016**

Gênero	Indústria			Comércio			Serviços		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Masculino	75,7 %	74,8 %	75,5 %	53,2 %	53,7 %	54,1 %	46,3 %	45,5 %	45,5 %
Feminino	24,3 %	25,2 %	24,5 %	46,8 %	46,3 %	45,9 %	53,7 %	54,5 %	54,5 %
<b>TOTAL</b>	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Ministério do Trabalho: RAIS-Relação Anual de Informações Sociais.

De acordo com os dados da tabela 2, referentes à população ocupada, no período de 2014 a 2016, o gênero masculino prevalece nos setores da indústria e do comércio. A indústria lidera o número de homens ocupados, seguido do comércio e dos serviços.

O setor de serviços absorve 55% das mulheres ocupadas, seguido do comércio e da indústria que apresenta somente 25% em média de participação feminina no mercado de trabalho formal da Região do Grande ABC Paulista.

## 3. Renda

A seguir serão apresentados os dados referentes à renda média da população ocupada na Região do Grande

**Tabela 3 – Participação Relativa dos Empregados Formais, por renda média e por Setor de Atividade, na Região do Grande ABC Paulista, 2014 – 2016**

Renda Média (em Salários Mínimos = SM)	Indústria			Comércio			Serviços		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
0,51 a 1,00 SM	0,8%	1,0%	1,0%	1,5%	1,8%	2,0%	4,3%	3,8%	4,3%
1,01 a 1,50 SM	9,6%	10,3%	10,9%	27,3%	27,3%	30,7%	29,5%	30,0%	31,3%
1,51 a 2,00 SM	26,4%	27,0%	28,4%	37,5%	38,1%	36,6%	22,9%	23,6%	22,8%
2,01 a 3,00 SM	31,6%	30,7%	30,1%	23,6%	23,3%	21,9%	26,2%	25,7%	25,3%
3,01 a 4,00 SM	17,9%	18,3%	17,7%	8,7%	8,4%	7,7%	13,4%	13,2%	12,9%
10,01 a 15,0 SM	9,2%	8,82%	8,6%	1,0%	0,9%	0,9%	2,7%	2,7%	2,5%
15,01 a 20,0 SM	4,5%	3,88%	3,3%	0,4%	0,2%	0,2%	1,0%	1,0%	0,9%
<b>TOTAL</b>	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Ministério do Trabalho: RAIS-Relação Anual de Informações Sociais.

ABC Paulista, no período de 2014 a 2016.

Os dados disponíveis para os anos de 2014, 2015 e 2016, referentes à renda média da população ocupada na Região do Grande ABC Paulista, mostram que o maior número de ocupados concentra-se na faixa de rendimentos entre 1,51 a 3,0 salários mínimos.

Em termos de setores, observa-se que, na indústria, a maior parte da população ocupada recebe de 2,01 a 3,00 salários mínimos. No comércio, a maioria da população ocupada recebe entre 1,51 a 2,00 salários mínimos.

Nos serviços, a parcela majoritária da população ocupada recebe entre 1,01 a 1,50 salários mínimos. Nas maiores faixas da renda média, entre 10,01 a 20,00 salários mínimos, a indústria destaca-se por absorver o maior número de ocupados na Região.

Assim, na Região do Grande ABC Paulista, a indústria possui papel importante na elevação da renda média da população ocupada, seguida dos serviços e do comércio. Este último setor, nos três anos pesquisados, foi o setor de renda média mais baixa e o que mais absorveu força-de-trabalho com formação de nível nas sete cidades do Grande ABC Paulista.

#### Referências bibliográficas:

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais-RAIS**. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em: 15 julho de 2018.

## 15. A “DESREGIONALIZAÇÃO” DO GRANDE ABC PAULISTA?

Wendell Cristiano Lepore<sup>1</sup>

### Resumo Executivo

*Diferente do clima de produção e ampliação do rico capital social gerado na região entre o final dos anos da década de 1990 e início dos anos 2000, expresso na construção das iniciativas e instancias regionais (Consórcio Intermunicipal do Grande ABC Paulista, Fórum da Cidadania, Câmara Regional do Grande ABC e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC), parece não se verificar atualmente uma priorização da dimensão regional. Entre as iniciativas que expressam a crise das instancias regionais estão decisões de saída de Diadema e Rio Grande da Serra do Consórcio Intermunicipal, a suspensão de recursos ao órgão regional por parte de São Caetano do Sul e a hipótese levantada por vários dos membros da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC de encerramento das atividades do órgão.*

Presenciamos nas últimas décadas o debate sobre o papel das instâncias regionais frente ao desenvolvimento socioeconômico da Região do Grande ABC Paulista. Elas representam espaços democráticos para a elaboração e execução de estratégias voltadas para o desenvolvimento local, a resolução de problemas cotidianos e a geração de trabalho e renda.

Entretanto, cumpre desde logo dizer que as instituições regionais e metropolitanas não são reconhecidas e apoiadas de forma plena no atual pacto federativo brasileiro – embora, registre-se, um dos avanços recentes tenha sido a legislação para a criação de Consórcios Públicos. Os arranjos institucionais regionais, que ultrapassam os limites geográficos municipais na busca de soluções para os problemas comuns entre municípios, deparam-se com barreiras diversas, a exemplo da perene ausência de apoio financeiro. Além de, na prática, o atual pacto federativo desconsiderar as instituições regionais e metropolitanas, ele também não estimula a participação da sociedade civil nas estruturas de poder e decisão.

O federalismo é uma forma de organização que se inspira fortemente na experiência dos EUA. Nele, é possível coexistir em um único território dois ou mais poderes autônomos. Todavia, o federalismo brasileiro já nasceu com diversos problemas socioeconômicos, no contexto da divisão de poder entre as oligarquias regionais no período do ciclo cafeeiro no Brasil do século XIX.

Desde os anos de 1950, o Grande ABC Paulista é região com importante presença da grande indústria automobilística e petroquímica. Outra marca regional é a força de determinadas instituições e lideranças sindicais e empresariais. É o caso, por exemplo, dos sindicatos metalúrgicos, químicos, bancários, gráficos e têxteis e confecções. Nas últimas décadas, estas instituições mostraram grande capacidade para a mobilização econômica e social (Klink, 2001).

### Breve retrospecto da construção e fortalecimento das instâncias regionais entre 1990 e 2016

Em dezembro de 1990, formou-se o primeiro fórum de articulação regional no ABC Paulista, conhecido como Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings. No Consórcio, participam os prefeitos das sete cidades. O Consórcio tem o objetivo de viabilizar mecanismos de coordenação intermunicipal

suprapartidária em face de problemas comuns aos sete municípios. No primeiro momento (década de 1990), o consórcio tratou de temas como gestão e destinação de resíduos sólidos e infraestrutura, como as obras de macrodrenagem para o enfrentamento das enchentes.

O Consórcio perde força durante o período de 1993 a 1996, dada a falta de priorização pelos então prefeitos à questão regional. Em 1997, os novos prefeitos eleitos voltam a valorizar a dimensão da ação regional. Ocorre a partir daí uma revitalização quase imediata do Consórcio Intermunicipal.

O Fórum da Cidadania, criado em 1994, esteve bastante ligado ao movimento “Vote no Grande ABC”. Nas palavras de Conceição (2008):

*“Esse movimento teve como objetivo incentivar a população da Região do Grande ABC a votar em candidatos do ABC e, assim, ampliar a representação política da região em eleições legislativas estaduais e federais realizadas em 1994. Como fruto desse movimento, a região do ABC elegeu cinco deputados federais e oito deputados estaduais, a maior representação parlamentar observada em sua história. Após as eleições, as entidades participantes do referido movimento, apoiadas por outras entidades da sociedade civil, decidiram que o movimento deveria ser institucionalizado (...). Durante a segunda metade da década de 1990, o Fórum chegou a ter em torno de 80 entidades da sociedade civil, dos mais diversos segmentos (...). Por meio de debates, seminários, estudos e campanhas, o Fórum representou um avanço no diálogo e na busca de consensos entre os atores sociais. Apesar disso, ele não se constituiu em espaço de negociação entre os atores, o que acabaria por torná-lo um instrumento incompleto diante das exigências de medidas urgentes a serem tomadas [em função da crise, reestruturação industrial e desemprego]. (...) O espaço de negociação viria a ser estruturado com a criação da Câmara Regional do Grande ABC (...). De certa maneira, a Câmara Regional abarcou a função do Fórum da Cidadania de aglutinação da sociedade civil. Mas ela foi além ao introduzir a negociação entre os atores sociais.*

Em 1997, os representantes do Governo do Estado, os sete prefeitos, os parlamentares da região, as organizações representativas de setores econômicos, os sindicatos de trabalhadores e a coordenação do “Fórum da Cidadania” elaboraram e aprovaram, consensualmente, o Estatuto da chamada “Câmara Regional do Grande ABC”.

A Câmara Regional do Grande ABC tinha por finalidade formular, apoiar, acompanhar e mensurar ações para o desenvolvimento sustentável do Grande ABC. Ela representava um fórum democrático abrangendo o poder público e a sociedade civil. Uma das primeiras ações da Câmara Regional residiu nas discussões e articulações para a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, que ocorreu em 1998.

Com efeito, a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico foi o acordo mais significativo efetivado na Câmara Regional do Grande ABC, pela potencialidade positiva que ela representa em termos da execução das medidas discutidas e da elaboração de novas ações em prol da economia da Região do ABC.

O capital da Agência é composto 51% da parte privada, e 49%, pública. Na prática, o poder público tem sido o seu principal financiador, mediante repasses - via Consórcio Intermunicipal do Grande ABC - por meio de plano de trabalho anual. Um debate ainda pouco explorado, mas que merece aprofundamento, diz respeito às iniciativas, consolidações e descontinuidades de ações e projetos desta instituição.

A título de exemplo de mobilização regional a partir destas novas instâncias, citamos uma das primeiras

manifestações de ação coletiva que foi a que visava a expansão do Polo Petroquímico de Santo André e Mauá. Tratou-se de ação conjunta de prefeitos, deputados, representantes das empresas do Polo e sindicalistas do Grande ABC Paulista, junto aos representantes da Petrobrás, Ministério de Minas e Energia e até com o Presidente da República. O objetivo era garantir o fornecimento de matéria prima. A bancada parlamentar se empenhou em aprovar as mudanças na legislação estadual, referentes ao zoneamento industrial, que também travava a expansão do Polo.

## Vivemos a “Desregionalização do Grande ABC Paulista”?

Diferente do clima de produção e ampliação do rico capital social gerado na região entre o final dos anos da década de 1990 e início dos anos 2000, expresso na construção das iniciativas e instancias regionais (Consórcio Intermunicipal do Grande ABC Paulista, Fórum da Cidadania, Câmara Regional do Grande ABC e Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC), parece não se verificar atualmente uma priorização da dimensão regional.

Conforme exposto no quadro 1 a seguir, entre as iniciativas que expressam a crise das instancias regionais estão as decisões de saída de Diadema e Rio Grande da Serra do Consórcio Intermunicipal, a suspensão de recursos ao órgão regional por parte de São Caetano do Sul e a hipótese levantada por vários dos membros da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC de encerramento das atividades do órgão.

Cabe a perguntar a todos os atores e instituições do Grande ABC Paulista – Governo do Estado, Prefeituras, Legislativos, Representações industriais, Associações Comerciais, Sindicatos de Trabalhadores, Universidades, ONGs entre outros grupos da sociedade regional – se o atual quadro de “desregionalização” do Grande ABC seguirá seu curso até seu ponto derradeiro, que é o encerramento de todas as instancias e iniciativas regionais.

### Quadro 1: Retrospecto de iniciativas que evidenciam a atual crise das instancias regionais do Grande ABC Paulista

6 de julho 2017	Diadema deixa oficialmente o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, por meio de aprovação, na Câmara Municipal, de Projeto de Lei enviado pelo Prefeito, que solicitava a retirada da cidade como membro do Consórcio. O Prefeito alegava escassez de recursos e necessidade de melhor alocação orçamentária dos recursos existentes.
29 de novembro 2017	Reportagem de Raphael Rocha, no Diário do Grande ABC, de 29 de novembro de 2017, apontou que a dívida da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC estava em torno de R\$ 1 milhão, entre dívida com pessoal, impostos atrasados e pagamento de fornecedores. De acordo com a reportagem: “Os problemas financeiros da Agência se avolumaram quando, no começo do ano, o Consórcio Intermunicipal interrompeu os repasses diretos à instituição de fomento econômico da região após o TCE (Tribunal de Contas do Estado) indicar irregularidades nesse tipo de transição. A saída foi firmar convênios diretos entre Agência e prefeituras do Grande ABC, mas nem todas ainda concluíram esse trâmite burocrático, que envolve autorização dos Legislativos”.
14 de dezembro 2017	Sindicatos de Trabalhadores da Região, membros da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, emitem nota assinada manifestando sua insatisfação com a crise das instancias regionais no Grande ABC Paulista. Alguns dos trechos da nota são reproduzidos a seguir: “(...) Até dezembro de 2016, os repasses correspondentes aos municípios eram feitos regularmente por meio do Consórcio Intermunicipal. Em Janeiro de 2017, a presidência do Consórcio suspendeu essa operação, definindo que as sete prefeituras voltassem a fazer os repasses diretamente à Agência. No entanto, tornou-se necessária uma nova lei municipal que autorizasse o pagamento, ou seja, a Câmara Municipal de cada cidade deveria aprovar uma lei de aporte à entidade. O problema é que, até agora, praticamente um ano depois, somente a prefeitura de Mauá regularizou seus pagamentos. (...) A realidade é que a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC está hoje totalmente sucateada, sem recursos para dar andamento aos projetos de interesse econômico regional, e correndo o risco de não sobreviver. É importante ressaltar que, desde sua fundação, o movimento sindical sempre esteve entre o quadro de associados e nunca deixou de fazer os pagamentos mensais. E continuou contribuindo ao longo destes 12 meses, mesmo sabendo que a parcela das prefeituras não estava sendo depositada. Sabedor das críticas condições financeiras da Agência, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que integra o grupo de entidades sindicais associadas, quitou antecipadamente todo o ano de 2017, visando apoiar a atuação da instituição regional. No entanto, a situação é insustentável. (...) A longa demora em solucionar esta situação nos leva a questionar sobre as reais intenções dos governos municipais. O posicionamento adotado está sufocando técnica e financeiramente a instituição, e esse caminho levará ao seu completo esvaziamento. Até mesmo as reuniões do Conselho da entidade deixaram de acontecer na periodicidade prevista pelo estatuto da Agência. (...) até mesmo o espaço físico da instituição foi reduzido (...). Como associado em dia com suas obrigações e como agente político de longa história na atuação regional, nos cabe solicitar que as direções da Agência e do Consórcio (representando todas as prefeituras fundadoras da entidade) esclareçam à sociedade do Grande ABC o que está acontecendo.(...). A partir de 2018, somente continuaremos integrando a Agência regional se o poder público cumprir com a responsabilidade compartilhada que foi marca da entidade desde sua fundação. Caso contrário e infelizmente, depois de 19 anos ininterruptos, deixaremos o quadro de associados e buscaremos outras formas de construção para as iniciativas do desenvolvimento econômico regional”. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Sindicato dos Químicos do ABCD, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; Sindicato dos Bancários do ABC; Sindicato de Profissionais em Confecção do ABC; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bernardo do Campo.

19 de abril de 2018	O legislativo de São Caetano do Sul aprova a suspensão do repasse ao Consórcio Intermunicipal no valor de R\$ 1,2 milhão.
30 de maio de 2018	A Câmara de Rio Grande da Serra aprovou projeto do Executivo Municipal que requisitava a saída do Município do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Reportagem do Diário Regional de 31/5/2018, escrita por Aline Melo, mencionou que o líder do governo alegou que “é preciso otimizar os recursos. Ainda mais a nossa cidade, que tem o menor orçamento do ABC, aqui cada centavo conta. (...) Fazemos parte de uma microrregião, com Ribeirão Pires e Mauá, que precisa ser valorizada. Somos gratos ao Consórcio pelos recursos para mobilidade, mas de um ano e meio para cá, nada mais vem acontecendo”.

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

## Notas:

<sup>1</sup> Professor Mestre em Administração da Universidade São Judas Tadeu (USJT).

## Referências bibliográficas:

ABRUCIO, Fernando. A questão federativa e o problema metropolitano. In: Retratos Metropolitanos: a experiência do Grande ABC em perspectiva comparada, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC em conjunto com a Fundação Konrad Adenauer, Câmara do Grande ABC, CEDEC, IMES, Revista Livre Mercado e Diário do Grande ABC nos dias, v. 8, p. 9-28, 2001.

CÂMARA REGIONAL DO GRANDE ABC. A região encontra soluções. Santo André: jan., 2000.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC. São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

DANIEL, C.; SOMEKH, N. Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, Anais, Porto Alegre: maio 1999.

KLINK, J. J.; LEPORE, W. C. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista: Uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. In: I seminário internacional: O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. Anais UNESP, Rio Claro, 2004. CD-ROM.

MELO, Aline. Câmara de Rio Grande da Serra aprova saída do Consórcio Intermunicipal do ABC. Diário Regional, 31 de maio de 2018.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROCHA, Raphael. Dificuldade financeira causa apreensão na agência. Diário do Grande ABC, 29 de novembro



# 16. AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO GRANDE ABC PAULISTA E SEU CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Rubens Topal de Carvalho Bastos

## Resumo Executivo

A nota técnica trata do conhecimento das micro e pequenas empresas (MPEs) localizadas na Região do Grande ABC Paulista sobre os itens da lei federal nº 12.305/10, legislação esta que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O assunto será tratado ainda em outras notas técnicas futuras, com o objetivo principal de destacar a importância da gestão de resíduos sólidos no contexto das empresas localizadas na região.

Devido a sua localização privilegiada, a Região do Grande ABC Paulista - constituída pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - tem uma posição de destaque no cenário econômico brasileiro, pois, possui recursos (infraestrutura e mão de obra) atrativos às instalações industriais.

Desde a década de 1950 a região tem atraído inúmeras empresas de grande porte juntamente com as suas cadeias de suprimentos de produtos e serviços. Estas cadeias produtivas, formadas muitas vezes por MPes, potencializaram o número de estabelecimentos e a capacidade de produção da manufatura na região. Isto foi e é positivo para o desenvolvimento regional.

Entretanto, o aumento do número de estabelecimentos e de capacidade produtiva – como mostra a tabela 1 para o período 1989/2016 - pode provocar também expressivo acréscimo no nível de resíduos sólidos gerados. Os resíduos sólidos, se não tiverem destinação adequada, podem gerar impactos ambientais negativos.

**Tabela 1 – Total de Estabelecimentos Industriais no Grande ABC Paulista, por tamanho, no período 1989 – 2016**

Tamanho do estabelecimento por nº de empregados	Total de estabelecimentos industriais no Grande ABC, por tamanho, no período 1989 – 2016											
	1989	1990	1994	1996	1999	2002	2005	2008	2011	2014	2015	2016
	nd	nd	nd	nd	nd	267	266	316	339	361	415	416
de 1 a 4 empregados	1351	1600	1732	1873	1808	1535	1626	1776	1943	2126	2140	2193
de 5 a 9 empregados	661	694	732	800	802	914	983	1102	1155	1140	1163	1091
de 10 a 19 empregados	584	587	668	706	786	919	1013	1136	1121	1124	1102	1084
de 20 a 49 empregados	592	611	578	595	597	717	776	916	999	908	858	773
de 50 a 99 empregados	385	341	286	288	262	306	368	424	415	366	341	303
de 100 a 249 empregados	329	279	288	236	177	180	205	243	247	235	214	183
de 250 a 499 empregados	144	123	99	89	76	74	97	99	94	86	71	71
de 500 a 999 empregados	70	59	52	42	30	33	38	45	43	35	34	31
1000 ou mais empregados	50	38	34	25	14	17	21	28	28	25	21	19
<b>Total</b>	<b>4166</b>	<b>4332</b>	<b>4469</b>	<b>4654</b>	<b>4552</b>	<b>4962</b>	<b>5393</b>	<b>6085</b>	<b>6384</b>	<b>6406</b>	<b>6359</b>	<b>6164</b>

\* nd: não disponível

Elaboração: CONCEIÇÃO & YAMAUCHI (2018) para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações da RAIS- CAGED, do MTE, para o período 2002 – 2016; e CONCEIÇÃO, J. J. (2005). Tabela que consta de nota técnica da 1ª Carta de Conjuntura da USCS.

Diante da relevância que as MPEs têm para o desenvolvimento da região, da necessidade da preservação ambiental e da busca por dados específicos do universo empresarial das MPEs, gerou-se a motivação para o desenvolvimento de pesquisas tendo como foco principal a prática utilizada por estas empresas para se adequarem à legislação que regulamenta a destinação dos resíduos por elas gerados.

Nesta perspectiva, Farina et al. (2017) analisaram 101 MPEs da Região do Grande ABC Paulista, atuantes no setor industrial, que tivessem no máximo 65 colaboradores e faturamento anual até R\$ 3.600.000,00. Estes são os parâmetros que o SEBRAE (2014) considera para classificar as empresas como indústrias de pequeno e médio porte.

No caso da pesquisa em questão, constatou-se que, considerando-se a receita bruta anual, 52% das indústrias são microempresas (até R\$ 360.000,00 de faturamento ao ano) e 48% são pequenas empresas (até R\$ 3.600.000,00 de faturamento ao ano). Em termos de número de trabalhadores, cerca de 31,68% das pesquisadas são microempresas e 68,32% são pequenas e médias empresas.

No entendimento de Farina et al. (op.cit) a destinação correta dos resíduos sólidos é tema relevante, recorrente e ainda longe de um consenso, principalmente quando se trata das MPEs. Isto devido à falta de conhecimento dos itens que compõem a legislação brasileira de resíduos sólidos. Como decorrência ainda, as MPEs podem ficar expostas às penalizações dos órgãos fiscalizadores.

Por este motivo, muitas MPEs têm buscado novas formas de gestão dos resíduos, tentando se adequar a lei federal nº 12.305/10. Esta legislação implantou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, classificando e normatizando os resíduos, desde a geração até a destinação dos mesmos.

O quadro 1 apresenta um comparativo dos itens da lei federal nº 12.305/10 e os resultados obtidos na pesquisa realizada por Farina et al (2017) na Região do Grande ABC Paulista.

**Quadro 1 – Comparativo entre a Lei Federal nº12.305/10 que implantou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o conhecimento e a visão das MPEs do Grande ABC Paulista sobre o assunto**

Artigo da lei	Resultados obtidos na pesquisa
A lei federal nº 12.305/10 no seu artigo nº22, coloca que, para a elaboração de gerenciamento de resíduos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.	A maior parte dos respondentes (59%) afirmou desconhecer a qualificação técnica determinada pela lei a respeito da elaboração do plano de gerenciamento.
A lei federal nº 12.305/10, no seu artigo nº27, ressalta a responsabilidade do gerador dos resíduos sólidos por danos que vierem ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.	65% dos respondentes concordaram totalmente que a empresa é obrigada controlar os resíduos produzidos e retirados por outras empresas.
A lei federal nº 12.305/10, no seu artigo nº21, cita a possibilidade de inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de outras empresas.	67% dos respondentes concordaram totalmente que as MPEs possam ser inseridas no plano de gerenciamento de outras empresas.
A lei federal nº 12.305/10, no seu artigo nº44, coloca que a união, os estados, o distrito federal e os municípios poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais para a elaboração do plano de gerenciamento.	60% dos respondentes concordaram totalmente que a empresa possa pleitear incentivos fiscais ou financeiros para a implantação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

**Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações diretamente extraídas de Farina et al. (2017).**

Como se pode notar pelo quadro 1, os artigos de nº42 e 44 da legislação de resíduos sólidos mencionam que existe a possibilidade das empresas pleitearem incentivos fiscais ou financeiros por intermédio dos órgãos governamentais para a implantação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos. Entretanto, parte das MPEs instaladas na Região do Grande ABC Paulista desconhece esta possibilidade.

O quadro 2 apresenta um comparativo entre a receita anual das empresas com os incentivos fiscais propostos pela Lei nº 12.305/10.

**Quadro 2 – Percepção das MPEs Pesquisadas no Grande ABC Paulista sobre a obtenção de incentivos fiscais propostas pela Lei Federal nº12.305/10**

Classificação das empresas pesquisadas pela Receita Anual em R\$	Número de empresas pesquisadas	Número de empresas pesquisadas que concordaram totalmente com a possibilidade de pleitearem incentivos fiscais para elaboração do plano de resíduos sólidos	Percentual de empresas pesquisadas que concordaram totalmente com a possibilidade de pleitearem incentivos fiscais para elaboração do plano de resíduos sólidos
De R\$ 50 mil a R\$100 mil	01	01	100,00%
De R\$ 100 mil a R\$ 200 mil	34	10	29,41%
De R\$ 400 mil a R\$ 800 mil	41	30	75,00%
De R\$ 800 mil a R\$ 1,6 milhão	06	02	33,33%

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações diretamente extraídas de Farina et al. (2017).

A pesquisa identificou que, excluindo as empresas com faturamento entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00 (exclusão esta devida a pouca quantidade de respondentes), as empresas com faturamento na faixa de receita entre R\$ 400.000,00 e R\$ 800.000,00 anuais, mostraram-se mais propensas a se utilizarem da lei para a obtenção de possíveis incentivos fiscais para o desenvolvimento de planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Estes dados sugerem ainda novas reflexões:

- a. A pouca difusão e apreensão de informações qualificadas sobre a legislação de resíduos sólidos pode inibir algumas parcerias entre as MPEs e as grandes empresas situadas na região;
- b. A falta de conhecimento a respeito da qualificação técnica exigida pela legislação para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos pode fazer com que as MPEs contratem pessoas que não possuam qualificação exigida pela legislação para a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

**Referências bibliográficas:**

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele. Evolução dos empregos e dos estabelecimentos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos. in: **Carta de Conjuntura da USCS**, São Caetano do Sul, n. 1, mar., 2018.

FARINA, Milton, C.; BASTOS, Rubens, T. C.; MELO, Rodrigo, S.; BERNE, Davi F. O conhecimento sobre a lei de resíduos sólidos: uma visão de discordâncias e concordâncias das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da Região do ABCD paulista. **Anais do XIX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**, 2017.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE/SP). Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. São Paulo, Unidade de Gestão Estratégica, jul., 2014.

## 17. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS EM 2017: EFEITOS DA LIMITAÇÃO DE PAGAMENTOS IMPOSTA PELO “TETO” DE DESPESAS PRIMÁRIAS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016)<sup>1</sup>

Francisco R. Funcia

### Resumo Executivo

*O objetivo desta nota é trazer referências para avaliar a capacidade de atendimento das necessidades de saúde da população pelos municípios brasileiros em geral, e da Região do Grande ABC Paulista em particular, a partir da avaliação do valor das transferências financeiras fundo a fundo para os Municípios no exercício de 2017. As despesas empenhadas e as ações e serviços públicos de saúde (ASPS) pelo Ministério da Saúde em 2017 ficaram acima do “piso”, mas as despesas liquidadas e pagas ficaram abaixo desse “piso”. Ainda que, para fins de comprovação da aplicação mínima, o valor das despesas empenhadas tem servido como referência para a comprovação da aplicação mínima federal, somente após a liquidação (e o consequente pagamento) dessa despesa é possível afirmar que as necessidades de saúde da população foram atendidas. Houve queda em termos reais dos valores pagos em ASPS pelo governo federal, bem como também foi observada queda em termos reais dos valores transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios. Considerando que a maior parte das transferências recebidas pelos municípios são oriundas do Fundo Nacional de Saúde e considerando que quase todos os municípios brasileiros aplicam muito acima do “piso” de 15% da receita base de cálculo<sup>2</sup> (sendo responsáveis por 31% do total das despesas ASPS, contra 43% pelo governo federal e 26% pelos Estados e Distrito Federal), é possível inferir que a queda em termos reais das transferências do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais de Saúde para todos municípios selecionados (exceto Ribeirão Pires) observada em 2017 (primeiro ano do efeito da regra do “teto” da EC 95/2016) representa uma grande ameaça para o atendimento às necessidades de saúde da população até 2036 (término de vigência dessa regra), especialmente para os municípios da Região do Grande ABC.*

O objetivo desta nota é trazer referências para avaliar a capacidade de atendimento das necessidades de saúde da população pelos municípios brasileiros em geral, e da Região do Grande ABC Paulista em particular, a partir da avaliação do valor das transferências financeiras fundo a fundo para os Municípios no exercício de 2017, que foi o primeiro ano de vigência efetiva do “teto” das despesas primárias para o governo federal estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, fator condicionante da disponibilidade financeira para pagamentos de despesas de todos os ministérios, entre os quais, o da Saúde (especialmente do Fundo Nacional de Saúde).

A EC 95/2016 é muito prejudicial para a saúde da população brasileira desta geração, bem como da próxima, porque retirará recursos das áreas sociais, e do Sistema Único de Saúde (SUS) em especial, até 2036, mas incapaz de resolver a crise fiscal manifestada pelos déficits primários tanto dos últimos três anos, como dos projetados para os próximos anos pelo governo federal. O governo federal, nos dois últimos anos, tem ignorado tanto as lições da história econômica, oriundas da Grande Depressão da década de 1930, como as lições de Keynes: uma economia em recessão não voltará a crescer com a redução dos gastos públicos.

A promulgação da EC 95/2016 foi precedida de críticas de todos aqueles que defendiam os direitos de cidadania inscritos na Constituição Federal, entre os quais, o exposto no artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Afinal, não somente foi estabelecido um “teto” para as despesas primárias até 2036 com o objetivo de formar superávits primários para pagamento de juros e amortização da dívida pública (que correspondem às despesas financeiras não submetidas ao mesmo “teto”), mas também criada uma regra de cálculo de “congelamento” desse “teto” por 20 anos – manter o valor das despesas pagas em 2016 atualizadas anualmente pela respectiva variação do IPCA/IBGE (índice oficial da inflação) e, para a saúde, manter o valor de 15% da Receita Corrente Líquida de 2017 como um “pisso” (aplicação mínima) atualizado anualmente pela variação do IPCA/IBGE.

Com isso, o processo de subfinanciamento do SUS foi transformado em processo de desfinanciamento (ou redução na alocação de recursos): dependendo do cenário de projeção adotado<sup>3</sup>, os recursos federais para o SUS terão queda – de 1,7% do PIB para 1,0% até 2036 - equivalente a perdas acumuladas superiores a três orçamentos anuais nesse período de 20 anos. Segundo Funcia e Ocke-Reis<sup>4</sup>, supondo que a regra da EC 95/2016 para o “pisso” federal do SUS estivesse em vigor no período 2001-2015, a perda acumulada seria de R\$ 115 bilhões em comparação ao valor empenhado no período. Ou seja, o Ministério da Saúde perderia o valor de um orçamento anual para o financiamento de ações e serviços de saúde.

Da análise preliminar da execução orçamentária e financeira de 2017 do Ministério da Saúde (inclusive dos restos a pagar, com base nas informações dos Relatórios Quadrimestrais de Prestação de Contas do Ministério da Saúde – 3º Quadrimestre de 2016 e de 2017<sup>5</sup>), foi possível inferir que essa execução foi condicionada negativamente pela EC 95/2016, considerando especialmente os seguintes aspectos:

1. A avaliação do cumprimento do “pisso” da aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) pelo governo federal é feita pelos valores empenhados, o que explica o crescimento de 8,0% em 2017 comparativamente a 2016 (foi empenhado valor de R\$ 115,260 bilhões). Desses empenhos, contudo, apenas foram pagas em 2017 despesas que totalizaram R\$ 101,134 bilhões, isto é, um aumento de apenas 2,23% em comparação ao pago em 2016 (portanto, houve queda real, pois ficou abaixo da variação anual do IPCA/IBGE de 2,95%).
2. Como consequência da situação descrita no item anterior, a inscrição em restos a pagar dessas despesas empenhadas em 2017 (mas não pagas nesse exercício) foi de R\$ 14,125 bilhões, o que representou um crescimento de 81,40% em comparação ao que ocorreu no final de 2016. Considerando que há um “teto” para o conjunto das despesas primárias do governo federal que está limitado pela variação anual do IPCA/IBGE e que há um “pisso” para ASPS cuja aferição pela área econômica do governo federal é feita pelo conceito de despesa empenhada, essa diferença entre “empenho” e “pagamento” tenderá a se transformar numa “bola de neve” ao longo do tempo. É sempre bom lembrar que os valores desses restos a pagar não são atualizados monetariamente, o que tende a inviabilizar a realização das ações de saúde nos próximos anos pela perda de poder aquisitivo decorrente da defasagem temporal ocorrida desde a data original do empenho – o que afetará o financiamento de muitos investimentos, inclusive já iniciados, na área da saúde em diversos municípios que dependiam das transferências desses recursos federais.
3. O crescimento dos “empenhos a pagar” em 2017 representa uma inversão da tendência de redução de inscrição de restos a pagar pelo Ministério da Saúde em relação ao valor total empenhado em cada exercício observado a partir de 2008, e de forma sistemática a partir de 2011. Houve um crescimento significativo do nível de empenhos a pagar em 2017, interrompendo uma tendência de redução que

projetava para os exercícios de 2019 e 2020 atingir o nível de 5,0% recomendado pelo Conselho Nacional de Saúde (conforme Recomendação CNS 505/2015).

4. A execução financeira dos restos a pagar em 2017 (referente às despesas não pagas originalmente empenhadas entre o período de 2003 a 2016) reforça essa inferência do condicionamento negativo estabelecido pela EC 95 para a área da saúde: foi pago R\$ 6,487 bilhões, isto é, cerca de R\$ 2,089 bilhões a menos que em 2016 (que representou uma queda nominal de 24,36%), enquanto que o saldo a pagar a ser reinscrito para execução financeira em 2018 foi de R\$ 6,987 bilhões (que representou um crescimento de 10,38%).

5. Desta forma, a soma dos valores inscritos (referentes aos empenhos de 2017 não pagos) e reinscritos (referentes aos empenhos de 2003 a 2016 não pagos) em restos a pagar do Ministério da Saúde para execução financeira em 2018 totalizou R\$ 21,879 bilhões (que representou um crescimento de 51,4% em comparação ao verificado na abertura do ano de 2016). Esse valor representou 19% das despesas ASPS empenhadas em 2017 e, se for mantida em 2018, a limitação financeira imposta para a saúde em 2017, no contexto da EC 95, o próximo governo herdará no início de 2019 restos a pagar inscritos e reinscritos superiores a R\$ 36,0 bilhões.

6. Em termos consolidados, as despesas totais pagas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) pelo Ministério da Saúde em 2017 (resultado da soma dos pagamentos dos restos a pagar com os pagamentos dos empenhos de 2017) foram de R\$ 107,622 bilhões, enquanto o piso para 2017 era de R\$ 109,088 bilhões – portanto os valores totais pagos ficaram abaixo do “piso” (aplicação mínima) federal em ASPS em 2017.

7. Apesar da verificação do cumprimento dessa aplicação mínima federal em ASPS ocorrer pelo conceito de despesa empenhada (cujo valor foi superior ao do piso nesse conceito), essa constatação de que os valores pagos (calculados pela soma dos restos a pagar com os pagamentos dos empenhos de 2017) em ASPS ficaram abaixo do “piso” revela que não foram efetivadas ações e serviços de saúde para a população nesse valor.

Considerando que:

- a. uma parte importante das despesas totais em ASPS realizada pelos municípios é financiada pelas receitas das transferências do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais de Saúde;
- b. a maior parte das transferências recebidas pelos municípios são oriundas do Fundo Nacional de Saúde e;
- c. quase todos os municípios brasileiros aplicam muito acima do “piso” de 15% da receita base de cálculo<sup>6</sup> (sendo responsáveis por 31% do total das despesas ASPS, contra 43% pelo governo federal e 26% pelos Estados e Distrito Federal).

É possível então inferir que a queda em termos reais das transferências do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais de Saúde para todos municípios selecionados (exceto Ribeirão Pires) observada em 2017 (primeiro ano do efeito da regra do “teto” da EC 95/2016) representa grande ameaça para o atendimento às necessidades de saúde da população até 2036 (término de vigência dessa regra), especialmente para os municípios da Região do Grande ABC: conforme Tabela 1, a maior queda observada nos valores transferidos foi para Mauá (-9,95%), seguida por Santo André (-9,35%), São Caetano do Sul (7,75%) e Diadema (7,70%).

**Tabela 1: Receita Transferência SUS para Municípios: Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de SP, São Paulo Capital e Grande ABC Paulista, 2016-2017**

(R\$ a preços de dezembro/2017)

Municípios	2016	2017	Variação 2017/2016
Municípios Brasileiros	58.497.548.799,73	56.821.225.541,43	-2,87%
Municípios Paulistas	9.637.019.768,66	9.283.422.820,68	-3,67%
Região Metropolitana de SP	4.092.815.348,52	3.858.097.530,36	-5,73%
São Paulo (Capital)	2.211.880.250,15	2.086.557.264,30	-5,67%
Região do Grande ABC	863.865.941,52	806.908.852,96	-6,59%
Diadema	92.098.051,64	85.004.569,62	-7,70%
Mauá	142.398.175,32	128.230.905,64	-9,95%
Ribeirão Pires	29.253.085,20	29.853.609,41	2,05%
Rio Grande da Serra	6.492.865,55	6.413.330,96	-1,22%
Santo André	158.920.845,67	144.059.289,11	-9,35%
São Bernardo do Campo	387.397.804,95	369.706.169,39	-4,57%
São Caetano do Sul	47.305.113,18	43.640.978,83	-7,75%

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS

Fonte: Adaptado de <http://siops-asp.datasus.gov.br/CGI/deftohtm.exe?SIOPS/serhist/municipio/indicSP.def> e IBGE (IPCA - Fatores de Dezembro de 2016 e 2017). Acesso em 15 de julho de 2018.

## Notas:

1. A presente versão foi adaptada, revisada e ampliada de duas notas do autor publicadas na Revista Eletrônica Domingueira da Saúde, disponíveis em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-07-fevereiro-2018#a0> e em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-17-junho-2018#a0>
2. Conforme Nota deste autor publicada na Carta CONJUSCS nº 02 (maio/2018).
3. Atualizado pelo autor com base na redação final da Emenda Constitucional 95/2016 a partir do estudo original de Fabíola S. Vieira e Rodrigo P.S. Benevides: Os impactos do novo regime fiscal para o
4. financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Nota Técnica nº 28, DISOC. Brasília: IPEA, setembro/2016.
5. Estudo de Francisco R. Funcia e Carlos Ocké-Reis: Efeitos da política de austeridade fiscal sobre o gasto público federal em saúde. In: Rossi, Pedro; Dweck E; e Oliveira, Ana Luiza Matos. Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
6. Esses relatórios (com as respectivas planilhas de execução orçamentária e financeira) foram disponibilizados para o autor pelo Conselho Nacional de Saúde.
7. Conforme Nota deste autor publicada na Carta CONJUSCS nº 02 (maio/2018).

## 18. EXPANSÃO DO NÚMERO DE IDOSOS: BRASIL E GRANDE ABC PAULISTA

André Ximenes de Melo

### Resumo Executivo

*Esta nota técnica trata da questão da expansão do número de idosos no Brasil como um todo, e no Grande ABC Paulista em particular, a partir de informações censitárias do IBGE, artigos científicos, matérias jornalísticas e legislações que tratam do tema. Em 2017, a população de idosos acima de 60 anos foi de 96.556 em Santo André; 84.399 em São Bernardo do Campo; 38.346 em Mauá; 32.176 em Diadema; 30.485 em São Caetano do Sul; 13.281 em Ribeirão Pires e; 3.854 em Rio Grande da Serra. No Grande ABC Paulista, portanto, havia em 2017, 299.097 idosos. Este total é 63,8% superior ao verificado em 2010. Em termos relativos, a cidade de São Caetano é a que apresentou, em 2017, o maior percentual de idosos no total da população: 19,1% (contra 13,9% em 2010). Na segunda posição, a cidade de Santo André com 13,5% (contra 9,3% em 2010), seguida de Ribeirão Pires com 10,9% (contra 6,9% em 2010), São Bernardo do Campo com 10,2% (contra 6,1% em 2010), Mauá com 8,3% (contra 5,2% em 2010), Rio Grande da Serra com 7,8% (contra 8,2% em 2010) e Diadema com 7,7% (contra 4,8% em 2010). Rio Grande da Serra foi o único município em que houve queda na participação relativa de idosos na população total entre 2010 e 2017. No Grande ABC Paulista, o percentual de idosos no total da população em 2017 atingiu 10,9% (contra 7,2% em 2010).*

### O processo de envelhecimento

O processo de envelhecimento populacional se dá por três motivos principais: queda nas taxas de fecundidade; queda nas taxas de mortalidade; aumento da expectativa de vida. Entretanto, definir velhice é tarefa complexa. Envolve uma série de fatores (gênero, classe social, cultura, padrões de saúde individual e coletiva). Esse fenômeno que atinge todos os seres humanos é processo dinâmico, progressivo e irreversível, ligados intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais (GAWRYSZEWSKI; KOIZUMI; MELLO-JORGE, 2004).

A individualidade de cada pessoa dificulta o estabelecimento de parâmetros gerais. Por isso, o uso somente do tempo como medida esconde um amplo conjunto de variáveis. Sabe-se que a idade em si não determina o envelhecimento. Ela é apenas um dos elementos presentes no processo de desenvolvimento, servindo como uma referência da passagem do tempo (COSTA; BASQUES, 2017).

Vários fatores podem contribuir para acarretar as disparidades de saúde entre idosos: o estilo de vida, os aspectos socioeconômicos, a facilidade a serviços de saúde. De qualquer modo, é fundamental fortalecer as políticas públicas, especialmente para os subgrupos mais vulneráveis, a fim de que, mesmo diante do envelhecimento populacional, os indicadores de saúde dos idosos melhorem no Brasil (PIMENTA et al, 2015).

### O envelhecimento da população mundial

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas - ONU sobre o envelhecimento da população mundial (WPA, 2015), já havia no mundo, no ano de 2015, 48% mais pessoas com idade igual ou superior a 60 anos do que havia sido registrado em 2000. Segundo a projeção da ONU para 2050, este número será



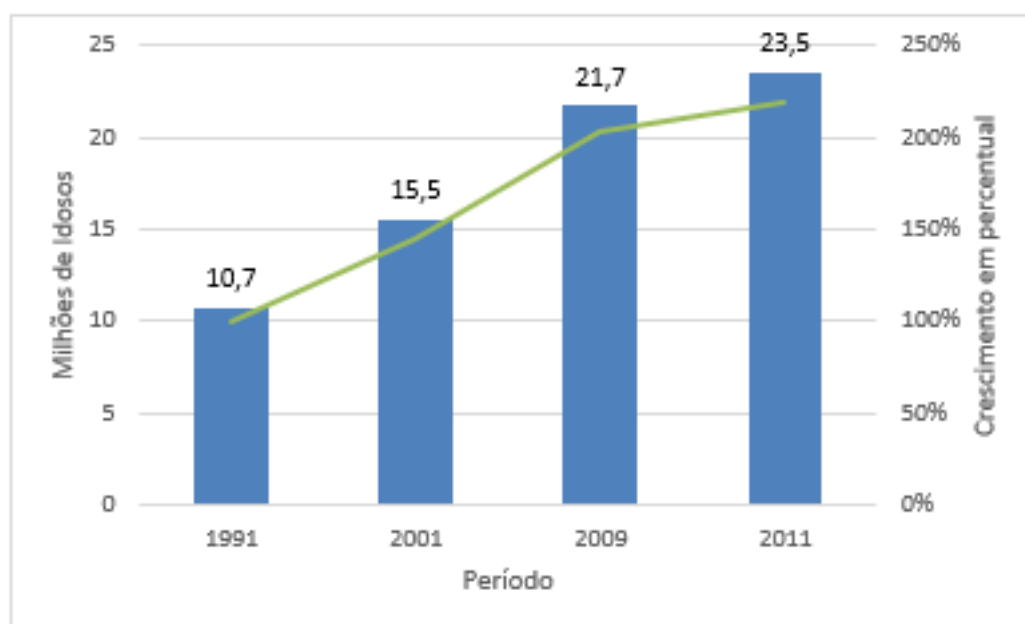
triplicado em relação ao ano de 2000.

## O envelhecimento da população brasileira

Nos últimos anos, verifica-se tendência de envelhecimento da população brasileira.

Em 2011, os idosos – isto é, as pessoas com mais de 60 anos – somavam aproximadamente 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas.

Figura 1 – Crianças e Idosos (Brasil)



Fonte: IBGE, 2010; SEADE, 2016.

No Brasil, estudo do IBGE (2013) apontou que, em 2000, as pessoas com idade acima de 60 anos representavam 8% da população, e que, em 2010, este percentual subiu para 10%. O mesmo IBGE (2013) demonstra que, nas próximas décadas, o número de pessoas com idade acima dos 60 anos será de 14% em 2020; 19% em 2030; 24% em 2040; e 29% em 2050. A população de pessoas acima de 60 anos crescerá em média 26% a cada década.

## O envelhecimento populacional no Grande ABC Paulista

Dados extraídos do Seade (2015) demonstram o expressivo percentual de pessoas da chamada terceira idade no Grande ABC Paulista atualmente.

Em 2017, a população de idosos acima de 60 anos foi de 96.556 em Santo André; 84.399 em São Bernardo do Campo; 38.346 em Mauá; 32.176 em Diadema; 30.485 em São Caetano do Sul; 13.281 em Ribeirão Pires e; 3.854 em Rio Grande da Serra. No Grande ABC Paulista, portanto, havia em 2017, 299.097 idosos. Este total é 63,8% superior ao verificado em 2010.

Em termos relativos, a cidade de São Caetano é a que apresentou, em 2017, o maior percentual de idosos no

total da população: 19,1% (contra 13,9% em 2010). Registre-se que a cidade de São Caetano do Sul é a que apresenta o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da América Latina. Este fato representa maior qualidade de vida e implica diretamente na longevidade.

Na segunda posição, a cidade de Santo André com 13,5% (contra 9,3% em 2010), seguida de Ribeirão Pires com 10,9% (contra 6,9% em 2010), São Bernardo do Campo com 10,2% (contra 6,1% em 2010), Mauá com 8,3% (contra 5,2% em 2010), Rio Grande da Serra com 7,8% (contra 8,2% em 2010) e Diadema com 7,7% (contra 4,8% em 2010). Rio Grande da Serra foi o único município em que houve queda na participação relativa de idosos na população total entre 2010 e 2017.

**Tabela 1 – População total e população idosa no Grande ABC Paulista, 2010 / 2017**

	População Total em 2010 (a)	População de Idosos em 2010 (b)	% de idosos em 2010 (b/a)x100	População Total em (d)	População de Idosos em 2017 (e)	% de idosos em 2017 (d/e)x100
São Caetano do Sul	149.263	20.728	13,9%	159.608	30.485	19,1%
Santo André	676.407	63.056	9,3%	715.231	96.556	13,5%
Ribeirão Pires	113.068	7.855	6,9%	121.848	13.281	10,9%
São Bernardo do Campo	765.463	47.050	6,1%	827.437	84.399	10,2%
Mauá	417.064	21.817	5,2%	462.005	38.346	8,3%
Rio Grande da Serra	43.974	3.627	8,2%	49.408	3.854	7,8%
Diadema	386.089	18.429	4,8%	417.869	32.176	7,7%
Grande ABC Paulista	2.551.328	182.562	7,2%	2.753.406	299.097	10,9%

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de IBGE (2010) e SEADE.

No Grande ABC Paulista, o percentual de idosos em 2017 atingiu 10,9% (contra 7,2% em 2010).

A Pesquisa do Seade (2017) aponta que em 2030 a população acima de 60 anos da região deverá ser de 372.718 e a de crianças e adolescentes, de 265.959.

### **Mercado de trabalho do idoso**

Pesquisa SEADE de 2016 buscou verificar o mercado de trabalho das pessoas acima de 60 anos na região metropolitana de São Paulo. Os dados revelaram que houve um aumento nos postos de trabalho dos idosos em cerca de 8% nos últimos 29 anos.

A elevação deu-se principalmente devido às mulheres acima de 60 anos, que após terem criado seus filhos retornam ao mercado de trabalho.

A Região do Grande ABC Paulista tinha, em 2016, 87.089 pessoas acima de 60 anos atuantes no mercado de trabalho. De cada 10 idosos residentes nas 7 cidades, 3 estavam em atividades profissionais.

Por sua vez, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (2017) revelam que, dos 1,193 milhão de pessoas empregadas na região, 7,3% são idosos.

Em 2017, o índice de participação dos idosos aumentou em 20,8% em relação a 2010, o aumento deve-se principalmente à recente crise econômica, que trouxe a queda de postos de trabalho para os mais jovens, contudo os idosos devido à experiência conseguem colocações com mais facilidade, sejam elas formais ou informais, e passam a contribuir com as despesas da família.

A principal razão para a retomada ao mercado de trabalho pelo idoso é a questão financeira. A renda advinda da aposentadoria não suporta as despesas familiares. Além da complementação de renda, os idosos buscam o

sentimento de pertencimento, ou seja, querem fazer parte de algo produtivo.

## **Conclusão**

A constatação de que a população das sete cidades está envelhecendo é inegável, assim como a necessidade de retomada ou continuação no mercado de trabalho. Contudo, para que existam condições favoráveis à qualidade de vida do idoso, políticas públicas nas três esferas de governo (federais, estadual e municipal), políticas público-privadas e políticas privadas devem ser planejadas e implantadas, com o intuito de propiciar ao idoso e à sociedade em geral uma melhor adequação aos novos tempos de idade mais longa da população em geral.

## **Referências bibliográficas:**

CAMARGOS, Mirela Castro Santos; PERPÉTUO, Ignez Helena Oliva; MACHADO, Carla Jorge. Estimativas de expectativa de vida livre de e com incapacidade funcional: uma aplicação do método de Sullivan para idosos paulistanos, 2000. **Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-19, 2016.

COSTA, Carla Regina Soares; BASQUES, Igor Tachetti. O idoso-mobilidade e acessibilidade urbana. **Revista Portal de Divulgação**, n. 51, 2017.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; KOIZUMI Maria Sumie; MELLO-JORGE, Maria Helena Prado de. As causas externas no Brasil no ano 2000: comparando a mortalidade e a morbidade. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(4): 995-1003, julho-agosto de 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060**. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017.

PIMENTA, Fernanda Batista et al. Fatores associados a doenças crônicas em idosos atendidos pela Estratégia de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2489-2498, 2015.

## 19. ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE QUALIDADE: CENÁRIO POSSÍVEL PARA O GRANDE ABC PAULISTA?

Enio Moro Junior

### Resumo Executivo

*Apesar dos inúmeros desafios, o Grande ABC Paulista apresenta razoável conjunto de indicadores econômicos e sociais observados relativamente às médias nacionais. Estes indicadores, produzidos historicamente a partir do modelo de expansão industrial paulista do início do século XX, lamentavelmente não se traduzem em espaços públicos e privados de qualidade urbanística e arquitetônica, em especial se observarmos as políticas públicas de investimentos urbanos previstas nos orçamentos municipais.*

A Região Metropolitana de São Paulo, o maior polo de riqueza nacional, concentra 39 municípios e os agrupa em sub-regiões, segundo dados da EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A.

A sub-região sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, conhecida como Grande ABC Paulista, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, apresentou, entre 1920 e 1980, excelentes vantagens locacionais para o padrão da atividade industrial: existência de grandes áreas livres, ligação ferroviária com o Porto de Santos - um dos principais portos de exportação e importação da América Latina -, proximidade com o mercado de São Paulo, energia elétrica abundante, mão-de-obra qualificada e ainda a continuidade física da expansão industrial de São Paulo. Estas condições foram determinantes na produção do espaço no Grande ABC Paulista.

Este cenário distinto na produção regional de riquezas não se traduz na qualificação urbanística de espaços públicos e privados. Não há priorização política para o enfrentamento da péssima qualidade dos espaços públicos que temos no Grande ABC Paulista.

**Tabela 1 – Dados Gerais: Grande ABC Paulista, Estado de São Paulo e Brasil**

Municípios	Área (km²)	População 2017	Densidade Demográfica	PIB 2015
Diadema	30,73	417.869	13.586,58	R\$ 13.854.570.000
Mauá	61,91	462.005	7.462,65	R\$ 12.429.673.000
R. Pires	99,08	121.848	1.229,86	R\$ 2.813.436.000
RGSerra	36,34	49.408	1.359,57	R\$ 533.254.000
S.André	175,78	715.231	4.068,85	R\$ 26.240.885.000
SBCampo	409,53	827.437	2.020,56	R\$ 42.745.533.000
SC do Sul	15,33	159.608	10.410,80	R\$ 13.302.120.000
<b>Total Grande ABC</b>	<b>828,70</b>	<b>2.753.406</b>	<b>3.322,55</b>	<b>R\$ 111.919.471.000</b>
<b>Estado de SP</b>	<b>248.209,00</b>	<b>45.094.866</b>	<b>166,23</b>	<b>R\$ 1.939.890.000.000</b>
<b>Brasil</b>	<b>8.515.759,090</b>	<b>209.170.425</b>	<b>23,81</b>	<b>R\$ 5.904.000.000.000</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de EMPLASA, IBGE e BC.

As agendas públicas municipais não apresentam ações que busquem a implantação desses espaços, questão que é prioritária em outros países. Essas ações seriam:

- investimentos claros em espaços pedestrializados;
- regiões centrais;
- ciclovias;
- novas praças e parques;
- calçamento padronizado;
- iluminação;
- fiação subterrânea;
- tecnologias sustentáveis;
- renaturalização de corpos d'água;
- conexões entre áreas fragmentadas.

Enfim, projetos mais abertos que procurem oxigenar áreas da cidade, valorizando a permanência e a passagem:

- desapropriações;
- demolições de espaços deteriorados;
- implantação de Veículos Leves sobre Trilhos;
- implantação de sistemas inteligentes para mobilidade;
- compartilhamento de veículos e modais;
- espaços com sustentabilidade, entre outros.

Os espaços privados também atenderiam regras claras por meio de legislação urbana madura que condicione a aprovação de projetos à construção e benefícios urbanos requalificadores. O ilusório papel de protagonismo dos governos locais, em detrimento às ações de estado, motivam discursos sedutores e populistas que reduzem o espaço público a um coadjuvante espaço residual.

A agenda urbana internacional para o financiamento da cidade latino-americana para os próximos 20 anos, segundo reflexão conjunta publicada pela Agence Française de Développement (França), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Brasil) e Fundacion Ciudad Humana (México), em 2016, aponta para um pensamento único em relação às questões urbanas latino-americanas. Os vetores dos investimentos internacionais para os governos locais, simplificam a solução dos problemas das cidades à uma matriz estritamente técnica: instrumentos urbanísticos, oportunidades de financiamento, projetos localizados, entre outros. Não se discute que as efetivas alterações urbanas passam por mudanças nas relações de produção da sociedade.

Este documento, disponível na publicação “Savoirs Commons nº 16”, mais uma vez reimpõe a lógica na qual o enfrentamento das questões urbanas na América Latina depende da reflexão política e do questionamento da dominação e o reduzem a instrumentos de financiamento ou ainda do empoderamento de novos atores sociais.

Deixa-se de lado a discussão da relação entre dominantes e dominados.

A construção de uma política urbana alternativa à lógica do poder instituído pode ser um dos caminhos para a justiça social e urbana, atrelada à aproximação do debate político sobre a ruptura necessária às formas de reprodução do Capital no Brasil.

Para comprovarmos que não há clareza no investimento público na melhoria dos espaços urbanos no Grande ABC Paulista, observemos os mais recentes dados disponíveis pelo Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo, comparando a arrecadação dos municípios e os investimentos em desenvolvimento urbano:

**Tabela 2 – Arrecadação e Participação dos Investimentos Urbanos na Arrecadação, no Grande ABC Paulista e por município, 2016**

Municípios	Arrecadação Municipal	Investimentos Urbanos
Diadema	R\$ 1.121.875.420,71	17,4 %
Mauá	R\$ 879.322.082,69	25,1 %
Ribeirão Pires	R\$ 261.405.932,57	25,2 %
Rio Grande da Serra	R\$ 79.384.434,41	15,5 %
Santo André	R\$ 2.341.118.765,31	17,8 %
São Bernardo do Campo	R\$ 3.803.676.099,27	20,2 %
São Caetano do Sul	R\$ 1.233.674.691,28	22,7 %
<b>Total Grande ABC</b>	<b>R\$ 9.720.457.426,24</b>	<b>20,2 %</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo 2018, com dados auditados para 2016.

Como investimentos urbanos, adotamos as rubricas públicas de Obras, Urbanismo, Infraestrutura, Mobilidade, Meio Ambiente, Habitação e Saneamento. Observemos ainda que esses dados apresentam idiosincrasias, como, por exemplo, a incorporação de custeio da máquina pública, subsídios ao transporte coletivo, gastos administrativos, locação de frotas, mão de obra terceirizada, manutenção predial, entre outros. Além disso, os investimentos em saneamento são distintos nos municípios conforme gestão municipal, privada ou estadual.

Em resumo, há recursos, mas o investimento público é pulverizado, de baixa qualidade e retorno para a população e, em especial, em projetos com referências teóricas superadas e danosas, como, por exemplo canalização de rios, piscinões, viadutos sem expressão, barreiras, projetos voltados ao lote e não à cidade. Um olhar renovado dos governantes, com equipes técnicas capacitadas é uma das únicas possibilidades de reversão desse quadro tão consolidado.

A falta de qualidade urbana nas cidades do Grande ABC Paulista, que não possuem projetos urbanos requalificadores, comprova que há recursos, mesmo que diluídos, mas não há interesse político e olhar cidadão para a melhoria dos espaços urbanos. Investe-se pouco e mal, precarizando ainda mais a produção do espaço público e privado regional.

Esta situação fica mais dramática se observarmos a relação entre as despesas empenhadas (que são aquelas com previsão de recursos e execução) na área de urbanismo e o número de habitantes:

**Tabela 3 – Despesa Empenhada para Investimentos Urbanos e investimento por município, no Grande ABC Paulista e por município, 2016**

Municípios	Despesa Empenhada (2016)	Valor investido por município
Diadema	R\$ 196.292.108,87	R\$ 469,74
Mauá	R\$ 220.949.577,05	R\$ 478,24
Ribeirão Pires	R\$ 65.994.590,40	R\$ 541,61
Rio Grande da Serra	R\$ 12.340.251,10	R\$ 249,76
Santo André	R\$ 418.301.269,00	R\$ 584,84
São Bernardo do Campo	R\$ 770.711.549,83	R\$ 931,44
São Caetano do Sul	R\$ 280.590.004,00	R\$ 1.757,99
<b>Total Grande ABC</b>	<b>R\$ 1.965.179.350,25</b>	<b>R\$ 713,72</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo 2018, com dados auditados para 2016.

A falta de qualidade urbana nas cidades do Grande ABC Paulista, que não possuem projetos urbanos requalificadores, comprova que há recursos, mesmo que diluídos, mas não há interesse político e olhar cidadão para a melhoria dos espaços urbanos. Investe-se pouco e mal, precarizando ainda mais a produção do espaço público e privado regional.

### **Referências Bibliográficas**

AGENCIA FRANCESA DE DESARROLLO (AFD). **Savoirs Commons 16**: O financiamento da cidade latino americana. Paris: AFD, 2014.

Aos interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS, acesse o link:

**1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

**2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

[http://www.uscs.edu.br/boletim/%3Fidf%3D5265&sa=U&ved=0ahUKEwjTqPzTq6bcAhXExVkJHTIRASkQFggKMAI&client=internal-uds-cse&cx=012209731720721713931:\\_jgorvohipm&usg=AOvVaw0PeloV\\_ZTWcQJeF0pM9pUo](http://www.uscs.edu.br/boletim/%3Fidf%3D5265&sa=U&ved=0ahUKEwjTqPzTq6bcAhXExVkJHTIRASkQFggKMAI&client=internal-uds-cse&cx=012209731720721713931:_jgorvohipm&usg=AOvVaw0PeloV_ZTWcQJeF0pM9pUo)

**Conheça os títulos das notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura:**

1. O PIB do Grande ABC Paulista
2. Evolução dos Empregos e dos Estabelecimentos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos
3. Empreendedorismo: a Expansão dos Microempreendedores Individuais no Grande ABC Paulista, 2009-2017
4. Índices de Endividamento das Prefeituras do Grande ABC Paulista e do Estado de São Paulo
5. O Comércio Exterior do Grande ABC Paulista nas últimas duas décadas, 1998 - 2017
6. A Produção das Empresas que compõem a Indústria Automobilística no Grande ABC Paulista
7. Guidance como Ferramenta de Gestão e o Momento de Retomada de Atividades
8. A Importância do Empreendedorismo para o Desenvolvimento do Grande ABC Paulista
9. Indicadores INPES

**Títulos das notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura:**

1. Perspectivas do financiamento das despesas municipais com saúde na Região do Grande ABC Paulista à luz das regras da emenda constitucional 95/2016
2. Inflação: os impactos nas políticas macroeconômicas e seus reflexos na atividade do País e do Grande ABC Paulista
3. O valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista e a atual retração cíclica da economia
4. A complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista
5. Falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017
6. A Região do Grande ABC Paulista e o mercado de capitais
7. Formação de nível técnico no Grande ABC Paulista
8. Formação de nível superior na Região do grande ABC paulista
9. Gestão de riscos (Risk Management) e suas aplicações na gestão contemporânea: subsídio para o debate entre as empresas do Grande ABC Paulista
10. “Smart Cities” e investimento privado na “Indústria 4.0” do Grande ABC Paulista
11. A Força Aérea Brasileira e o Projeto Gripen: Potencial e Desafios do Grande ABC Paulista para Promover Emprego e Renda
12. Perfil dos microempreendedores individuais no Grande ABC Paulista
13. Características dos microempreendedores individuais do Grande ABC Paulista
14. O ecossistema de startups na Região do GRANDE ABC Paulista
15. Consumo de carne no Brasil e na Região do Grande ABC Paulista
16. Perfil dos pescadores da colônia de pesca Z1 do reservatório Billings da Região Metropolitana de São Paulo em relação à dor crônica ocupacional

As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da instituição.



**Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura – CONJUSCS**

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Avenida Goiás, 3400 – Bairro Barcelona

São Caetano do Sul – SP

Telefone: 4239-3233

E-mail: [imprensa@uscs.edu.br](mailto:imprensa@uscs.edu.br)

Composto em Arial e Times New Roman  
São Caetano do Sul - SP



